

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAMILA SANTOS DE LIMA

**O SERVIÇO SOCIAL INSERIDO NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO
PROGRAMA DE EXTENSÃO AURORA: UMA ANÁLISE DO CONDOMÍNIO DE
IDOSOS DE JAGUARIAÍVA-PR**

**PONTA GROSSA
2024**

CAMILA SANTOS DE LIMA

**O SERVIÇO SOCIAL INSERIDO NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO
PROGRAMA DE EXTENSÃO AURORA: UMA ANÁLISE DO CONDOMÍNIO DE
IDOSOS DE JAGUARIAÍVA-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Cortes da Costa

**PONTA GROSSA
2024**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Departamento de Serviço Social
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

ATA DE AVALIAÇÃO DE TCC

Aos 24 dias do mês de outubro de 2024, no Campus Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelas professoras Lucia Cortes da Costa (presidente – orientadora), Thais Cristina dos Santos e Sandra Maria Scheffer (Membros), para análise do Trabalho de Conclusão de Curso sob o título: O Serviço Social Inserido na Equipe Multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora: Uma Análise do Condomínio de Idosos de Jaguariaíva - PR, elaborado por CAMILA SANTOS LIMA, concluinte do Curso de Serviço Social. Aberta a sessão, a autora teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, argüida pelas integrantes da Banca. Após os procedimentos de avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

Presidente Lucia Cortes da Costa Nota: 9,5
Membro Thais Cristina dos Santos Nota: 9,5
Membro Sandra Maria Scheffer Nota: 9,5

O trabalho foi considerado APROVADO, com nota final 9,5. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

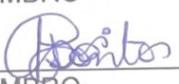
Ponta Grossa, 24 de outubro de 2024.



PRESIDENTE



MEMBRO



MEMBRO

Observações: _____

AGRADECIMENTOS

Gratidão uma palavra que é muito pequena, mas que é cheia de significados, que gostaria de expressar sua definição com esse versículo “Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para vocês em Cristo Jesus.” 1 Tessalonicenses 5:18.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, pois em sua infinita bondade me reveste com sua força, sabedoria e amor em toda a minha vida e em especial na trajetória acadêmica;

Agradeço também a minha família, meu marido Felipe Rodrigues de Lima e meus pais Jocelia Hofbauer e Evandro da Silva Santos, por todo apoio e cuidado comigo nessa fase;

Agradeço a todas as professoras e profissionais que tive o privilégio de conviver durante a graduação em especial minha orientadora, Professora Lúcia Cortes da Costa por todo conhecimento, expertise e dedicação comigo para construção do TCC;

E por fim, agradeço às minhas amigas Ana Paula Aparecida Marins de Oliveira, Elen Aparecida da Silva, Kimberly Ariane Pereira da Silva e Isabelly Soares da Silva por todos nossos momentos preciosos juntas.

RESUMO

A pesquisa analisa a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora, no condomínio para pessoas idosas do município de Jaguariaíva - PR, no período de 2022 a 2024. O tema do envelhecimento coloca a discussão sobre o direito habitacional das pessoas idosas e as responsabilidades do Estado na oferta de serviços para essa população. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora, considerando as especificidades das atribuições privativas e competências profissionais estabelecidas pela lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social. Os objetivos específicos são: Analisar a concepção de equipe multidisciplinar no Programa de extensão Aurora; Analisar a atuação do Serviço Social frente às demandas do processo de envelhecimento e do direito à habitação; Discutir a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar no atendimento às pessoas idosas em Jaguariaíva; Refletir sobre as atribuições e competências do Serviço Social no atendimento às pessoas idosas. A pesquisa se caracteriza com coleta de dados quanti e qualitativos, pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semi-estruturadas e grupo focal. O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro discute a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no Serviço Social e a atuação dos assistentes sociais em equipes multidisciplinares. O segundo aborda o envelhecimento e o direito à moradia, ressaltando a necessidade de políticas habitacionais para pessoas idosas no Brasil. O terceiro apresenta o Programa Aurora em Jaguariaíva, analisando a gestão de condomínio para pessoas idosas e a atuação multidisciplinar a essa população, com base nos resultados das entrevistas e grupos focais.

Palavras-chave: Serviço Social e Equipe Multidisciplinar; Atuação do Serviço Social com Pessoas Idosas; Envelhecimento e o Direito à moradia;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Aumento da população idosa no Brasil de 2010-2022	25
Gráfico 1 -	Porcentagem de respondentes do questionário com a equipe do Programa Aurora	59
Quadro 1 -	Departamentos e projetos do Programa Aurora	38
Quadro 2 -	Perfil dos Profissionais entrevistados do município de Jaguariaíva.	40
Quadro 3 -	Dados sobre o Programa Aurora e Implementação do condomínio em Jaguariaíva	40
Quadro 4 -	Gestão e Contrapartidas do município no condomínio do idoso.....	44
Quadro 5 -	Coordenação e Profissional entrevistados do Programa Aurora.....	48
Quadro 6 -	Origem do Programa Aurora e os critérios de seleção.....	49
Quadro 7 -	A multidisciplinaridade no Programa Aurora e no atendimento das pessoas idosas	52
Quadro 8 -	A importância e o objetivo de integrar o Serviço Social no Programa Aurora	56
Quadro 9 -	Questionário aplicado com a equipe do Programa Aurora sobre atuação e integração do Serviço Social.....	59
Quadro 10 -	Avaliação das ações do Programa Aurora e seus desafios e potencialidades para o desenvolvimento das atividades.....	61
Quadro 11	Perfil dos moradores do condomínio do Idoso em Jaguariaíva	64
Quadro 12 -	Temas e número de participantes do Grupo Focal realizado com as pessoas idosas.....	65
Quadro 13 -	Dados coletados no primeiro grupo focal realizado com os moradores.....	65
Quadro 14 -	Dados coletados no segundo grupo focal realizado com os moradores.....	68
Quadro 15 -	Dados coletados no terceiro grupo focal realizado com os moradores.....	70
Quadro 16 -	Dados coletados no quarto grupo focal realizado com os moradores.....	71

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	08
CAPÍTULO I - O DEBATE SOBRE MULTIDISCIPLINARIDADE E O SERVIÇO SOCIAL	12
1.1 - Analisando os conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinariedade	12
1.2 - O debate do Serviço Social sobre equipe multidisciplinar	14
1.3 - Espaços Sócio-ocupacionais do Serviço Social em equipe multidisciplinar	17
CAPÍTULO II – ENVELHECIMENTO E O DIREITO À MORADIA COMO TEMA MULTIDISCIPLINAR	22
2.1 Envelhecimento: um fenômeno complexo que exige várias abordagens	22
2.2 Longevidade da população Brasileira	26
2.3 O direito à moradia para a população idosa no Brasil	28
2.4 Habitação e direito à moradia para população idosa no estado do Paraná	32
CAPÍTULO III – PROGRAMA AURORA E O DIREITO A MORADIA DE PESSOAS IDOSAS EM JAGUARIAÍVA	37
3.1 O Programa de Extensão Aurora e sua definição de multidisciplinaridade	37
3.2 Programa Aurora e a parceria com os profissionais do município de Jaguariaíva no Condomínio da Pessoa Idosa	39
3.3 O Serviço Social e sua atuação na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora	48
3.3.1 Atuação do Serviço Social no atendimento às pessoas idosas residentes do condomínio em Jaguariaíva e a percepção da equipe do Programa Aurora	56
3.3.2 Programa Aurora e o impacto das atividades: Seus desafios e potencialidades	61
3.4 As Pessoas Idosas residentes do condomínio e a equipe do Programa Aurora a partir do Grupo Focal	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXO	84
APÊNDICE	91

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escolha da temática para estudo e elaboração deste trabalho foi influenciada pelas várias experiências vivenciadas ao longo de toda trajetória acadêmica, especialmente com a realização do estágio curricular I e II nos anos de 2023 e 2024. A pesquisa sobre a atuação do Serviço Social em equipes multidisciplinares, com foco no atendimento à população idosa, justifica-se pela crescente demanda dessa população por serviços especializados. O fenômeno do envelhecimento populacional é uma realidade mundial, com impactos diretos nas políticas públicas sociais.

No Brasil, a expectativa de vida vem aumentando, o que torna essencial a criação de programas e políticas que garantam o bem-estar e os direitos da população idosa, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). Esta pesquisa analisa a inserção do Serviço Social na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora, focando no condomínio para pessoas idosas no município de Jaguariaíva - Paraná, no período de 2022 a 2024.

O fenômeno do envelhecimento não apenas evidencia a importância da oferta de moradia adequada para as pessoas idosas, mas também ressalta as responsabilidades do Estado, na implementação de políticas que atendam às necessidades dessa parcela da população. Assim, este estudo apresenta como o Serviço Social se articula dentro da equipe multidisciplinar do Programa Aurora, para proporcionar um atendimento integral e eficaz aos moradores do condomínio.

A escolha do Programa de Extensão Aurora como objeto de estudo justifica-se pela relevância da sua atuação em Jaguariaíva - Paraná, no atendimento às necessidades habitacionais e sociais de pessoas idosas. O condomínio para pessoas idosas representa uma iniciativa inovadora, que visa assegurar a qualidade de vida dessa população. Assim, analisar essa política, sem dúvidas contribui para seu aprimoramento e expõe a realidade vivida pela população idosa que reside no condomínio. Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel fundamental ao articular ações em equipe multidisciplinar, garantindo o acesso a direitos e promovendo a inclusão social.

Academicamente, esta pesquisa contribui para o aprofundamento dos estudos sobre a inserção do Serviço Social em equipes multidisciplinares, tema que ainda carece de maior exploração, especialmente no contexto de políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, além de apresentar o Programa de Extensão

Aurora como uma iniciativa piloto. Do ponto de vista profissional, o estudo é relevante para refletir sobre as atribuições e competências privativas dos assistentes sociais, conforme estabelecido pela Lei nº 8.662/1993, e sobre como esses profissionais podem atuar em consonância com outros membros da equipe multidisciplinar, para proporcionar um atendimento que contemple as demandas e necessidades das pessoas idosas. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir como uma reflexão sobre a prática profissional dos assistentes sociais, como também para o aprimoramento das políticas públicas sociais direcionadas ao envelhecimento.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora, considerando as especificidades das atribuições privativas e competências profissionais estabelecidas pela lei no 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social. Para atingir este objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos, que incluem analisar a concepção de equipe multidisciplinar no Programa de Extensão Aurora; Analisar a atuação do Serviço Social frente às demandas do processo de envelhecimento e do direito à habitação; Discutir a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar no atendimento às pessoas idosas em Jaguariaíva; Refletir sobre as atribuições e competências do Serviço Social no atendimento às pessoas idosas.

A pesquisa quantitativa e qualitativa tem em sua natureza particularidades, mas que se complementam para analisar os fenômenos em questão de maneira totalizante. Minayo e Sanches (1993) compreendem que o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. Permitindo então, que a análise se torne abrangente de forma a aprofundar a compreensão sobre a complexidade do fenômeno. Para realização do Trabalho de Conclusão de Curso, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica, documental, entrevista semi-estruturada e grupo focal.

De acordo com Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica se define de modo geral, como uma seleção dos principais estudos científicos realizados anteriormente sobre o tema escolhido, destacando-se por sua importância ao fornecer informações atuais e relevantes sobre a temática pesquisada.

Para escolher as referências foram filtradas nos principais periódicos. A pesquisa bibliográfica envolveu a consulta de livros, artigos acadêmicos e publicações eletrônicas que tratam de questões como o envelhecimento

populacional, a moradia para pessoas idosas, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade no Serviço Social. Para escolher artigos que tinham relação com a temática foi realizado filtros de pesquisa no site da Scielo e Google Scholar, com palavras chaves como “Envelhecimento e Serviço Social”, com 26 resultados na Scielo, “Direito à moradia e Habitação e Serviço Social”, com 242 resultados no Google Scholar, “Envelhecimento e Habitação”, com 188 resultados no Google Scholar, “Longevidade e Qualidade de Vida” e obtive cerca de 40 resultados Google Scholar. Após todos esses filtros, foram selecionadas as bibliografias que eram mais relevantes e pertinentes com o tema e que contemplassem os objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental, que de acordo com Gil (2008) apresenta-se pela natureza das fontes, vale-se de todo tipo de documento, com finalidades diversas. Foi utilizando os documentos disponíveis no site oficial da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a proposta e a Regulamentação do Programa Viver Mais Paraná, proposta do Programa de Extensão Aurora publicada na página da PROEX, Estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003), Política Nacional da Pessoa Idosa (Lei nº 8.842/1994), Constituição Federal de 1988, documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que abrangem uma vasta gama de aspectos relacionados à regulamentação, práticas e condições de trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil como: Lei nº 8.662/1993, regula a profissão e estabelece diretrizes éticas para o exercício profissional. Documentos como as "Atribuições Privativas" e os "Parâmetros para Atuação" detalham as responsabilidades e áreas de atuação dos assistentes sociais nas políticas de assistência social e saúde.

Outro procedimento, a entrevista semi-estruturada é uma abordagem que mescla perguntas abertas e fechadas, proporcionando ao entrevistado a oportunidade de expressar suas opiniões sobre o tema em discussão. Foram realizadas as entrevistas com profissionais da rede socioassistencial de Jaguariaíva, que atendem aos moradores e com alguns integrantes da equipe do Programa Aurora. A entrevista semi-estruturada é particularmente útil quando se busca delimitar o volume de informações, direcionando a conversa para o tema específico e intervindo conforme necessário para atingir os objetivos propostos. (Boni; Quaresma, 2005).

Além disso, o grupo focal realizado com os moradores do condomínio do idoso, na concepção de Dias (2000) com base em Vaughn et al. (1996), consiste em uma abordagem qualitativa, pode ser empregada de maneira independente ou em

conjunto com outras técnicas qualitativas ou quantitativas, visando a aprofundar a compreensão das necessidades dos usuários e clientes. O objetivo do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade.

O trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado "O Debate sobre Multidisciplinaridade e o Serviço Social", apresenta os conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, além de explorar como esses conceitos se desdobram no campo do Serviço Social e na inserção dos assistentes sociais em equipes que atuam de maneira inter e/ou multidisciplinar. Também aborda os espaços sócio-ocupacionais nos quais o Serviço Social atua a partir dessa perspectiva.

O segundo capítulo, "Envelhecimento e o Direito à Moradia como Tema Multidisciplinar", discute o fenômeno do envelhecimento como um conceito multifacetado, que demanda diversas abordagens. Também esclarece questões relacionadas à longevidade da população brasileira, evidenciando que as pessoas estão vivendo mais e com melhor qualidade de vida. Além disso, o capítulo aborda o direito à moradia da população idosa, que tem crescido no Brasil, destacando a necessidade de políticas habitacionais específicas para esse público.

Por fim, o terceiro capítulo, "Programa Aurora e o Direito à Moradia de Pessoas Idosas em Jaguariaíva", traz os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Nele, é apresentada a realidade vivenciada pelos moradores do condomínio da pessoa idosa em Jaguariaíva, analisando como ocorre a gestão do condomínio e o papel do Programa de Extensão Aurora nesse espaço. O capítulo analisa como se desenvolve a atuação multidisciplinar no atendimento a essa população, suas interações com o município de Jaguariaíva, e destaca, de forma particular, a atuação do Serviço Social dentro da equipe multidisciplinar. Ao final, são relatadas e analisadas as experiências de vida e as impressões dos moradores sobre como é morar nesse espaço de condomínio destinado à população idosa.

CAPÍTULO I

O DEBATE SOBRE MULTIDISCIPLINARIDADE E O SERVIÇO SOCIAL

O capítulo tem como objetivo abordar a discussão sobre a multidisciplinaridade e o Serviço Social, analisando os conceitos do que se caracteriza como interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

Refletir como os conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade estão presentes nas discussões realizadas pelo Serviço Social, identificando as categorias teóricas que estão presentes na produção de conhecimento do Serviço Social sobre multidisciplinaridade. A análise apresentada no capítulo se fundamenta em dados da pesquisa bibliográfica.

1.1 - Analisando os conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinariedade

A interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade são conceitos que descrevem formas diferentes de integrar conhecimentos de várias áreas. A partir dos autores pesquisados (Munhoz, 2008; Barros e Suguihiro, 2003; Carvalho, 2012) a interdisciplinaridade busca uma colaboração mais intensa entre as disciplinas, a multidisciplinaridade mantém as disciplinas separadas, mas trabalhando juntas em um objetivo comum. Ambas envolvem interações entre pessoas ou grupos, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos assuntos tratados.

Pensar de forma interdisciplinar ou multidisciplinar envolve integrar conhecimentos de diferentes áreas, ampliando a diversidade de saberes. Essa abordagem pode ser aplicada tanto para atender às demandas específicas quanto para atingir os objetivos definidos pela equipe inter ou multidisciplinar em determinado contexto. É fundamental apontar que uma atuação embasada em conceitos inter e/ou multidisciplinar, não deve ser segregada ou individualizada, mas que busque de maneira integrada gerar uma perspectiva totalizante sobre o tema em comum, sendo então, analisado pelas áreas de conhecimentos que se integram, seja de forma interdisciplinar e/ou multidisciplinar. (Munhoz, 2008)

Para realizar uma prática interdisciplinar é fundamental compreender que qualquer profissão não atua de maneira isolada ou pontual, é essencial saber interagir com as demais áreas compreendendo que, assim como aponta Barros e Suguihiro (2003, p. 8) “[...] a prática interdisciplinar é um instrumento de intervenção na realidade social”. Isso não isenta a responsabilidade de desenvolver uma atuação

bem estabelecida para aquilo que pertence ao seu campo de conhecimento e atuação profissional, quando existe essa boa articulação entre a sua expertise de conhecimento e outras disciplinas, a troca de saberes se torna parte do processo. Quando chegamos nos limites da própria profissão, a prática interdisciplinar permite abrir possibilidades para interagir com outras áreas, gerando um atendimento com maior abrangência e compreensão dos fenômenos que se tornam cada dia mais complexos e multifacetados. (Carvalho, 2012)

Já uma atuação pautada em uma perspectiva multidisciplinar, inclui também outras áreas de conhecimento, como acontece na interdisciplinar, mas sua particularidade está em sua atuação ter um objetivo ou propósito em comum, mas as áreas atuam dentro da sua especificidade, sem o envolvimento de outras áreas na sua atuação, o que interliga a equipe é o mesmo objetivo ou propósito estabelecido.

Na multidisciplinaridade as áreas atuam de modo simultâneo, tratando uma dada questão, problema, assunto ou temática, sem que os profissionais implicados estabeleçam entre si efetivas relações no campo técnico ou científico. No âmbito da multi às áreas tratam um mesmo tema, objeto, fenômeno, contudo sem realizar qualquer intervenção nas abordagens das demais áreas, assim como aponta Almeida Filho (1997) apud Vassi et al. (2024, p. 6).

É fundamental pautar que as práticas inter e/ou multidisciplinares trazem consigo diversas probabilidades e maneiras de intervir em um contexto da realidade, a busca por uma abordagem que atenda as demandas da população de maneira mais integrada e totalizante, é sem dúvidas benéfica para população, por meio dessa abordagem inter e/ou multidisciplinar, é possível pensar e analisar as demandas de uma maneira a compreender não só os problemas vivenciados pelos indivíduos, mas pela população, por meio do seu contexto social, econômico, cultural, de saúde, dentre outros fatores.

Mas além dos benefícios acima apontados, as práticas inter e/ou multidisciplinares possuem também suas limitações. Para poder atuar de forma integrada, é necessário que a equipe multidisciplinar seja formada por profissionais com abertura e diálogo, profissionais que possuam maturidade para relacionar-se com os diferentes saberes. A equipe deve estar apta para desenvolver uma visão ampliada sobre o objeto de atuação, que possibilite receber e contribuir com os conhecimentos de cada área profissional. Além disso, em suas características pessoais é necessário para o profissional desenvolver uma abertura, curiosidade e

boa dialogicidade. Isso pode ser uma grande dificuldade, pois envolve a formação profissional que o indivíduo obteve e obstáculos institucionais e pessoais. (Galván, 2007)

De maneira geral, podemos sintetizar que a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade buscam integrar diferentes áreas de conhecimento, enriquecendo a compreensão e a abordagem de questões complexas. Enquanto a interdisciplinaridade promove uma integração mais ampla e colaborativa entre as disciplinas, a multidisciplinaridade mantém a especificidade de cada área, unindo-as por um objetivo comum. Ambas abordagens oferecem benefícios significativos, como uma visão mais completa dos fenômenos e uma intervenção mais totalizante da realidade. No entanto, para alcançar esses benefícios, é necessário que os profissionais envolvidos desenvolvam habilidades de diálogo, abertura e colaboração, superando desafios institucionais, pessoais e de formação.

1.2 O debate do Serviço Social sobre equipe multidisciplinar

O debate sobre equipes multidisciplinares no Serviço Social, é um tema relevante e em constante análise. De acordo com as demandas das Políticas Públicas Sociais, o Serviço Social tem atuado em equipes interdisciplinares, onde profissionais de diferentes áreas colaboram para oferecer uma abordagem que contemple as demandas apresentadas. No entanto, a abordagem multidisciplinar, que mantém as áreas de atuação mais segmentadas, também tem sido discutida como uma realidade no contexto das políticas públicas sociais.

Para compreender sobre esse debate, se faz necessário entender o conceito de competência e atribuições privativas dos assistentes sociais que se encontram na Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão no artigo 4º e 5º, onde discorre respectivamente sobre esse assunto. Para melhor definição do que é cada um desses conceitos, lamamoto (2012, p. 37) descreve como:

A premissa é a de que as dúvidas relativas à interpretação legal do texto já foram elucidadas no Parecer Jurídico sobre o tema, que sustenta serem as atribuições referentes às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais.

Sendo assim, podemos compreender de acordo com a autora, que a discussão sobre as competências e atribuições privativas do assistente social, não

se limita apenas ao que a lei determina, mas também ao que os profissionais podem e devem fazer no exercício profissional, pautando-se nos conhecimentos que são fundamentais, sendo as bases teóricas e metodológicas do Serviço Social. Na análise apresentada por Guerra (2023 p. 45) “é preciso também considerar os fundamentos, nesse caso teórico-metodológicos, como os alicerces que sustentam ideias, os argumentos de explicação, as formas de interpretar a profissão e a realidade.”

O Código de Ética do Assistente Social aprovado em 13 de março de 1993 pela Resolução CFESS nº273/1993, estabelece os princípios basilares da atuação profissional de maneira a exigir o seu cumprimento pela categoria, amparando as intervenções dos assistentes sociais, fundamentando sua atuação de maneira a nortear seu fazer profissional.

Considerando a realidade da atuação profissional em equipes multi e interdisciplinares, é importante a ressalva que o Código de Ética coloca sobre a obrigatoriedade de manter o sigilo profissional.

Dentro do Código de Ética, o capítulo V, no Art. 16, discorre sobre sigilo profissional, que se define de maneira geral, como a importância do assistente social não divulgar informações sobre os usuários, respeitando sua história de vida, e compreendendo seu dever como profissional de atender de maneira sigilosa, ética e humanizada na garantia dos seus direitos. No parágrafo único do Art. 16, expõe que apesar do assistente social estar inserido em equipe multidisciplinar, as informações sobre os usuários, precisam ser divulgadas somente a partir daquilo que é estritamente necessário.

Compete ao CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) a fiscalização do exercício profissional e as orientações técnicas sobre o trabalho dos assistentes sociais, inclusive no caso de atuação em equipes multi ou interdisciplinares.

A resolução 557/2009, publicada pelo CFESS em 15 de Setembro de 2009, dispõe sobre o assistente social atuando em equipes multiprofissionais, que significa estar atuando com outros profissionais de áreas diferentes ao Serviço Social. A presente resolução, em suas considerações, pontua importantes argumentos que embasam e norteiam a atuação dos assistentes sociais, que se encontram inseridos em uma equipe multidisciplinar. Essa resolução aponta a importância dos profissionais estarem atuando de maneira conjunta com outros profissionais, com a finalidade de compreender as demandas com uma dimensão de totalidade e no

enfrentamento das expressões da questão social. A perspectiva de defesa dos direitos humanos, é para além da dimensão meramente individual, mas a partir da busca pela qualidade de vida, por meio de uma atuação multidisciplinar no contexto das políticas públicas.

A resolução do CFESS (2009) destaca considerações, sobre a importância dos assistentes sociais manterem sua atuação pautada em uma competência técnica, teórico-metodológica e ético-política integrando uma equipe multidisciplinar, pois apesar da prática multidisciplinar ter uma relação com outras áreas, aquilo que pertencem as competências do assistente social precisa ser norteado e bem estabelecido, assim como, aquilo que é atribuições privativas do assistente social seja realizado somente pelo profissional.

De acordo com o CFESS (2009) no artigo 3º da resolução 557, aponta aspectos que se consideram relevantes, enfatizando que “o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar”. Infere-se a partir desse art.º 3º a importância do assistente social inserir-se em equipe multidisciplinar, no sentido de ampliar suas possibilidades de atuação e colaborar com a especificidade de seu trabalho junto com as demais profissões. Na atuação profissional, o Assistente Social deve garantir sua especificidade e contribuir com a equipe e com a população atendida nas Políticas Sociais.

Outra resolução importante do CFESS é a 569 de 25 de março de 2010, que trata sobre o assistente social não poder realizar terapias no seu exercício e/ou atuação profissional. Nesse documento no Art. 3º parágrafo primeiro e segundo descreve que:

Parágrafo Primeiro: O Assistente Social, em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e/ou famílias, inclusive em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, deverá ater-se às suas habilidades, competências e atribuições privativas previstas na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social.

Parágrafo Segundo: A presente Resolução assegura a atuação profissional com indivíduos, grupos, famílias e/ou comunidade, fundamentada nas competências e atribuições estabelecidas na Lei 8.662/93, nos princípios do Código de Ética do Assistente Social e nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social previstos na Resolução CNE/CES/MEC nº 15, de 13 de março de 2002, garantindo o pluralismo no exercício profissional. (CFESS, 2011)

O assistente social precisa atuar devidamente amparado pela legislação que regulamenta a profissão, para que seu fazer profissional não se limite a uma simples

execução de atividades, evitando assim a possibilidade de desviar o foco da sua atuação dentro de uma equipe multidisciplinar. O assistente social precisa executar aquilo que é sua atribuição privativa e também as competências, valorizando o seu fazer profissional, ganhando espaço e desempenhando uma atuação pautada em princípios éticos-políticos, teórico-metodológicos e técnicos-operativos.

O debate sobre o Serviço Social em equipe multidisciplinar tem sido abordado em diversos espaços sócio-ocupacionais, segundo Guerra (2023), o Serviço Social apresenta diversas dimensões e não se encontra isolado, pois qualquer que seja a profissão, ela emerge como maneira de propor respostas a realidade no que se refere a intervenções de situações do cotidiano. Como a Guerra (2023, p. 44) coloca, “ A existência da nossa profissão depende das respostas que damos à realidade, e as nossas atribuições e competências profissionais exigem que acionamos todas as dimensões na realização do nosso trabalho profissional.”

O debate em torno da participação do Serviço Social em equipes multidisciplinares é crucial e em constante desenvolvimento, especialmente à luz das necessidades das Políticas Públicas Sociais. É fundamental compreender a distinção entre competências e atribuições profissionais, como foi analisado por Iamamoto (2012). Nesse contexto, as resoluções do CFESS 557/2009 e 569/2010 desempenham um papel crucial ao orientar a atuação dos assistentes sociais em equipes multidisciplinares, garantindo que suas intervenções sejam guiadas pelos princípios éticos, teóricos e técnicos do Serviço Social, e respeitando sempre o sigilo profissional e as competências definidas pela legislação.

Portanto, o debate sobre equipes multidisciplinares deve incluir não apenas a integração com outras áreas, mas também a valorização do papel específico do assistente social, garantindo uma atuação qualificada e ética no contexto das políticas públicas e das demandas sociais.

1.3 Espaços Sócio Ocupacionais e as atuações do Serviço Social em equipe multidisciplinar

O assistente social atua em diversos espaços sócio-ocupacionais, integrando equipes com outros profissionais de diversas áreas de conhecimento, expertises, interesses e demandas. Partindo desse pressuposto, nota-se que o assistente social se instrumentaliza de diversas maneiras para executar suas funções, competências e atribuições privativas, dentro do que é estabelecido pela legislação que

regulamenta o curso de bacharel em Serviço Social, a legislação da profissão, pelo código de ética e com uma visão norteada pelo projeto ético-político da profissão. Analisando essa dinâmica, percebe-se a importância do assistente social, responder de maneira eficaz às complexas e variadas demandas de seu campo de atuação, independentemente do espaço que ocupe.

Com base em dados do CFESS (2022), em um documento onde apresenta informações sobre, o Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional, aponta a forma como os assistentes sociais ingressam no mercado de trabalho, vejamos:

[...] ainda se mantém as formas públicas como o principal meio de acesso ao emprego pelas/os assistentes sociais. O concurso público alcança 40,30% (17.816) e, se somado à seleção pública simplificada 10,91% (4.822) e ao edital público 1,74% (771) teremos um total de 52,7% de profissionais que participaram da pesquisa que ingressaram em seus empregos por meio de modalidades públicas de acesso no principal vínculo contratual.

É importante observarmos esse dado, para compreender os espaços que os assistentes sociais estão inseridos, a maior parte dos profissionais se encontram como servidores públicos, atuando nas políticas de saúde, educação, assistência social, habitação e outros. Dessa forma, o assistente social atua em equipe multidisciplinar e interdisciplinar nessas políticas públicas sociais. De acordo com lamamoto (2009, p.31) destaca que “o processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas funções e competências”.

Os espaços sócio ocupacionais, segundo lamamoto (2009, p. 3), apresentam várias condições e particularidades, pois com os processos históricos, o avanço da tecnologia, robótica, formas de relacionamentos, processo de globalização e outras inovações tecnológicas, impactam as relações de trabalho e conseqüentemente a atuação de diversos profissionais, incluindo os assistentes sociais, demandando novas habilidades, competências, atribuições e aperfeiçoamento na sua formação profissional e acadêmica, gerando uma prática interventiva e que atue de maneira efetiva para a garantia dos direitos da população.

Posto isso, lamamoto (2009) discorre sobre a importância de uma formação acadêmica que ampare os assistentes sociais para compreender e desvendar as ideologias que distorcem a percepção da realidade social, e que forneça uma

orientação ética, política e técnica para apoiar a luta contra-hegemônica voltada para a melhoria das condições de trabalho e a justiça social.

Dentre os espaços sócio-ocupacionais ao qual o assistente social tem se integrado o documento do CFESS (2024, p. 50)¹ traz uma tabela, onde apresenta os espaços aos quais os assistentes sociais estão inseridos sendo eles: Assistência social, saúde, educação, campo sociojurídico, docência em serviço social, habitação, previdência social, recursos humanos, direitos humanos, trabalho, meio ambiente, cultura, transportes e outros. De acordo com o CFESS (2024) nesse mesmo documento aponta os seguintes dados:

Entre 7.873 assistentes sociais respondentes, quase metade (49,79%) trabalha na política de assistência social, o que sugere que as condições e relações de trabalho apontadas nesta pesquisa são determinadas fortemente por esse espaço de atuação. A política de saúde, tradicional campo de atuação, correspondeu a 22,75% das respostas. A educação e a área sociojurídica respondem em proporções bastante similares, respectivamente com 6,95% e 6,01%. A previdência social, o mais antigo e um dos primeiros espaços de intervenção profissional pública, participou com apenas 1,87% das respostas. Juntos, esses cinco espaços incorporam 85,5% das/os profissionais que participaram da pesquisa. As demais áreas são responsáveis por 14,5% das respostas.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) estabelecem e regulamentam parâmetros de atuação para os assistentes sociais no Brasil, são amparados por diversos documentos e normativas que orientam a prática profissional. Dentre esses parâmetros estão o para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, que de maneira geral estes parâmetros detalham as diretrizes para a atuação na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estabelecendo responsabilidades e práticas para garantir a proteção social aos indivíduos e famílias. No documento, observa-se uma parte importante, que discorre sobre o trabalho em equipe, vejamos:

O trabalho em equipe não pode negligenciar a definição de responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas. (CFESS, 2011, p. 28)

Outro parâmetro importante é o para Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde, em síntese definem a atuação dos assistentes sociais no Sistema Único de

¹ Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: Dados Complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil

Saúde (SUS), focando em aspectos como a promoção da saúde, garantindo seu acesso e direitos, por meio da integralidade do atendimento.

O documento coloca que o profissional assistente social que atua em equipe, possua uma formação específica e diferente da perspectiva dos profissionais da saúde, vejamos o que apresente o documento onde discorre sobre os Parâmetros de atuação do Assistente Social na Saúde:

O assistente social, ao participar de trabalho em equipe na saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde. (CFESS, 2009, p.24)

É possível observar a partir do exposto, como a atuação dos assistentes sociais nesses espaços, é relevante para garantir o acesso aos direitos dos usuários que buscam atendimento na política de saúde. Pois, o assistente social atua de maneira integrada com os demais profissionais de saúde, porém sua atuação se diferencia na interpretação das condições de saúde, pois a partir de uma visão ampliada para realidade e história social dos indivíduos, analisa não apenas a condição de saúde, mas todos os fatores sociais, culturais, familiares, dentre outros, para assim, viabilizar o acesso às políticas públicas sociais.

Outro Parâmetro de atuação que é válido analisar, é o de atuação no Sociojurídico, assim como os supracitados, esse também inclui o trabalho em equipe mencionado a relação multiprofissional, vejamos:

Ainda, com igual relevância, a atuação nas instituições do sociojurídico requer processos de trabalho coletivos, tanto aqueles atinentes aos/às assistentes sociais, quanto aqueles multiprofissionais, com profissionais alinhados/as com o projeto de defesa dos direitos humanos. É permanente o desafio de assistentes sociais no sociojurídico, exigindo constante vigilância com as armadilhas que surgem no exercício profissional, remetendo a práticas alienadas e alienantes, ao mesmo tempo em que se tem em mãos oportunidades ímpares de incidir na defesa e na ampliação de direitos. (CFESS, 2014, p.100)

A partir da citação, analisamos que as atuações no sociojurídico em equipes multiprofissionais, que envolvem tanto assistentes sociais, quanto profissionais de outras áreas, pauta-se na defesa dos direitos humanos. Pois como visto, anteriormente, a abordagem multiprofissional proporciona uma ampliação nas discussões das demandas, mas essa abordagem não pode descaracterizar e/ou alienar a atuação dos assistentes sociais, pois aquilo que é sua competência e

atribuição privativa precisam ser executadas pelos assistentes sociais, como por exemplo, a elaboração de parecer social.

O assistente social está presente em diversos espaços sócio-ocupacionais dentro da sua atuação, destaca a sua integração em equipes multidisciplinares e interdisciplinares. Os dados do CFESS (2022) revelam que a maioria dos assistentes sociais ingressa no mercado de trabalho, por meio de concursos públicos, e muitos atuam em políticas de assistência social e saúde, setores que absorvem uma significativa parcela desses profissionais.

A atuação do assistente social, é regida por uma série de parâmetros e diretrizes que buscam a proteção social e os direitos dos indivíduos. A formação acadêmica, orientada pelo projeto ético-político da profissão, é crucial para preparar esses profissionais para enfrentar as complexas demandas do campo de atuação. As orientações do CFESS e CRESS, são essenciais para fiscalizar e qualificar a prática profissional, assegurando que os assistentes sociais possam trabalhar de maneira eficaz e ética.

A atuação dos assistentes sociais em diversos espaços sócio-ocupacionais é indispensável para a construção de uma sociedade mais equitativa. Sua atuação na garantia dos direitos sociais e na promoção da justiça social, amparado por uma formação sólida e por diretrizes éticas, reafirma a relevância dessa profissão na luta contra as desigualdades e na busca por uma cidadania plena para todos os indivíduos.

CAPÍTULO II

ENVELHECIMENTO E O DIREITO À MORADIA COMO TEMA MULTIDISCIPLINAR

O objetivo deste capítulo é discutir o envelhecimento e o direito à moradia como um tema multidisciplinar, analisando o envelhecimento como um processo que demanda diversas abordagens.

É importante refletir sobre como a longevidade da população brasileira impacta nas políticas públicas sociais, especialmente no que tange ao direito à moradia e habitação, tanto no contexto brasileiro quanto no estado do Paraná. O capítulo busca identificar a discussão acadêmica sobre o envelhecimento e o direito à moradia, veiculados através de artigos científicos, teses e dissertações. A análise apresentada no capítulo é fundamentada em dados provenientes de pesquisa bibliográfica e documental.

2.1 Envelhecimento: um fenômeno complexo que exige várias abordagens

O fenômeno do envelhecimento populacional é uma realidade que está sendo discutida mundialmente, sendo caracterizado como um fenômeno multifacetado, complexo e heterogêneo. Teixeira (2021, p. 452) destaca que “Assim, o envelhecimento e a velhice passam a ser considerados fatos naturais e sociais, aprofundando a noção de processo biopsicossocial.” Entende-se que o envelhecimento deve ser compreendido, não apenas como um mero ciclo biológico ocasionado pelo tempo, mas como um fenômeno humano e social multifacetado, expresso na realidade vivida pela sociedade e pelos indivíduos.

Envelhecer é um processo que todos os seres vivos passam, mas não é vivenciado de modo linear para todas as pessoas, o envelhecimento é um processo que está profundamente ligado aos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais, políticos, biopsicossociais, dentre outros. Assim, como destaca Escorsima (2021, p.430-431):

O processo de envelhecimento extrapola a condição de mero ciclo biológico condicionado no tempo para ser entendido como fenômeno humano e social, multifacetado por expressões sociais e múltiplas significações culturais construídas na sociedade, que só adquirem inteligibilidade quando pensadas a partir de um determinado modo de produção, neste caso, o modo de produção capitalista. Nessa direção, é possível entender o lugar social dos membros de uma sociedade a partir de suas posições. O envelhecimento no Brasil

diante dos meios de produção fundamentais existentes, calcados na propriedade privada destes.

À vista disso, pode-se analisar que de fato a população idosa no Brasil, não envelhece de maneira uniforme e com as mesmas condições socioeconômicas e socioculturais ou até mesmo, em equidade no acesso aos direitos sociais. Existem nuances na realidade social vivida pelos indivíduos, que perpassam as expressões da questão social que impactam diretamente na subsistência dos indivíduos. Além disso, é válido ressaltar que há situações em que as pessoas idosas são estigmatizadas, e que ainda se identifica na sociedade pré-conceitos que perpassam as gerações, vejamos o que Shneider e Irigaray (2008, p.3) apontam:

As concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital. Nesta dura realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já está fora de moda.

Dado que, a ideia de velhice na sociedade contemporânea não é vivenciada de maneira linear e uniforme, mas criada e moldada pela sociedade em que vivemos. Contudo, levando em consideração que na sociedade capitalista há contradição entre os interesses da lucratividade e do bem estar da população, nem todas as pessoas idosas têm igualdade de acesso às condições de vida, de forma que a longevidade é vivenciada por parte da população idosa marcada pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais e de gênero. Ao mesmo tempo em que promove-se a longevidade através de avanços médicos, tecnológicos e melhorias na qualidade de vida, parte da população não tem participação e nem acesso aos avanços na produção desses serviços e mercadorias geradas pela sociedade capitalista, pois estamos inseridos em uma sociedade desigual em acesso a direitos de cunho social, políticos e civis.

Como resultado dessa realidade, a alteração também pode ser observada na distribuição etária da pobreza no Brasil: enquanto em 2012, 2,9% da população pobre era constituída por pessoas idosas, no ano de 2022 esse índice aumentou para 4,2%, correspondendo a um crescimento de 2 milhões, para 2,8 milhões de pessoas idosas. Em relação a essa população em extrema pobreza, a porcentagem

passou de 1,4% para 3,1%, significando um acréscimo de 216 mil pessoas idosas em condições de extrema pobreza ao longo de uma década. (Bagolin; Salata, 2023, p. 10)

Apesar da população idosa ser minoria entre pobres e extremamente pobres, sua participação aumentou entre 2012 e 2022. Em 2012, 47,3% da população em situação de pobreza era composta por jovens, 49,8% por adultos, e 3% por idosos. Dez anos depois, em 2022, esses percentuais variaram para 41,6% de jovens, 54,3% de adultos e 4,2% de pessoas idosas. Ou seja, é evidente a mudança de perfil etário da população em situação de pobreza, que vem se tornando mais adulta e idosa. Ocorrendo por vários fatores, com medidas neoliberais, elevação do desemprego, pandemia, e embora a população idosa tenha a proteção de renda pela previdência e assistência social, ainda assim, houve elevação da pobreza para essa faixa etária também. (Bagolin; Salata, 2023, p. 13)

No entanto, apesar dos desafios, houve significativos avanços no Brasil com a Política Nacional do Idoso (PNI). Essa política visa, através de diversas ações governamentais em diferentes setores, garantir os direitos sociais da população idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação ativa na sociedade. Além disso, reforça o direito à saúde dessa população em todos os níveis de atendimento do SUS. (Brasil, 2019)

É um fato que a população idosa no Brasil tem crescido e que esse não é um fator recente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define pessoa idosa em países desenvolvidos com 65 anos, nos países em desenvolvimento considera-se pessoa idosa com 60 anos. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006) dispõe na sua legislação que a pessoa idosa no Brasil, é considerada a idade igual a 60 anos ou mais.

De acordo com a análise realizada por Miranda et.al (2016) em 1920, a expectativa de vida no Brasil era de apenas 35,2 anos, e as pessoas idosas representavam apenas 4,0% da população total. Nesse contexto, havia aproximadamente 11 pessoas idosas para cada 100 crianças (de 0 a 14 anos). Com o passar das décadas, houve um aumento notável na longevidade da população brasileira. Em 2010, a expectativa de vida alcançou os 70 anos. Essa mudança reflete-se também na proporção de pessoas idosas na população, que aumentou consideravelmente ao longo dos anos.

Outro dado importante do IBGE, analisado pela nota informativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS (2023, p.7), indica que a redução da taxa de fecundidade, que atingiu o valor de 1,76 no ano de 2021, contribui para o processo de envelhecimento, além disso, entre 2010 e 2021, a expectativa de vida ao nascer no Brasil passou de 73,4 para 77 anos e a expectativa de vida aos 60 anos de 21,1 para 23 anos.

O MDS (2023, p. 9) destaca a diversidade presente nas regiões do país, no índice de envelhecimento, que se define como uma métrica demográfica que compara a quantidade de pessoas idosas, com a quantidade de pessoas em uma determinada população. Ele é calculado dividindo o número de pessoas idosas, pelo número de jovens e multiplicando o resultado por 100. Esse índice fornece uma ideia da estrutura etária de uma população, ajudando a entender se uma população é mais jovem ou mais velha. Dentro disso, o índice de envelhecimento de 41,4 no Norte do Brasil significa que, para cada 100 pessoas de 0 a 14 anos, há cerca de 41,4 pessoas idosas, isso indica uma população relativamente jovem. Em contrapartida, um índice de 95,4 no Sul e 98,0 no Sudeste sugere que, para cada 100 pessoas de 0 a 14 anos, existem aproximadamente 95,4 e 98 pessoas idosas, respectivamente. Esses valores são bem mais altos, indicando uma população idosa quase igual à de jovens, refletindo uma população significativamente mais envelhecida.

Os dados do censo demográfico de 2022 realizado pelo IBGE, revelam um significativo aumento na proporção de pessoas idosas na população brasileira ao longo dos últimos doze anos vejamos na tabela a seguir:

Tabela 1 - Aumento da população idosa no Brasil de 2010-2022

Indicador	2010	2022	Crescimento
Proporção de Pessoas com 65 anos ou mais	7,4%	10,9%	3,5 pontos percentuais
Proporção de Pessoas com 60 anos ou mais	10,8%	15,6%	4,8 pontos percentuais

Fonte: Organizado pela autora com dados do Censo Demográfico IBGE (2022)

Analisando esses dados, é possível comprovar que a população está envelhecendo e alcançando maior longevidade, isso impõe diversos desafios em

como as políticas públicas sociais, contemplam às demandas que emergem com o crescimento da população idosa no Brasil. Essa realidade é evidenciada por dados demográficos e indicadores sociais que expõem uma necessidade de políticas públicas que atendam às demandas específicas dessa população. A expectativa de vida aumentou significativamente, e a proporção de pessoas idosas continua a crescer.

Essas diferenças nos índices de envelhecimento entre as regiões indicam variações nas dinâmicas demográficas locais, como taxas de natalidade, expectativa de vida e migração, e têm implicações importantes para a formulação de políticas públicas. Regiões com populações mais envelhecidas podem precisar focar mais em serviços de saúde geriátrica, previdência e programas de suporte social para idosos, enquanto regiões mais jovens podem priorizar educação, creches e infraestrutura para crianças e jovens. A compreensão do envelhecimento como um fenômeno multifacetado e socialmente construído é crucial para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades dessa mudança demográfica.

2.2 Longevidade da população Brasileira

O conceito de longevidade ao longo da história da humanidade se modificou das mais variadas formas, nem sempre viver 60, 80 ou até mais de 100 anos, foi uma realidade para as civilizações e sociedades ao redor do mundo. No livro “A Velhice” Beauvoir (1990, p. 105) realiza uma análise histórica mostrando como se dava a relação das sociedades antigas, com o envelhecimento e as pessoas idosas, vejamos o que a autora aponta:

Essa enumeração desolada das deficiências da velhice será encontrada em todas as épocas, e é importante sublinhar a permanência desse tema. Se o sentido e o valor dados à velhice variam com as sociedades, nem por isso ela deixa de permanecer um fato que transcende a História, suscitando um certo número de reações idênticas. Organicamente, a velhice é, sem dúvida, um declínio e, como tal, a maior parte dos homens a teme. Os próprios egípcios já acalentavam a esperança de vencê-la. Pode-se ler, num papiro: “Início do livro sobre o modo de transformar um velho num jovem.” Aconselha-se a consumir glândulas frescas retiradas de jovens animais. Nos dias de hoje, também encontramos este sonho de rejuvenescimento.

Em essência, podemos observar que Beauvoir (1990) argumenta que a velhice é um fenômeno universal e atemporal que suscita reações similares em diferentes épocas e culturas, incluindo o temor pelo processo de envelhecimento e a

busca por meios de rejuvenescimento. Essas argumentações, refletem uma constante preocupação humana com as limitações e desafios associados ao envelhecimento.

Como aponta o Ministério da Saúde (2022) em torno de 30 milhões de brasileiros têm 60 anos ou mais, o que equivale a 14% da população total do Brasil em 2020. As projeções e pesquisas apontam que, em 2030, o número de pessoas idosas superará o de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em aproximadamente 2,28 milhões. Em 2050, a população idosa representará cerca de 30% da população brasileira; enquanto as crianças e os adolescentes, 14%.

Esse indicador tem várias implicações, apesar dos avanços na medicina, melhoria nas condições e uma maior expectativa de vida alcançando a longevidade. Por outro lado, coloca desafios significativos para o sistema de saúde, previdência social e políticas públicas sociais. Um aumento na população idosa, exige mais serviços de saúde especializados com equipes que atuem de maneira inter e multidisciplinar, infraestrutura adaptada e políticas de inclusão social para garantir um atendimento que sane as especificidades dessa parcela da população. Como Ottoni (2014, p.999) coloca, “Na atualidade, a longevidade é fator de grande preocupação para o mundo, pois envolve questões cruciais, como aposentadoria, impostos, saúde pública, habitação, dentre outras“

Estudos de Souza et. al. (2016) apresenta que pessoas idosas com redes sociais de apoio e amizades satisfatórias têm até 22% mais chances de alcançar a longevidade. Homens mais velhos com mais amigos apresentam melhor saúde cardiovascular, enquanto mulheres idosas com mais amigos têm menor incidência de problemas cognitivos. Em geral, idosos socialmente integrados preservam melhor a memória e apresentam menor morbidade e mortalidade. Além disso, comportamentos preventivos, como a prevenção primária, secundária e terciária de doenças, também contribuem para a longevidade. O abandono do tabagismo é crucial, pois o uso de tabaco aumenta significativamente o risco de doenças crônicas. A inatividade física é prevalente entre idosos e está associada a obesidade e problemas cardiovasculares, mas a atividade física reduz o risco de morte por doenças cardiovasculares em 40%.

Em termos de nutrição, dietas ricas em frutas, verduras e fibras, e pobres em gorduras saturadas, estão associadas a menor incidência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT. Doenças cardiovasculares são prevalentes e responsáveis

por um terço das mortes no Brasil. Estilo de vida saudável deve ser incentivado desde a juventude para melhores condições de envelhecimento. As limitações do estudo incluem a falta de métodos para avaliar o tempo de adoção de estilos de vida saudáveis, mas ressaltam a importância desses hábitos para a longevidade. (Souza et. al, 2016)

De acordo com Patricio et. al (2007), a alguns anos atrás viver até os 100 anos era o máximo, mas hoje sabemos que pode ser considerado até os 125 anos² de idade. O aumento da expectativa de vida do ser humano está ligado com o avanço da tecnologia da saúde, pois a partir do seu desenvolvimento diminuiu as taxas e indicadores de mortalidade e aumentou a expectativa de vida ao nascer. Com isso, tanto a população idosa, quanto a sociedade, consentem que o envelhecimento ativo e que vise a qualidade de vida, é um ponto primordial para obter uma vida longa.

Em conclusão, o conceito de longevidade evoluiu significativamente ao longo da história, viver mais e melhor se tornou mais comum devido aos diversos avanços na medicina e nas sociedades. O envelhecimento é um fenômeno universal, que provoca reflexões em diferentes épocas e culturas. Dessa forma nota-se a necessidade expandir os serviços especializados, adaptar a infraestrutura e implementar políticas de inclusão social para garantir qualidade de vida à população idosa, reconhecendo que promover um envelhecimento ativo e com qualidade de vida é essencial para uma vida longa e satisfatória não somente a uma classe social, mas para a população brasileira em sua totalidade.

2.3 O direito à moradia para a população idosa no Brasil

O direito à moradia no Brasil é uma temática que está em muitos espaços de discussão, com reflexões realizadas por diversas áreas de conhecimento, como uma temática que apresenta avanços ao longo dos anos, com mudanças significativas que serão citadas a seguir.

De acordo com os estudos realizados por Santana e Santos (2016) o Estado, ao fomentar a mercantilização da terra, tanto no meio rural quanto urbano, contribuiu para o déficit habitacional. As primeiras intervenções habitacionais ocorreram em

² Noticia sobre moradora do Paraná que pode ser considerada a mulher mais velha do mundo com 124 anos de idade: <https://www.bandab.com.br/noticias-parana/mulher-mais-velha-do-mundo-parana/>

São Paulo e Rio de Janeiro, onde a industrialização levou trabalhadores a viverem em cortiços precários, posteriormente alvos de repressão e medidas sanitárias.

Durante o governo Vargas, foram criados parques proletários e habitações via Institutos de Aposentadorias e Pensão (IAPs), mas a acessibilidade era limitada devido aos baixos salários. A Fundação da Casa Popular (FCP), criada em 1946, visava a construção de moradias para a população de baixa renda. Com a Lei do Inquilinato de 1942, o governo congelou os aluguéis, desestimulando investimentos privados e agravando a crise habitacional. No período entre as décadas de 1940 a 1960 houve aumento na urbanização que elevou a demanda habitacional, sem no entanto, ter uma política pública voltada para atender essa demanda, fazendo o déficit habitacional ficar mais evidente. (Santana e Santos, 2016)

A taxa de urbanização na década de 1940 era de 31,24% e na década de 1960 passou a ser de 44,67%. Após o golpe de 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foram estabelecidos pelo governo ditatorial, mas enfrentaram críticas por falta de participação social e desconsideração dos municípios e das particularidades regionais. A urbanização acelerada agravou os problemas habitacionais, e nas décadas de 1980 a taxa de urbanização era equivalente a 67,59%, em 1990, saltou para 75,59%, o empobrecimento da população no meio urbano reduziu os financiamentos. (Sene, 2020, p. 48)

A Constituição de 1988 reconheceu o direito à moradia, mas a efetivação desse direito permanece desafiadora. De acordo com Sene (2020, p. 61) a luta por melhores condições urbanas no Brasil, que se deu na inclusão da questão urbana na Constituição de 1988, tem raízes nas demandas por moradia dos anos 1960. Um marco importante foi o Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963, coordenado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), que destacou a necessidade de uma legislação específica para promover cidades mais igualitárias e garantir o direito à moradia e infraestrutura urbana para todos. O documento resultante, conhecido como o “Seminário do Quitandinha”, influenciou os princípios do direito urbanístico atual, incluindo limitações ao direito de propriedade e o controle da especulação imobiliária.

Durante o regime militar (1964-1985), as discussões sobre reforma urbana foram prejudicadas, mas a pauta voltou a ganhar importância com o fim da ditadura. Em 1981, a Igreja Católica e outros movimentos sociais retomaram a discussão

sobre a reforma urbana. Em 1983, foi apresentado um projeto de lei que visava melhorias urbanas, mas enfrentou forte resistência e não avançou. Com a redemocratização e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1986, o Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) impulsionou a Emenda Popular nº 63/1987, que propunha o direito à cidade e uma gestão democrática e participativa. Apesar da resistência conservadora, alguns princípios da emenda foram incorporados na Constituição Federal de 1988, como a função social da propriedade e a gestão democrática das cidades. (Sene 2020, p. 62)

Finalmente, a Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, concretizou as diretrizes constitucionais, regulamentando a política urbana e avançando na implementação das normas para enfrentar desigualdades urbanas e garantir condições dignas de vida. Sendo assim, a CF/88 prevê o direito à moradia, que se descreve como um dos direitos fundamentais de caráter social de todo brasileiro, vejamos o que a legislação discorre:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988)

A partir disso, não há dúvidas que o direito à moradia é fundamental para garantir a dignidade humana e é essencial para o desenvolvimento social e econômico de qualquer país. Uma moradia adequada proporciona segurança, privacidade, saúde e estabilidade, permitindo que os indivíduos e famílias possam se desenvolver plenamente. Mas, essa não é a realidade vivenciada por parte da população do Brasil, o déficit habitacional é um indicador primordial para observar essas questões, segundo a Fundação João Pinheiro - FJP (2021, p. 2 e 3):

Déficit habitacional é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta (déficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. Déficit e inadequação habitacional podem ser entendidos como a “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” e que, por algum motivo, não fornece. O atual papel dos indicadores do déficit habitacional e da inadequação domiciliar é dimensionar a quantidade de moradias incapazes de atender o “direito de acesso, por parte da população, a um conjunto de serviços habitacionais que sejam, pelo menos, básicos”.

Em 2019, o déficit habitacional brasileiro foi estimado em cerca de 5,876 milhões de residências, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2021) com base

nos dados do IBGE ³ esse número inclui problemas como ônus excessivo com aluguel, coabitação forçada e habitações precárias. De acordo a organização Oxfam Brasil (2016) a concentração de propriedade no Brasil agrava a desigualdade social, pois uma pequena parcela da população obtém a maior parte dos recursos, como terras e imóveis. Isso leva a uma maior desigualdade econômica, acesso desigual a serviços e infraestrutura, e limita a mobilidade social, pois quem possui propriedades pode acumular mais riquezas. A concentração também cria disparidades na geração de renda e pode influenciar negativamente as políticas públicas, favorecendo grandes proprietários, gerando maior dificuldade da população pobre no acesso à moradia e a propriedade devida a grande competitividade no mercado imobiliário, onde a população que se encontra em condição de pobreza não tem renda necessária para realização de financiamentos e compra de imóveis.

Ao que se refere ao direito à habitação para a população idosa existem algumas legislações para garantir esse direito no Brasil, além da CF/88. A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) que define as diretrizes para a implementação de políticas públicas para a população idosa, incluindo a garantia de moradia adequada. Ela estabelece que as políticas devem garantir que as pessoas idosas possam viver com dignidade e integridade, incluindo condições habitacionais adequadas.

Além disso, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) é a principal legislação específica que trata dos direitos dessa população no Brasil. A lei garante, no art. 10, o direito ao acesso à moradia adequada e à dignidade, estabelecendo a responsabilidade do Estado em prover mecanismos para garantir as necessidades habitacionais para que as pessoas idosas sejam atendidas. Essa mesma lei, em seu art. 37 discorre que “A pessoa idosa tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.”

A partir da base legal, surgem os programas e políticas públicas que viabilizem o acesso aos direitos relacionados à habitação, dessa forma, o Estatuto do Idoso no art. 38 inciso I declara a “reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas”. A partir

³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) - 2019; Cadastro Único (CadÚnico)

disso, foi lançado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, que é uma das principais políticas habitacionais do Brasil. Na sua fase mais recente, o programa inclui ações específicas para a população idosa, como a adaptação de moradias para garantir acessibilidade e condições de vida adequadas. (Caixa Econômica Federal, 2014)

Além disso, existem iniciativas locais e estaduais desenvolvidas para atender às necessidades habitacionais da população. Como exemplos de construção de condomínios adaptados para as pessoas idosas, sejam elas iniciativas realizadas pelo estado ou instituições privadas, programas de adaptação de residências para garantir acessibilidade. Vemos essas iniciativas em alguns estados brasileiros como aponta nos estudos de Freire e Junior (2017) sendo um exemplo é a política habitacional do estado de São Paulo, que inclui os programas Vila Dignidade em Avaré e Itapeva, Recanto Feliz e Vila dos Idosos. No estado da Paraíba, destaca-se o programa Cidade Madura e do estado do Paraná com os condomínios para idosos implantados em alguns municípios. Essas iniciativas não só garantem o direito a uma habitação digna para essa população, mas também promovem a manutenção da qualidade de vida, servindo como importante parâmetro para a avaliação das políticas públicas.

Portanto, garantir o direito à moradia é essencial para promover a dignidade humana e o desenvolvimento social. Continuar investindo em políticas públicas eficazes e adaptadas às necessidades regionais e demográficas é crucial para enfrentar os desafios persistentes e assegurar que todos os brasileiros, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a uma habitação digna. A partir dos apontamentos, no próximo tópico, vamos refletir sobre como tem se desdobrado essa discussão no estado do Paraná.

2.4 Habitação e direito à moradia para população idosa no estado do Paraná

A habitação e o direito à moradia, impactam em todas as dimensões da vida humana, o habitar e o morar em determinado espaço, constitui o lugar no qual se forma a identidade e a vida em sociedade. De acordo com Santos (1996), o território é o espaço usado, transformado pelas técnicas e normas, onde se exercem relações de poder. O espaço é o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde a sociedade se organiza e realiza suas atividades. O lugar

é o espaço vivido, onde o cotidiano das pessoas acontece e se define em sua singularidade.

Ter uma casa como moradia, vai muito além de estrutura física ou um mero espaço para abrigo, é um ambiente que nos faz garantir nossa dignidade humana, sendo não somente um direito básico, mas também um pilar crucial para o desenvolvimento social e econômico de qualquer sociedade. Para melhor compreensão, Schweizer e Junior (1997, p. 54) apontam uma definição dos conceitos de moradia, habitação e casa, vejamos:

A palavra casa nos leva a uma ideia de estrutura física, de uma construção material, à visão de paredes e teto. A moradia, no entanto, indica a realização de uma função humana: o ato de morar. Finalmente, a palavra habitação conduz a uma visão mais dinâmica no uso da casa ou da moradia; indica a ação de habitar. Os três conceitos são complementares e se referem à necessidade fundamental do ser humano de possuir um abrigo para nele realizar um conjunto de atividades que variam em função de cada cultura e do contexto social e ambiental nas quais se inserem.

Partindo desse pressuposto, vimos no item anterior deste capítulo a importância da garantia desse direito para a população de maneira geral, mas especificamente para as pessoas idosas, observamos como as políticas públicas garantem a efetivação desse direito às pessoas idosas, por meio de programas e projetos do Estado. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2022) a população total do Paraná é de 11.444.350 pessoas, dentre essa população cerca 1,7 milhões⁴ são pessoas idosas .

De acordo com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR (2023, p.11), o estado apresenta um déficit habitacional de cerca de 594.409 tanto no âmbito urbano, quanto rural, dentre as necessidades apresentadas para esse déficit são: Assentamentos precários e falta de cadastros nos sistemas da COHAPAR, ocupações irregulares, conjuntos habitacionais degradados, cortiços, loteamentos irregulares, entre outras questões.

A partir disso, O Programa Viver Mais Paraná foi desenvolvido como uma modalidade do programa de habitação do Estado do Paraná o Casa Fácil Paraná, com foco na construção de condomínios residenciais destinados a pessoas com 60

⁴ População de pessoas idosas no Paraná, segundo informações publicadas pelo site do IPARDES: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Populacao-paranaense-com-100-anos-ou-mais-cresceu-39-em-12-anos#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20pr%C3%B3prio%20Estado,de%20Amigo%20da%20Pessoa%20Idosa>

anos ou mais, mediante locação das unidades por um valor mensal correspondente a 15% do salário mínimo nacional. (COHAPAR, 2024)

A execução do programa é de responsabilidade da COHAPAR, uma empresa de economia mista fundada em 1965, que coordena e implementa os programas habitacionais no Estado do Paraná. Lançado pelo governo estadual em outubro de 2019, o programa justifica-se pela necessidade de implementar políticas públicas direcionadas à população idosa, que representa cerca de 10% do déficit habitacional do Estado, segundo estimativas apresentadas no regulamento do programa (Paraná, 2022).

Como exposto pela Agência de Notícia do Estado do Paraná (2023), atualmente há 21 projetos em andamento, sendo o projeto-piloto do Condomínio do Idoso finalizado em Jaguariaíva, em outubro de 2020. Em seguida, um segundo conjunto foi entregue em Foz do Iguaçu, em outubro de 2021, e uma terceira unidade foi inaugurada em Prudentópolis, em dezembro de 2021. Cornélio Procópio recebeu a unidade mais recente em dezembro de 2022. Os condomínios possuem um modelo similar, com 40 moradias, espaços comuns para serviços de saúde, assistência social, lazer e convivência. Os moradores são acompanhados por profissionais de saúde, educação física e assistência social, com o apoio de estudantes universitários das universidades estaduais.

O regulamento do programa aponta que seu público alvo é focado em atender pessoas de baixa renda com 60 anos ou mais. Os imóveis são construídos com recursos do tesouro estadual, e os valores arrecadados com aluguel são reinvestidos na política habitacional. As áreas onde os empreendimentos serão construídos são doadas pelos municípios ou pertencem à COHAPAR. As áreas selecionadas devem ter infraestrutura básica e acesso a serviços públicos. Os projetos são desenvolvidos pela COHAPAR e a construção é realizada por empresas contratadas via licitação específica. A gestão do condomínio é feita por uma associação de moradores, supervisionada pelo município, que fornece profissionais de saúde, educação física e assistência social, porém a COHAPAR gerencia os alugueis. O beneficiário pode residir com o cônjuge, que pode permanecer na unidade em caso de saída ou falecimento do titular, desde que atenda às normas do programa. Os idosos podem receber visitantes em períodos curtos. É previsto que cada condomínio terá uma associação de moradores responsável pelo gerenciamento. (Paraná, 2022, p.1-2)

A parceria com o município se desdobra de acordo com o regulamento, com a doação do terreno quando necessário e o fornecimento de profissionais para acompanhamento periódico dos residentes, como médicos, enfermeiros, assistentes sociais e educadores físicos, encaminhamento dos beneficiários que perderem o direito ao aluguel, realização da manutenção do condomínio e fiscalização do cumprimento das regras em parceria com a associação de moradores. Os empreendimentos são vilas para idosos em formato de condomínios fechados horizontais, com unidades habitacionais adaptadas (um dormitório, sala, banheiro, cozinha e varanda) e infraestrutura de lazer completa. As moradias são adaptadas às necessidades físicas dos residentes, com itens de acessibilidade. Há também ambulatório, guarita, sala de administração, sistemas de comunicação interna e de captação de energia solar e águas pluviais. (Paraná, 2022, p. 3)

Ao que se refere aos critérios de seleção, o regulamento prevê que para ser selecionado, o candidato deve ter 60 anos ou mais, renda familiar bruta mensal de até seis salários mínimos, comprovar que o aluguel não supera 30% da renda mensal, não ser proprietário de imóvel e apresentar documentação necessária. A hierarquização considera residentes em áreas de risco ou insalubres, núcleos familiares chefiados por mulheres, núcleos familiares com pessoas com deficiência, inscritos em programas sociais como Bolsa Família, coabitação ou adensamento e ônus excessivo de aluguel. (Paraná, 2022, p. 4-5)

Após a seleção o morador deverá seguir algumas obrigações segundo o regulamento, como usar o imóvel apenas para fins residenciais, manter o imóvel em boas condições, permitir vistorias, não sublocar, vender ou ceder o imóvel, respeitar regras condominiais e contratuais, pagar taxas e tributos incidentes ao imóvel e pagar a taxa de aluguel social em dia. A COHAPAR poderá retomar o imóvel em casos de falecimento, internação médica permanente, perda de autossuficiência, descumprimento das cláusulas contratuais ou atraso no pagamento do aluguel por mais de 90 dias. (Paraná, 2022, p. 5)

E por fim, o regulamento prevê a organização da gestão condominial sendo de responsabilidade da associação de moradores, supervisionada pelo município. Em casos excepcionais, o município pode assumir a gestão de forma permanente. A gestão inclui monitoramento, segurança, limpeza, manutenção das áreas comuns, gestão contábil e prestação de contas, e pode ser custeada por fundos sociais, apoio filantrópico ou recursos municipais. (Paraná, 2022, p. 6-7)

Como aponta Busatto (2023), o direito à moradia adequada é fundamental e assegurado pela legislação brasileira e internacional, que vai além de simplesmente possuir um imóvel. As políticas habitacionais devem garantir que as moradias ofereçam custos acessíveis, infraestrutura adequada, segurança e dignidade, elementos essenciais para o desenvolvimento urbano. É crucial que as políticas públicas priorizem grupos como a população idosa, que tende a aumentar significativamente nas próximas décadas. Historicamente, o foco exclusivo no financiamento da casa própria no Brasil não resolveu a falta de moradia e trouxe problemas como especulação imobiliária e produção de habitações em áreas periféricas inadequadas.

O Programa Viver Mais Paraná exemplifica uma iniciativa de locação social para pessoas idosas, financiada exclusivamente pelo Estado do Paraná e coordenada pela COHAPAR. Este programa, por meio dos condomínios com infraestrutura de lazer e acessibilidade, deve respeitar as necessidades dos moradores e promover o direito à moradia adequada. Apesar de recente, com unidades em construção em vários municípios, o programa mostra potencial para expandir e melhorar o uso da locação social como uma alternativa habitacional, sendo uma forma de enfrentar o déficit habitacional e garantir por meio do programa, o acesso ao direito à moradia para essa população.

CAPÍTULO III

PROGRAMA AURORA E O DIREITO A MORADIA DE PESSOAS IDOSAS EM JAGUARIAÍVA

O presente capítulo, objetiva discutir como se originou e como acontecem as ações realizadas pelo Programa de Extensão Aurora no atendimento das pessoas idosas residentes do condomínio do idoso em Jaguariaíva - Paraná, perpassando questões relacionadas aos direitos dessa população, visando sua qualidade de vida a partir das relações e das atividades propostas pelo programa aos moradores e a rede de atendimento socioassistencial do município de Jaguariaíva.

Apresenta e analisa os dados coletados por meio das entrevistas realizadas com integrantes da equipe do Programa Aurora, profissionais da rede de atendimento dos residentes do condomínio do idoso em Jaguariaíva e com o grupo focal realizado com moradores.

O foco das reflexões é sistematizar e analisar como se desenvolvem as ações do Serviço Social na equipe multidisciplinar no Programa Aurora, para o atendimento da população idosa do condomínio em Jaguariaíva.

3.1 O Programa de Extensão Aurora e sua definição de multidisciplinaridade

A Extensão Universitária proporciona um contato enriquecedor com a comunidade, viabilizando o acesso à informação e proporcionando troca de experiências e vivências. De acordo com a Resolução CEPE Nº 2020.6 (2021) publicada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, em seu Art. 2 contextualiza que:

Art. 2º A Extensão Universitária se configura como um processo científico, cultural, educativo, político, interdisciplinar, que passa a compor a formação acadêmica e profissional discente, tendo como vetor o processo de ensino-aprendizagem e como foco a comunidade.

Desse modo, podemos analisar que a extensão universitária proporciona uma experiência teórico-prática entre os acadêmicos, docentes e profissionais com a comunidade ao qual os projetos e programas de extensão atuam. De acordo com a Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais - PROEX (2024) da UEPG, existe uma diferença do que é considerado projeto e programa de extensão sendo:

São considerados programas o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), integrando preferencialmente as ações de extensão, pesquisa e ensino, com duração mínima de 02 (dois) anos, de caráter orgânico-institucional, voltados a um objetivo comum. São considerados projetos as ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos, discentes, e a comunidade, com duração mínima de um ano.

Com isso, compreende-se como Programa de Extensão Aurora, por integrar diversas áreas de conhecimento com atividades de intervenção prática junto às pessoas idosas no condomínio. A equipe do Programa Aurora é composta por uma coordenadora, seis professores responsáveis pelos projetos de extensão, conta também com acadêmicos do curso de Farmácia, Educação Física, Odontologia, Serviço Social e Enfermagem, além de uma profissional assistente social.

São desenvolvidas ações multidisciplinares envolvendo as áreas de assistência social e saúde, por meio de 5 departamentos, através de seus respectivos 6 projetos de extensão. Contudo, apesar dos acadêmicos estarem vinculados com um projeto específico de cada departamento, as ações e atividades são realizadas com integração dentro do Programa Aurora, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Departamentos e projetos do Programa Aurora

Departamento	Projetos	Nº de acadêmicos
Educação Física	Natividade	1
Odontologia	Atenção Odontológica	1
Serviço Social	Vivendo e Convivendo	2
Enfermagem	Saúde do Idoso	3
Farmácia	Cuidado Farmacêutico e Plantas Medicinais	3

Fonte: Organizado pela autora

De acordo com o Termo de Apresentação da Proposta do Programa Aurora, divulgado pela PROEX (2022, p.10), o objetivo geral é desenvolver ações multidisciplinares que permitam às pessoas idosas residentes no condomínio experimentar um envelhecimento saudável e positivo. Através de diversas atividades, buscando promover a convivência social, a valorização de si e do meio em que vivem, além de capacitar os profissionais envolvidos para atender de forma

eficaz às necessidades desse público. Os objetivos específicos incluem estimular as habilidades expressivas e a memória afetiva dos moradores, incentivar a prática de exercícios físicos para melhorar sua capacidade funcional e bem-estar, e promover a educação em saúde de forma preventiva. Além disso, visamos garantir o uso seguro de medicamentos, fortalecer a saúde bucal por meio de ações interdisciplinares, fomentar a interação social e os vínculos comunitários e capacitar os profissionais para um atendimento qualificado. Outro aspecto relevante é a promoção do uso e conhecimento de plantas medicinais, valorizando tanto a saúde quanto o conhecimento tradicional.

Seguindo as referências da Resolução CEPE Nº 2020.6 (2021) publicada pela UEPG para extensão universitária, a metodologia aplicada no Programa de Extensão Aurora é com base no ensino aprendizagem que consiste no diálogo e na troca de experiências entre os indivíduos envolvidos na ação, por meio das vivências, compreendendo as pessoas idosas sendo possuidores de trajetórias de vida e histórias, onde por meio das intervenções do programa, busca atendê-los de maneira a considerar os aspectos biológicos, sociais, culturais, afetivos, entre outros.

3.2 Programa Aurora e a parceria com os profissionais do município de Jaguariaíva no Condomínio de Pessoas Idosas

Para analisar a parceria do Programa Aurora com o município de Jaguariaíva vamos apresentar os dados coletados junto aos profissionais do município por meio das entrevistas semi-estruturadas⁵ buscando uma reflexão articulada com os dados da pesquisa bibliográfica sobre o Serviço Social inserido em equipe multidisciplinar. Busca-se demonstrar como são desenvolvidas as ações e os atendimentos do Programa de Extensão Aurora no condomínio de pessoas idosas em Jaguariaíva.

Os dados coletados por meio das entrevistas foram organizados em formato de quadros, demonstrando os depoimentos dos entrevistados e seguidos pela discussão a partir dos dados bibliográficos.

⁵ A transcrição das entrevistas estão como apêndice do presente trabalho, nos quadros apresentamos parte das falas/depoimento dos entrevistados.

Quadro 2 - Perfil dos Profissionais entrevistados do município de Jaguaraiáva

Função	Formação	Tempo de Atuação
Coordenadora do CRAS	Pedagogia	16 anos
Assistente Social do CRAS	Serviço Social	2 anos
Subsecretaria de Habitação	Pedagogia e pós graduada em gestão pública	34 anos
Secretário Municipal	Ciências contábeis, Pedagogia e Serviço Social	18 anos

Fonte: Organizado pela autora

O quadro 2 mostra quais foram os profissionais selecionados para entrevista do município de Jaguaraiáva. O critério para entrevistar esses profissionais, foi devido ao seu envolvimento com o Programa Aurora e com os moradores do condomínio, esses são os profissionais da rede de atendimento do município de Jaguaraiáva que tem vínculo direto com as políticas públicas sociais que envolvem as pessoas idosas e as necessidades e demandas dos moradores, além de grande parte estar atuando como servidor do município com anos de experiência.

Considerou-se também a relevância de entrevistar esses profissionais em razão de que a recepção dos moradores para residir no condomínio, é realizada por eles. Vejamos no Quadro 3 a seguir os dados sobre o envolvimento desses profissionais com o Programa Aurora e o processo de implementação do condomínio. Apresentamos as falas que consideramos importantes das entrevistas realizadas.

Quadro 3 - Dados sobre o Programa Aurora e Implementação do condomínio em Jaguaraiáva

(continua)

Entrevistados	1. Implementação do condomínio da pessoa idosa
Coordenadora do CRAS	Foi um trabalho para eles explicarem que era um aluguel social, que não era um programa de moradia, mas era moradia social. Eles, no começo, tiveram um pouco de dificuldade de entender que eles não estavam comprando uma casa para deixar para os seus familiares.
Assistente Social do CRAS	Quando o CRAS é Solicitado venho como Assistente Social
Subsecretaria de	Nesse período de implantação do condomínio, isso fazia parte do sistema

Habitação	de convênios. (...) Fazia parte também do conselho da Habitação e da Melhor Idade. (...) Eu vejo uma política pública bastante importante. (...) Tudo que é novo acaba criando uma expectativa, e às vezes essa expectativa gera frustração. (...) Fechou as 40 unidades. Temos uma procura bastante significativa. (...)
Secretário Municipal	<p>Eu participei do processo de seleção de algumas famílias do cadastro de dependentes da COHAPAR e participei da primeira seleção dos moradores que vieram para cá.</p> <p>(...) Na realidade, o condomínio do idoso representou e representa um grande desafio. Porque a grande maioria das pessoas, como todos nós, tem a intenção de ter um imóvel próprio.</p> <p>(...) Tanto é que, no universo de cadastro que tem dentro do município, que na época de quando eu participei era mais de 2.200 cadastros, para a gente conseguir chegar a essa constituição hoje das 40 unidades ocupadas de fato aqui, já passaram mais de 300 pessoas, 300 idosos. É um número bem significativo, né? Porque o condomínio tem algumas especificidades, né? Tem alguns idosos que moram com filhos, idosos que têm animal, eu participei do processo de quando foi feita a questão do regimento interno, da aprovação do regimento interno, do registro em ata, os moradores deliberaram na época que não poderia ter animal, e é o que se mantém até hoje, por não ter uma estrutura delimitada, ser casas conjugadas.</p>
Entrevistados	2. Conhecimento sobre o Programa Aurora
Coordenadora do CRAS	A teoria, pouco. A prática eu conheço a questão do, que é o programa de acadêmicos. Os orientadores são os professores da UEPG, que trazem esse trabalho multidisciplinar para os idosos do condomínio, apenas do condomínio.
Assistente Social do CRAS	O programa Aurora foi um bálsamo. Eu aprendi... Eu usei muita coisa que eu observei, que eu participei aqui com vocês, no meu grupo de idosos. E eles amaram. Serviu de Incentivo.
Subsecretaria de Habitação	Acho ele Amplo.
Secretário Municipal	Sim, eu conheço o Programa de Extensão Aurora, na realidade, pela questão do condomínio e pelo estar vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social. Os primeiros contatos foram feitos comigo e por mais algumas pessoas da equipe.

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados na entrevista semi-estruturada

Na pergunta "1. Implementação do condomínio da pessoa idosa", observamos um maior envolvimento nas respostas dos profissionais, principalmente porque a maioria deles teve conhecimento ou participou do processo de implementação do condomínio no município. Sobre o direito à moradia e habitação no Brasil, conforme Santana e Santos (2016), a garantia desse direito exigiu uma intensa luta, culminando na sua inclusão como direito fundamental na Constituição

Federal. Esse foi um processo histórico que passou por diversas transformações ao longo dos anos e que continua em evolução. A consolidação desse direito, bem como o desenvolvimento de políticas públicas sociais, depende da participação ativa da sociedade nos espaços de tomada de decisão, a fim de buscar a efetividade das políticas já existentes.

Dentro desse contexto, o condomínio do idoso, sem dúvidas representa sim um avanço para o direito à habitação, principalmente para a população idosa, mas como relatado pelos profissionais no quadro 3, apresenta grandes desafios na implementação.

Por se tratar de um aluguel social, o condomínio não proporciona o direito à propriedade, o que apresenta um desafio, dado que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, inciso XXII, garante: "é garantido o direito de propriedade". Isso significa que todo cidadão tem o direito de possuir bens e de exercer controle sobre eles. No entanto, os condomínios para idosos limitam a efetivação desse direito, já que a permanência deles é baseada em um contrato de aluguel, e não na aquisição de propriedade. A coordenadora do CRAS destacou essa dificuldade de compreensão entre as pessoas idosas, afirmando:

"Foi um trabalho para eles explicarem que era um aluguel social, que não era um programa de moradia, mas era moradia social. Eles, no começo, tiveram um pouco de dificuldade de entender que eles não estavam comprando uma casa para deixar para os seus familiares."

O direito à moradia é um direito fundamental e essencial para todos, e o sistema de aluguel pode, sem dúvida, limitar esse direito em algumas situações. De acordo com o regulamento do Programa Viver Mais Paraná (2022, p. 5), os moradores devem cumprir várias obrigações, tais como: utilizar o imóvel exclusivamente para fins residenciais, manter o imóvel em boas condições, permitir vistorias, não sublocar, vender ou ceder o imóvel, respeitar as regras condominiais e contratuais, pagar as taxas e tributos associados ao imóvel e manter a taxa de aluguel social em dia. A COHAPAR tem a prerrogativa de retomar o imóvel em casos de falecimento, internação médica permanente, perda de autossuficiência, descumprimento das cláusulas contratuais ou atraso no pagamento do aluguel por mais de 90 dias. Isso evidencia uma limitação no acesso ao direito à moradia e a negação do direito à propriedade, uma vez que, se a pessoa idosa infringir alguma

dessas regras, ela poderá se encontrar desprotegida e desamparada, sem um lugar para residir.

Outro ponto que merece análise é a alta rotatividade de moradores no condomínio, onde muitas pessoas idosas começam a morar, mas acabam desistindo por diversos motivos. Segundo o Secretário Municipal, a demanda era em média 2.200 cadastros, o que já é um número bastante expressivo para apenas 40 casas, com certeza apenas um condomínio não atenderia a necessidade de habitação de todos que necessitam.

Outro ponto que ganha destaque na fala do Secretário Municipal, é que mais de 300 pessoas idosas já passaram pelo condomínio, que conta com apenas 40 casas. Entre os fatores que contribuem para essa alta rotatividade, está o fato de que muitas pessoas idosas residem com filhos ou netos. Um dos critérios para morar no condomínio é ter mais de 60 anos, podendo o cônjuge da pessoa idosa ter idade inferior a 60 anos e ser casado, sendo vedado a mera coabitação, o que restringe ainda mais o acesso, considerando que vivemos em uma sociedade com grande diversidade nos tipos e vínculos familiares.

Perder a autonomia pode ser uma consequência do envelhecimento, pois, à medida que o indivíduo envelhece, geralmente perde mobilidade física e mental, além de necessitar de cuidados. Como destaca Ottoni (2014), a longevidade é uma questão relevante para o mundo, envolvendo aspectos fundamentais como aposentadoria, impostos, saúde pública, habitação e outras questões que afetam o cotidiano de indivíduos, famílias e políticas públicas, como no caso dos condomínios para idosos. Se refletirmos, caso uma pessoa idosa que reside em um condomínio se torne dependente de cuidados, onde ela irá morar? Seus cuidados retornarão à família? Se não houver vínculos familiares, ela será encaminhada a uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)? Existe um procedimento na rede socioassistencial para se caso isso acontecer? São muitas questões que exigem um olhar humano sobre a situação de cada pessoa idosa que habita esses espaços, algo que não foi devidamente considerado na elaboração do Programa Viver Mais - PR, que não compreende o envelhecimento como um processo biopsicossocial.

As respostas à pergunta "2. Conhecimento sobre o Programa Aurora" indicam que os profissionais têm uma compreensão geral do programa, mas mostram que não há muito envolvimento nas atividades ou uma participação mais efetiva nas ações. Embora as respostas sejam positivas e incluam elogios, elas não indicam

uma integração entre a equipe do município, os acadêmicos do Programa Aurora, a coordenação e a assistente social . Essa baixa interação acaba limitando as ações e atividades do Programa Aurora dentro do condomínio.

Como analisado por Suguihiro (2003, p. 8) destaca que, para desenvolver um trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar, é necessária essa articulação com as demais áreas e instituições, evitando uma prática isolada e desarticulada. Essa articulação não deve ocorrer apenas entre a equipe do Programa Aurora, mas também com a equipe do município, visto que o tem o convênio do condomínio em Jaguariaíva com o Estado e o acordo de cooperação com o Programa de Extensão Aurora - UEPG. O desenvolvimento de ações articuladas ou com maior parceria e participação do município poderia potencializar e consolidar, de maneira mais significativa, as ações do Programa Aurora e, conseqüentemente, melhorar a realidade vivida pelos moradores.

Contudo, vamos analisar as questões referentes à gestão do condomínio do idoso, a partir das perspectivas dos profissionais da rede socioassistencial do município. Será considerado, se o município tem cumprido com o estabelecido no regulamento do Programa Viver Mais - PR e qual a perspectiva dos gestores com relação processo de envelhecimento e como isso impacta no atendimento das demandas e necessidades dos moradores.

Quadro 4 - Gestão e Contrapartidas do município no condomínio do idoso

(Continua)

Entrevistados	1. Gestão do Condomínio e Contrapartidas
Coordenadora do CRAS	<p>Então, a minha contribuição é a questão desse apoio para o Programa Aurora, na questão do lanche, na questão da limpeza do condomínio, algumas mobilizações para algumas ações de vocês. A gente faz com os moradores daqui do condomínio, a divulgação do Programa Aurora, a gente faz algumas divulgações também no site da prefeitura do programa.</p> <p>(...) Eles não têm muita dificuldade em entender os critérios, só eles têm um pouquinho de dificuldade em seguir depois de estarem aqui. E também tem alguns que não se acostumam aqui. Uns por conta dos critérios mesmo, por conta de serem vários avós que cuidam de neto, então isso é uma das coisas que pesa bastante para nós. Nós tivemos, acho que com dois ou três casais que saíram daqui por conta disso, sabe? De não poder ficar com seus netos.</p> <p>(...) Aí a gente fica com essa questão da manutenção. A prefeitura ficou com a manutenção, os cuidados. Hoje nós não temos uma gestão própria do condomínio, que até quando ele foi criado a ideia era ter uma gestão própria. Hoje não tem. A gente ainda conta com a gestão do CRAS Primavera, que é o território onde está o condomínio.</p>

	<p>(...) Quando a gente fez essa parceria com a faculdade, com o Projeto Aurora, a gente deixou de fazer o serviço de convivência nesse período. Então, a gente não está fazendo por conta de estar nessa parceria com o Projeto Aurora. Dentista, apesar de que a dentista semana passada veio fazer uma avaliação. Então, é esse que é o trabalho.</p>
<p>Assistente Social do CRAS</p>	<p>Eles pedem muito que a gente consiga para eles a antena digital. Pedem a baixa renda da luz. Querem ter direito à baixa renda da luz. Daí a gente explica que tem os critérios de atendimento que não alcança per capita. Mas fulano tem eu não tenho, mas ciclano tem e eu não tenho, sabe? E de socialização mesmo.</p>
<p>Subsecretaria de Habitação</p>	<p>O condomínio tem aquele que desponta mais, o que é mais preocupado pelas coisas, quer que elas aconteçam, e, às vezes, é conhecido como enxerido pelos próprios condôminos. E aquele que é mais apático diz: Aquele lá nem quer saber o que faz lá, vai para cima ou para baixo.</p> <p>(...) Quando pensou que teria um síndico, digamos assim, para trabalhar com isso, eu te digo: são pessoas com experiência de vida. Mas essa experiência de vida não se retrata aqui. Porque, depois dos 60, aparecem alguns problemas de saúde. Você já não tem muita paciência, você já não tem aquele termômetro, né? Com o tom de voz, você acaba se exaltando. Vai ter uma série de problemas. Hoje, eu digo pra você que ter um síndico no condomínio não dá certo. Não tem, né? Tem muita fofoca. Você precisa tomar cuidado, porque, depois dos 60, você volta a ser criança. Então, nós temos que filtrar até onde podemos interferir e até que momento. E até que momento você vai passar adiante, porque, senão, você não consegue gerar uma paz.</p> <p>(...) A gente tem trazido ali dentro das possibilidades. Nós temos transporte na porta do condomínio, nós temos o Programa Aurora, o encontro com os grupos da melhor idade, de vez em quando vem a enfermeira, prestar atendimento. O médico aqui é meio difícil porque, no município já é difícil cidade pequena, você não consegue uma exclusividade, tem uma demanda grande. Mas eles, pela própria política pública, têm acesso a uma unidade básica de saúde, através do seu transporte. Se há necessidade de uma unidade, uma intervenção, a gente faz. Então, a coleta de lixo acontece, tudo. Eu acredito que a gente está sim, se não 100%, 99%.</p>
<p>Secretário Municipal</p>	<p>Na realidade, existe um termo de convênio celebrado com a COHAPAR, no qual o município assumiu alguns compromissos para que o condomínio aqui fosse implantado. Somos o primeiro condomínio do estado do Paraná. E dentro desses compromissos, a questão dessa manutenção do espaço, a questão dessa equipe. Nós não temos uma equipe própria para o condomínio do idoso, então nós utilizamos a equipe do equipamento do nosso Centro de Referência de Assistência Social, do CRAS Primavera, que é o equipamento da política pública mais próximo aqui. Então a coordenadora do CRAS acaba fazendo alguma parte aqui dentro do condomínio. A assistente social do CRAS também acaba atuando aqui. Nosso psicólogo também, quando é solicitado, acaba vindo aqui. E por parte da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, também são cedidos dois vigias para ficar na portaria do condomínio. E temos a questão com a política pública de saúde, que daí a gente tem a parceria com a equipe da UBS, que acaba fazendo algumas ações aqui dentro do condomínio.</p> <p>(...) O município tem feito a questão de manutenção de roçada do espaço,</p>

	<p>a questão de trocar de lâmpada, essas pequenas manutenções. Agora a gente sabe que vem uma manutenção um pouco maior, a questão da estrutura física, de pintura. Foi feito também por parte da solicitação dos moradores a questão de uma estrutura coberta para que eles pudessem guardar os carros deles. Foi sinalizado essa demanda para a COHAPAR também, mas não tivemos nenhuma resposta referente a essa situação, que é uma situação bastante latente. E incomoda eles também.</p> <p>(...) Eu vejo hoje, enquanto gestor da política da assistência, que seria necessário rever e ter uma equipe de atuação específica para o condomínio do idoso. E ao menos tivesse um coordenador dentro do condomínio do idoso que pudesse responder de forma mais efetiva, porque nós estamos aqui de forma sazonal, então são situações pontuais. Então eu acredito que deveria ter um profissional que aqui ficasse de forma perene e contínua para que pudesse construir.</p>
--	--

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados na entrevista semi-estruturada

É nítido nos apontamentos dos profissionais, que o Programa Viver Mais - PR e o próprio convênio realizado com o município de Jaguariaíva para a implementação do condomínio do idoso, apresentam divergências. De acordo com Lipsky (2019, p. 56) as elites políticas e os gestores administrativos têm um papel crucial na definição das principais diretrizes das políticas públicas. São eles que estabelecem as regras que determinam, por exemplo, quem pode receber benefícios, quais são os critérios de elegibilidade e quais normas e serviços devem ser oferecidos. Essas decisões políticas moldam o escopo de ação dos burocratas de nível de rua⁶, ou seja, os profissionais que atuam com o público diretamente na ponta dos serviços, que devem seguir esses parâmetros estabelecidos pela elite na execução do seu trabalho.

No entanto, essa formulação feita pelas elites políticas afeta diretamente a qualidade do serviço oferecido à população. No caso do condomínio da pessoa idosa, o impacto dessas decisões políticas se reflete no cotidiano dos profissionais da rede de atendimento. Conforme destacam os próprios profissionais, o trabalho realizado acaba se restringindo à manutenção física do espaço e a reparos superficiais, sem uma preocupação real em integrar os moradores à comunidade ou garantir sua autonomia e direitos. Essa desconexão entre a formulação das políticas e sua execução prática resulta em serviços limitados, distantes da verdadeira inclusão social das populações idosas.

⁶ “Os trabalhadores do serviço público que interagem diretamente com os cidadãos no decurso dos seus trabalhos e que têm poder substancial na execução de seu trabalho são chamados de burocratas de nível de rua neste estudo.” Lipsky (2019, p. 37)

O condomínio do idoso de Jaguariaíva em sua estrutura de acordo com a COHAPAR (2021) devia ter 40 imóveis de 40 metros quadrados cada, com um quarto, sala, cozinha, banheiro e área de serviço adaptados às necessidades dos moradores. Além do empreendimento contar com ambulatório para atendimentos médicos básicos aos residentes e áreas comuns para acompanhamento social e visitas de familiares. Apresentaria também uma infraestrutura completa de lazer incluindo uma praça de convivência, biblioteca, sala de informática, academia ao ar livre, horta comunitária, salão de festas e quiosques de jogos e piscina para hidroginástica.

O que na realidade não são todos esses serviços oferecidos, pois o condomínio do idoso de Jaguariaíva, não apresenta biblioteca, nem sala de informática e nem piscina para hidroginástica. Além de ser um serviço prometido na estrutura do condomínio e que não acontece, a mobilização que o município realiza para atender todas essas demandas necessita de uma ampliação dos profissionais da rede socioassistencial para atender todas as necessidades e demandas dessa população, ou seja, o condomínio do idoso, é uma política pública que não foi bem estruturada e articulada pensando na realidade vivenciada de cada município e das necessidades específicas que as pessoas idosas apresentam nessa fase da vida. O condomínio apresenta muitos desafios para os gestores municipais que na maioria das vezes não estão devidamente preparados e capacitados para atender o público de pessoas idosas que necessitam de atendimento especializado e cuidados, ainda mais vivendo em um contexto de condomínio onde é fundamental trabalhar a convivência e os vínculos comunitários, a autonomia das pessoas idosas, o envelhecimento com qualidade de vida.

É evidente a contradição entre a elaboração de políticas públicas por elites administrativas e políticas e sua execução pelos profissionais que atuam diretamente com a população. Isso se torna ainda mais claro quando observamos o despreparo de alguns profissionais de ponta, como no caso relatado pela Secretária de Habitação, que faz uma comparação equivocada entre pessoas idosas e crianças. A Secretária afirma:

“Você precisa tomar cuidado, porque, depois dos 60, você volta a ser criança. Então, nós temos que filtrar até onde podemos interferir e até que momento. E até que momento você vai passar adiante, porque, senão, você não consegue gerar uma paz.”

Essa fala demonstra uma visão estereotipada e limitante sobre o envelhecimento, sugerindo que as pessoas idosas perdem autonomia, quando, na verdade, a abordagem deveria focar em garantir sua dignidade e qualidade de vida, sem infantilizá-los ou tratá-los de forma condescendente.

O termo "idadismo" ou "etarismo", segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024), foi criado em 1969 pelo gerontólogo norte-americano Robert Butler para descrever os estereótipos, preconceitos e discriminações baseadas na idade. Um exemplo comum desse preconceito é a infantilização de pessoas idosas, que revela a falta de conhecimento específico sobre suas necessidades. Limitar a atenção a esse grupo apenas a aspectos do espaço físico, como oferecer um bom ambiente para morar e manter o espaço, é uma visão restrita. Para além disso, é crucial garantir a qualidade de vida e a dignidade, o que inclui aspectos emocionais, sociais e psicológicos.

3.3 O Serviço Social e sua atuação na equipe multidisciplinar do Programa e Extensão Aurora

Os critérios para a seleção dos entrevistados da equipe do Programa Aurora focaram no envolvimento direto com a criação, execução e coordenação do projeto, além de sua participação no planejamento das atividades inter e multidisciplinares realizadas junto ao serviço social para atendimento às pessoas idosas. O Quadro 5 detalha as informações das entrevistadas: a coordenação 1, que esteve envolvida no processo de criação e implementação do programa, atuando como coordenadora ao longo de 2023; a coordenação 2, que assumiu o cargo no início de 2024 e atualmente coordena o programa; e a assistente social, que atuou desde o início das atividades em 2023 até julho de 2024.

Quadro 5 - Coordenação e Profissional entrevistados do Programa Aurora

Entrevistadas	Tempo de atuação profissional
Coordenação 1 - docente com formação em Serviço Social	31 anos
Coordenação 2 - docente com formação em Serviço Social	17 anos
Profissional Assistente Social	11 anos

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados na entrevista semi-estruturada

O objetivo das entrevistas foi coletar dados sobre a origem do Programa Aurora, focando na criação da proposta e nos critérios definidos para a escolha das áreas de atuação destinadas ao atendimento dos moradores do Condomínio da Pessoa Idosa em Jaguariaíva. As coordenadoras compartilharam suas perspectivas e esclareceram os principais pontos referentes à implementação e os desafios encontrados no processo de execução do programa.

Quadro 6 - Origem do Programa Aurora e os critérios de seleção

(Continua)

Entrevistadas	1. Criação do programa
Coordenação 1	<p>A proposta veio a partir de uma conversa, na verdade, de um convite que a pró-reitora no período da pandemia fez. Me convidou para uma reunião que ela iria fazer com todos os professores que tinham projetos de intervenção com pessoas idosas ou na área de envelhecimento. Porque, depois de conversar com ela, ela tinha recebido uma demanda da Secretaria de Estado da Tecnologia e Ensino Superior - SETI para fazer uma proposta piloto para trabalhar no condomínio de Jaguariaíva, que era o primeiro condomínio que tinha sido implementado e já estava funcionando. Eles queriam, então, que a Universidade fizesse uma proposta piloto para fazer uma intervenção no condomínio de Jaguariaíva, e a ideia era a partir disso, replicar essa proposta que a UEPG faria para as demais universidades, quando os demais condomínios fossem implementados. Na época, estava Prudentópolis terminando a construção.</p> <p>(...) Na reunião, ela explicou qual seria o trabalho: a ideia era fazer um trabalho multidisciplinar, não só de uma área, mas porque a proposta do condomínio, do programa Viver Mais, propõe ações na área da cultura, saúde e lazer. Então, a gente tinha a possibilidade de fazer um trabalho multidisciplinar.</p> <p>(...) Na reunião, estavam eu, como representante do serviço social, a diretora de extensão, a pró-reitora de extensão, professores do Departamento de Educação, Educação Física, de Enfermagem, Departamento de Artes e de Farmácia. Já nessa primeira reunião, a de Educação declinou que não queria participar. Na segunda reunião, a pró-reitora tinha feito contato também com o departamento de Odonto, que se mostrou interessado também. A pró-reitora pediu para que eu escrevesse uma proposta para discutir com as demais colegas do grupo para saber se elas poderiam contribuir. Enfim, acabei escrevendo a proposta sozinha e elas contribuíram depois com algumas questões mais de planilha de custos. Na segunda reunião, todas que vieram disseram que iriam participar e cada uma teve que fazer o seu projeto de intervenção para integrar o programa, que é maior que o projeto.</p> <p>(...) Então, quase dois anos fazendo toda essa dinâmica de apresentação do projeto para a SETI. A SETI aprovou e apresentamos para o reitor aqui na UEPG. Entre o valor inicial que tínhamos feito para o projeto e a segunda vez, a SETI teve que reduzir o valor e a UEPG dar uma contrapartida. Nós entendemos que essa contrapartida da universidade seria os próprios professores e as atividades. Apresentamos para o reitor, no auditório da reitoria, na sala dos conselhos. Ele garantiu o transporte e assumiu esse compromisso, além de dar essa contrapartida e conversar garantindo que o programa acontecesse. Enfim, entre todas essas negociações, o programa foi aprovado quase no final do ano de 2022.</p> <p>A coordenação acabou ficando com o serviço social. A pró-reitora inicialmente já</p>

	<p>tinha essa intenção de que ficasse com a gente, mas de uma forma mais democrática foi colocado para o grupo para ver se não havia outros interessados. Então, essa característica de um programa com uma atuação entre as áreas, visando o interdisciplinar e uma atuação conjunta, veio a partir da nossa proposta e da nossa forma de atuação.</p>
Coordenação 2	<p>Eu sei que a UEPG, pelo que a coordenadora anterior me contou, ela foi convidada pela SETI, provavelmente pelo Governo do Estado, pelo pessoal da área da habitação, para pensar em uma parceria, para fazer uma espécie de acompanhamento desse programa que tinha essa especificidade de ser moradia para pessoa idosa.</p>
Entrevistadas	2. Critérios para os projetos vinculados
Coordenação 1	<p>Na verdade, não teve critério; foi por interesse de cada área. Todas, na verdade, tinham experiências e projetos de intervenção. Acho que quem não tinha era o pessoal de Odonto e o pessoal de Artes. Até Artes, quando entrou nas primeiras conversas, ela tinha o cargo que iria terminar a gestão e voltar para o departamento. Ela falou que iria fazer o projeto de extensão, mas acabou tendo um problema familiar pessoal e o departamento deles perdeu algum professor. Ela declinou e não conseguiu encontrar alguém no departamento para assumir. Mas é um projeto muito bom dela; ela ia trabalhar com pintura e histórias de vida. As que se mantiveram são as que desde o começo participaram e tinham esse interesse.</p>
Coordenação 2	<p>Hoje, o nosso programa aqui do UEPG, então, são cinco áreas: Serviço Social, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Educação Física. Cada universidade tem os seus cursos, o perfil do coordenador, então, pelo que eu entendi, ficou na autonomia de cada universidade pensar dentro do objeto do programa, que esse estivesse alinhado com as demais propostas que existem entre as outras universidades estaduais, pensar que áreas, dentro dos cursos que a universidade oferta, do lugar onde fica o condomínio, quais áreas iriam concorrer, que projetos iriam concorrer. Então, aqui no UEPG também, pelo que eu acompanhei no início, a coordenadora anterior me contou, foram já professoras que trabalhavam com alguma temática que de alguma forma envolvia a pessoa idosa. Então, que já tinham participado de outros projetos ou programas que já tinham um pouco essa troca.</p>

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados na entrevista semi-estruturada

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI (2019)⁷ desempenha um papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Ela direciona recursos para as instituições de ensino superior, promovendo a melhoria da qualidade educacional e o fomento à pesquisa e inovação. A secretaria apoia projetos, oferece financiamento para pesquisadores e estimula a criação de empresas inovadoras, além de facilitar a transferência de tecnologia entre universidades e o setor produtivo. Também prioriza a formação técnica e profissional, implementando políticas públicas que visam fortalecer a educação e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

⁷ Apresentação completa da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior publica no site: <https://www.seti.pr.gov.br/institucional/apresentacao>

Como mencionado pelas coordenadoras do Programa Aurora, foi uma demanda oriunda da SETI que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, por meio da Pró-reitoria de Extensão, convidou todos os projetos que atuavam com a pessoa idosa para criar uma proposta piloto, que então se originou o Programa de Extensão Aurora. Com a criação do Programa, foi possível promover um atendimento que contemplasse as necessidades e demandas dos moradores, valorizando a pessoa idosa e garantindo o acesso a informações e melhorando sua qualidade de vida.

A partir da fala das coordenadoras, a autonomia das universidades na escolha de áreas e projetos proporciona um alinhamento mais próximo às necessidades da comunidade, permitindo que as intervenções sejam contextualizadas e pertinentes.

A diversidade de áreas envolvidas no programa – que inclui a saúde, assistência social, lazer e a cultura – permite uma abordagem abrangente que atende não apenas às necessidades físicas, mas também às sociais e emocionais dos moradores. Essa perspectiva é essencial, já que o processo de envelhecimento envolve uma série de questões interligadas que exigem soluções integradas, como demonstram os dados bibliográficos sobre o fenômeno do envelhecimento.

Outro aspecto que podemos analisar é que por ser coordenado pelo Serviço Social, o programa apresenta uma característica onde a universidade se compromete a oferecer as intervenções, enquanto os moradores são incentivados a participar ativamente, promovendo um sentimento de pertencimento e inclusão. Essa relação é fundamental para o sucesso do programa.

A participação ativa das pessoas idosas nas atividades propostas, pode levar a um aumento no engajamento social, melhorando não apenas a qualidade de vida, mas também fortalecendo laços comunitários. Além disso, a presença de diferentes áreas enriquece as experiências e amplia as oportunidades de aprendizado e troca de saberes gerando uma intergeracionalidade entre os acadêmicos, professores e os profissionais envolvidos.

No Quadro 7, serão apresentados dados sobre o desenvolvimento prático das atividades, incluindo o planejamento e as reuniões internas do programa, bem como a execução das ações no condomínio, em interação com os moradores.

Quadro 7 - A multidisciplinaridade no Programa Aurora e no atendimento das pessoas idosas

(continua)

Entrevistadas	1. Na equipe do Programa Aurora
Coordenação 1	<p>Com os alunos, a grande preocupação da atividade desenvolvida pelos estagiários e pelos bolsistas era que houvesse uma integração entre as áreas. Por exemplo: quando o pessoal da Odonto fosse trabalhar com o sujeito, que é o mesmo, o mesmo indivíduo, a pessoa idosa, ele tivesse noção e consciência do que o serviço social está fazendo, o que a educação física está fazendo, e o que aquela atividade tem relação com a questão de Odonto, por exemplo, no bem-estar da pessoa idosa, entendendo-a como um todo. Então, foi um passo de cada vez.</p> <p>(...) Então, começou a entender que essa integração precisava acontecer. Até a Educação Física conseguiu entender mais rápido isso, ainda com algumas resistências, conseguiu entender a importância de nos conhecermos enquanto área de atuação e de pensar no objetivo comum. Todo mundo estava trabalhando com a mesma pessoa idosa, precisava atuar dentro da mesma perspectiva. E aí demanda estudo, demanda trabalho em conjunto, que não era uma prática que eles tinham no início. Cada um fazia seu projeto. A ideia inicial parecia ser essa. Então, a estruturação e integração do programa foi se dando no processo.</p> <p>(...) Aí começou a pensar na ação propriamente dita, no que cada um ia fazer. Começamos a pensar e estudar com os alunos o que cada um tinha como proposta para executar lá. O trabalho multidisciplinar envolve essa discussão de saber o que a proposta do outro tem a ver com a minha e o que eu posso contribuir com a proposta do outro, trabalhando de forma conjunta. A ideia era sempre quem ia com quem em cada dia da semana, nunca deixar um projeto sozinho, embora algumas vezes isso tenha acontecido. Assim, como as pessoas são as mesmas, a gente tem ações em que, naquele dia, se vão dois projetos, não saem de uma atividade e podem ir para a outra sem prejudicar a atividade do outro. É necessário ter uma relação de compreensão entre as áreas e entendimento da importância do trabalho do outro para que eu possa também fazer o meu trabalho, de forma a complementar o trabalho do outro. Por isso, pensamos na campanha Junho Violeta em conjunto, no Dia do Idoso em conjunto. No primeiro momento, fizemos o questionário diagnóstico do perfil dos residentes.</p>
Coordenação 2	<p>Para a equipe também, eu acho que é muito legal, porque a gente tá aprendendo muito com os outros, e como as profissões operam, a dinâmica, as estratégias de abordagem que cada um usa, o cotidiano do trabalho de cada um é interessante.</p> <p>(...) Com as reuniões de estudo, eu acho bem interessante que a gente também vai revendo algumas coisas que a gente pensa sobre determinadas áreas. Então, eu imagino que vocês aprendem muito juntos e têm muita troca. Para a equipe também, eu acho que é muito legal, porque a gente tá aprendendo muito com os outros, e como as profissões operam, a dinâmica, as estratégias de abordagem que cada um usa, o cotidiano do trabalho de cada um, é interessante.</p> <p>(...) Foi um pouco desafiador também. Porque não é todo mundo trabalhando junto ao mesmo tempo, por uma série de questões. Um, porque seria muita gente para ir até o condomínio, porque é o cotidiano deles. Nem todas as áreas poderiam desenvolver tudo ao mesmo tempo. Até porque são várias, cinco, cada uma com um objeto que acaba tendo sua especificidade.</p>

	<p>(...) As reuniões de estudo têm permitido a gente olhar também, que essa multidisciplinaridade acontece aí também. Quando a gente senta junto para planejar um pouco a atividade, estudar os temas. Então, isso também tem permitido a gente pensar. Então, na prática, eu acho que ela tem funcionado mais assim. Trocar ideias coletivamente, algumas atividades a gente consegue misturar os objetos, os saberes, mas sem perder de vista que cada um tem a sua especificidade. Eu acho que isso a gente faz muito bem também. Cada área sabe onde quer chegar, o que quer desenvolver.</p> <p>(...) Acredito que o trabalho multidisciplinar vai impactar no resultado da intervenção. Tudo voltado para a qualidade de vida e bem-estar da pessoa idosa, evitando paralelismos de ação e concorrência. Sempre se pensou em fazer uma ação que, ainda que multidisciplinar, visasse a integração e que cada área contribuísse para complementar o trabalho do outro.</p>
Assistente Social	<p>É atuar junto com os alunos e junto com os idosos e fazer a articulação de toda essa galera com a rede socioassistencial do nosso caso de Jaguariáiva.</p>
Entrevistadas	2. No atendimento à Pessoa Idosa
Coordenação 1	<p>É você fazer o atendimento da pessoa idosa na perspectiva da integralidade, entendendo o sujeito como um todo. Ele tem a característica da proteção dos direitos e da defesa desses direitos, buscando atender o indivíduo na sua totalidade, compreendendo que esse ser, né, que reside no condomínio, é um sujeito que tem todas as demandas específicas em todas as áreas. Se observarmos, ainda faltam áreas. O programa é aliado à questão sustentável com os objetivos da ODS e da cidade sustentável. Então, a ideia é que a habitação seja um espaço de referência do sujeito e seu entorno, inserido na comunidade. O objetivo maior é evitar a segregação</p> <p>(...) O sujeito não precisa achar um espaço físico para morar; ele precisa de um espaço de moradia, que é muito mais do que ter uma habitação, é estar inserido na comunidade, ter um espaço de referência e também ser sujeito ativo do processo. Não é a gente lá fazer uma ação e ele só receber ou ir lá fazer uma atividade; ele também deve ser participante ativo desse processo. A fala da SETI é evitar a ociosidade, que as pessoas idosas não fiquem ociosas dentro do condomínio, mas não é só isso. A ociosidade precisa ser trabalhada no sentido da produção desse espaço, das pessoas interagirem, são pessoas que vêm de locais diferentes com hábitos e costumes diferentes uns dos outros. Então, é nesse sentido que a gente pensou a proposta, e aí as áreas contribuíram nesse sentido, na questão do sujeito da intervenção e dos alunos.</p>
Coordenação 2	<p>Entender o envelhecimento de uma perspectiva mais crítica, de uma lógica mais da totalidade, a gente foi percebendo que são muitas dimensões. Que acompanham tanto esse aspecto biológico, que existe. Mas aí a gente vai ver também outras vulnerabilidades. Então, é uma população que tem uma certa vulnerabilidade econômica, então envelhecer para eles vai ter uma característica diferente. Tem um aspecto de gênero também. É um processo diferente entre os homens e as mulheres. Então, assim, reunindo as diversas áreas, eu acho que eu também consegui olhar o envelhecimento desse outro lugar. E a extensão ali, ela consegue fazer isso, porque a gente leva um conjunto de informações.</p> <p>(...) Existe a preocupação, então, com a autonomia física, de saúde, mas também com a autonomia do conversar, do negociar, do buscar agora uma liderança. Então, eu acho que essa multidisciplinaridade faz isso. Ela olha o envelhecimento como, nessa totalidade, também como um processo.</p>

<p>Assistente Social</p>	<p>Então, nos idosos de Jaguariaíva, eu vejo que eles têm bastante demanda com relação a vínculos de afeto, vínculos de participação, seja ali dentro do condomínio, seja deles com os familiares, mas, em especial, eu percebo a nossa atuação mais importante quando eles têm alguma situação com a rede assistencial.</p> <p>(...) Então, quando eles têm alguma dificuldade ou alguma dúvida em algum serviço de saúde, por exemplo, ou em algum serviço da assistência, por exemplo, então, na rede socioassistencial como um todo, eu percebo que eles, quando eles têm alguma dificuldade, é para o Serviço Social que eles vêm por primeiro, sabe? E aí eu não sei dizer se é para o Serviço Social ou se é para o Aurora. Então, também tem isso, né? Como a gente sempre tem uma particularidade do Aurora é ter o trabalho multidisciplinar, eu confesso que eu não consigo variar se eles olham para mim e para você, no caso, e veem o Serviço Social ou veem o Aurora. Então, tenho essa dúvida. Mas acho que as demandas principais são essas, de fortalecer vínculos entre eles, fortalecer vínculos deles com a comunidade e fazê-los compreender que eles são sujeitos de direitos e que eles precisam utilizar os serviços que estão disponíveis na rede como um todo e que eles precisam ser bem atendidos.</p>
--------------------------	---

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados na entrevista semi-estruturada

É notável que a atuação multidisciplinar apresenta de fato suas potencialidades e dificuldades como exposto na discussão de Galván (2007). A integração e a atuação de caráter multidisciplinar apresentado pelas coordenadoras declaram a importância da integração entre as diferentes áreas de atuação, como Serviço Social, Odontologia, Educação Física, Enfermagem e Farmácia. A entrevista da coordenadora 1 revela a evolução dessa integração, que inicialmente enfrentou resistências, mas foi sendo aprimorada ao longo do tempo. Essa prática multidisciplinar, que envolve discussões coletivas e trocas entre os profissionais, permite que as intervenções sejam pensadas de forma conjunta, considerando o bem-estar das pessoas idosas de maneira integrada, além de apresentar uma importante troca de conhecimento entre as áreas de atuação, aperfeiçoando assim suas intervenções.

É válido ressaltar neste tópico, que as entrevistadas apontam a atuação do Serviço Social dentro da equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora, no condomínio de idosos. O Serviço Social ganha destaque como articulador entre as diferentes áreas e como mediador entre as pessoas idosas atendidas e a rede socioassistencial, além de ser um elo crucial para garantir a integralidade das ações voltadas para essa população. Esse ponto será detalhado e analisado de maneira mais relevante no tópico seguinte do presente trabalho.

Dentro disso, vemos a atuação do Serviço Social como uma parte fundamental do programa quando as entrevistadas apontam a contribuição para a

construção de uma abordagem que vai além da simples prestação de serviços. A atuação integrada demanda que cada área compreenda e valorize o trabalho das demais, favorecendo a complementaridade das ações. O exemplo dado na entrevista sobre o planejamento conjunto, da campanha Junho Violeta e das atividades no Dia da Pessoa Idosa, mostra como a integração pode ser bem-sucedida quando as áreas trabalham de forma alinhada, sendo na maioria das vezes são articuladas pelo Serviço Social, que cumpre o que está previsto com o CFESS (2009) no artigo 3º da resolução 557⁸.

No atendimento à pessoa idosa, o Serviço Social tem um papel fundamental de articular a inserção dos moradores do condomínio com a rede socioassistencial. A partir das entrevistas, fica claro que os moradores do condomínio apresentam diversas demandas, tanto em relação à assistência quanto ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A assistente social destaca que muitas vezes os moradores recorrem ao Serviço Social quando enfrentam dificuldades, seja na área da saúde ou nos serviços da assistência social, mas que por conta do trabalho ter essa característica multidisciplinar os moradores encontram na equipe como um todo um espaço para compartilhar e relatar suas demandas e necessidades.

Além disso, a entrevista ressalta a importância de enxergar a pessoa idosa como sujeito de direitos, com autonomia para participar ativamente das atividades. Esse reconhecimento da pessoa idosa como protagonista em vez de mero receptor das ações é um dos princípios basilares do Serviço Social e reflete uma visão crítica do envelhecimento. O trabalho do assistente social, nesse sentido, é essencial para fomentar a autonomia e a participação das pessoas idosas, fortalecendo seus vínculos tanto dentro do condomínio quanto com a comunidade.

Embora o trabalho multidisciplinar seja um ponto forte do programa, ele também apresenta desafios. A coordenadora 2 menciona a dificuldade de coordenar a atuação simultânea de diversas áreas, dadas as especificidades e dinâmicas de cada uma. O Serviço Social, no entanto, se destaca por sua capacidade de articular essas diferentes frentes, garantindo que os idosos recebam uma atenção integral e que as ações não se sobreponham ou entrem em conflito. Esse desafio reflete a necessidade de uma visão global e crítica do processo de

⁸ CFESS (2009) no artigo 3º da resolução 557, declara que: “o assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar”.

envelhecimento, que não se limita aos aspectos biológicos, mas abrange questões econômicas, de gênero e de vulnerabilidade social. O Serviço Social tem uma função primordial de articular essas dimensões, garantindo que as políticas e intervenções levem em consideração a totalidade do ser humano.

Contudo, a multidisciplinaridade permite que o fenômeno do envelhecimento seja compreendido em suas múltiplas dimensões, favorecendo a criação de intervenções que sejam realmente eficazes e atendam as demandas e necessidades das pessoas idosas. Assim, a análise do Serviço Social no Programa Aurora demonstra como essa profissão é essencial para que o trabalho multidisciplinar atinja seus objetivos de forma integrada, valorizando as diferentes áreas de atuação e garantindo um atendimento mais completo e humano às pessoas idosas residentes do condomínio em Jaguariaíva.

3.3.1 Atuação do Serviço Social no atendimento às pessoas idosas residentes do condomínio em Jaguariaíva e a percepção da equipe do Programa Aurora

Neste tópico, aprofundaremos a atuação do Serviço Social no atendimento das pessoas idosas e como as demais áreas de atuação da equipe do Programa Aurora observam a atuação do Serviço Social no atendimento dos moradores.

Quadro 8 - A importância e o objetivo de integrar o Serviço Social no Programa Aurora

(continua)

Entrevistadas	1. Objetivo
Coordenação 1	Na verdade, começou pelo serviço social, né? Então, a gente já tem um ganho inicial, que a proposta toda foi pensada a partir do serviço social. Talvez, se fosse pela saúde, ou pela educação física, ou por farmácia, a proposta seria diferente. Eu vejo que o serviço social tem um papel preponderante no sentido da própria proposição da ação ser integrada, porque nós poderíamos perfeitamente também fazer parte do programa como uma área que só ia executar um projeto de intervenção a partir de um objetivo muito específico nosso do serviço social. Mas o serviço social tem essa característica de trabalho multidisciplinar e interdisciplinar. E aí, na proposta, ela fica clara na medida em que você agrega outras áreas na atuação, visando uma ampliação de ações para a pessoa idosa, pensando nas demandas específicas que essa pessoa idosa tem.
Coordenação 2	O primeiro, que seria essa coisa de olhar o aspecto ou a face social do envelhecimento. Então, por exemplo, que as pessoas que estão em uma situação de vulnerabilidade social envelhecem de uma determinada maneira. Então, conseguir trabalhar isso. E esse processo social vai trazer características também para essas pessoas. Então, por exemplo, hoje a gente tem uma geração, vamos pensar, as pessoas idosas que estão ali no condomínio, que a maior parte são analfabetos ou analfabetos funcionais, que têm dificuldade de ler. Então, isso também traz uma série de impactos em outras áreas.

	<p>(...) Então, quando a gente agrega esse lado social, a gente também consegue vislumbrar melhor as vulnerabilidades, às demandas de outras áreas ali que afetam a vida da pessoa idosa. E também, devido a essas especificidades, são idosos que precisam ter toda a rede de orientação, de contato com a rede, de acompanhamento, pela própria história, pela classe social. Então, eu acho que o serviço social faz isso também. Olhar esse lado social e perceber esse idoso ali, naquele território, no contato dele com as políticas sociais, que são bem importantes. De certa forma, dos vínculos familiares, embora uma coisa que a gente não trabalha tanto, né? Mas também no aspecto comunitário.</p>
Assistente Social	<p>Junto aos moradores, acredito que seja fazer a informação chegar de forma simples, clara, objetiva e assertiva, tanto para os idosos mais participativos, quanto para os idosos que têm por característica não gostarem de participar. Então, eu acho que esse é o meu maior incômodo e meu maior desafio no tempo de Aurora, é fazer, é pensar formas da informação chegar para todos eles, não só para quem participa, mas para quem também tem por característica que não gosta, não quer, não gosta daquelas pessoas, não gosta da gente, tudo pode acontecer.</p> <p>(...) Eu observo que pela característica da profissão, eu acho que o serviço social sempre consegue ser aquele profissional agregador de todas as áreas. E isso é um ponto muito positivo, porque a gente consegue transitar entre as demais áreas, os demais profissionais, no caso de uma equipe que tem outros profissionais, de uma forma muito fácil. Porém, isso também pode ser uma dificuldade. Quando o assistente social não tem clareza do que é a sua função, é muito fácil perder no meio disso também, e acabar virando um profissional que faz tudo de todo mundo, e acaba não fazendo muito do que é de si. Então, a mesma coisa que é uma coisa muito boa, se não cuidar, também pode ser uma coisa bem... bem difícil, que é perder a especificidade do que é ser assistente social.</p>
Entrevistados	2. Importância
Coordenação 1	<p>Então, acho que o serviço social, como ele inicia por nós, tem toda a cara do serviço social na proposta do programa, sabe? E a integração é uma proposta nossa. Eu acho que o serviço social conversa com todas as áreas e consegue entender e ter mais facilidade de compreensão em relação aos outros. E aí, a coordenação fica muito mais "fácil" no sentido de direção para aquilo que se objetiva fazer.</p>
Coordenação 2	<p>Eu vejo outra contribuição super importante também, que é a articulação da equipe. Porque eu acho que essa também é uma característica da nossa profissão. Essa habilidade de olhar a realidade social como uma totalidade, suas várias determinações, e a gente percebe a importância dos vários saberes também faz com que a gente tenha essa habilidade de mobilizar a equipe. Então, de chamar, de pensar junto, de provocar as outras áreas. E eu percebo que as outras áreas têm um foco muito mais restrito.</p>
Assistente Social	<p>Então, acho que ser um profissional agregador é uma coisa bastante positiva. O que eu percebo nas outras áreas, por exemplo, nas áreas que a gente atua ali no Aurora. Alguns alunos têm dificuldade, às vezes, até de alguns alunos que eu falo, algumas áreas. Então, se tem um tema, o tema do Junho e Violeta, por exemplo, algumas áreas têm dificuldade de fazer esse tema participar da sua área de atuação. E o serviço social não tem essa dificuldade. A gente consegue transitar com muita facilidade por todos os temas e agregar todas as áreas. Não, será que você não pode fazer isso? O que combina com isso? Isso eu vejo que é uma particularidade mesmo da função.</p>

O Serviço Social no Programa de Extensão Aurora, apresenta diversas frentes de atuação o que nos permite entender os espaços sócio ocupacionais que a profissão se insere. Dentro do Programa Aurora, o Serviço Social está como coordenação, profissional técnico e estagiários, apontando que o fenômeno do envelhecimento precisa ser analisado de maneira crítica e que atendam os direitos humanos dessa população.

É de suma importância que ao integrar uma equipe multidisciplinar o assistente social, responda de maneira eficaz às complexas e variadas demandas de seu campo de atuação, independentemente do espaço que ocupe. Cumprindo o que é previsto no código de ética da profissão e compreendendo quais são suas atribuições e competências como discutido por Iamamoto (2012), pois a interdisciplinaridade é agregadora, mas também requer que o assistente social mantenha uma identidade profissional clara, evitando a diluição de suas funções em uma atuação genérica de mera execução de atividades.

O Serviço Social atua como um elo entre diversas áreas, promovendo uma visão de totalidade que considera as dimensões sociais, econômicas, psicológicas e de saúde. Essa integração permite uma abordagem mais eficaz, levando em conta as particularidades de cada pessoa idosa, como por exemplo identificar suas vulnerabilidades econômicas, sociais, familiares, entre outras, pois são questões que impactam diretamente na atuação que será desenvolvida pelas outras áreas e pelo próprio Serviço Social.

Como exposto pela Assistente Social a habilidade do Serviço Social de articular diferentes áreas de atuação e agregar conhecimento, é vital para a mobilização da equipe multidisciplinar. Isso facilita a troca de conhecimentos e a construção de um plano de ação que aborda as necessidades das pessoas idosas, potencializando o impacto das intervenções.

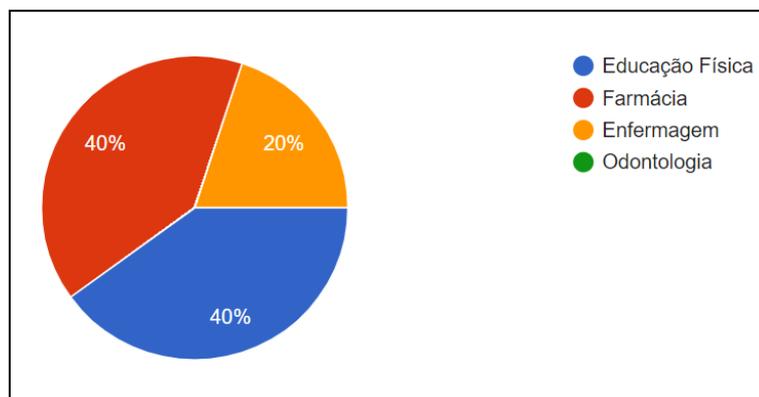
A inserção do Serviço Social no Programa de Extensão Aurora é fundamental para garantir que os moradores do condomínio do idoso de Jaguariaíva-PR recebam um atendimento que considere suas especificidades e necessidades. Essa abordagem não só melhora a qualidade de vida dos moradores, mas também promove um envelhecimento ativo e digno, integrando-os de forma mais efetiva à vida em comunidade. Portanto, o Serviço Social como parte da equipe do Programa Aurora, assegura que as pessoas idosas não apenas recebam cuidados, mas

também sejam reconhecidos como cidadãos plenos, com direitos e voz ativa na comunidade.

Dessa forma, foi realizado um questionário com a equipe do Programa Aurora, mas sem a participação da área do Serviço Social, pois o objetivo da coleta de dados desse questionário era analisar a percepção dos integrantes das demais áreas sobre o Serviço Social inserido da equipe.

Os questionamentos incluíam o conhecimento das demais áreas sobre a atuação do Serviço Social na equipe, se em algum momento já atuaram com o Serviço Social em alguma atividade do programa e como era percebido a atuação do Serviço Social no programa, os respondentes foram os seguintes:

Gráfico 1 - Porcentagem de respondentes do questionário com a equipe do Programa Aurora



Fonte: Organizado pela autora

Nota-se que apenas a odontologia não respondeu o questionário, as demais áreas e atuação apresentaram suas considerações. A partir disso, no Quadro 9 será apresentado as principais considerações dos dados coletados sobre a atuação do Serviço Social dentro da equipe do Programa Aurora.

Quadro 9 - Questionário aplicado com a equipe do Programa Aurora sobre atuação e integração do Serviço Social

(continua)

Áreas de Atuação	1. Atuação e Integração do Serviço Social na equipe do Programa
Farmácia	<p>Sim, atividades com intuito dos idosos saberem dos seus direitos e autonomia.</p> <p>(...) O curso promove uma série de atividades importantes voltadas à autonomia dos idosos e seus direitos e também ao fortalecimento de vínculos.</p>

Educação Física	Sim, principalmente ações de liderança comunitária, informações de direitos das pessoas idosas e facilitação de acesso. (...) Ao meu ver, faz-se uma área do conhecimento necessária à população alvo. Relembrando casos acontecidos, realiza papel fundamental no Condomínio, principalmente quanto à informá-los e incentivar sua organização após o encerramento do Programa. (...) Pude presenciar algumas atividades que aconteceram em conjunto entre os acadêmicos de Educação Física e Serviço Social, mas destaco aquelas em que houve a participação dos demais bolsistas também, como as atividades comemorativas do Junho violeta 2023 e 2024, e a festa de encerramento do ano de 2023.
Enfermagem	Acho muito importante ter o Serviço Social, pois os idosos que residem ali muitas vezes partem de uma situação de muita vulnerabilidade e precisam de auxílio.

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados no questionário aplicado com a equipe.

As declarações das áreas de Farmácia, Educação Física e Enfermagem destacam a atuação do Serviço Social na promoção dos direitos das pessoas idosas e no acesso a informações essenciais. A ênfase em atividades que buscam fortalecer a autonomia dos moradores é um aspecto importante da prática do Serviço Social. As áreas de atuação reconhecem que essas atividades não apenas têm um caráter educativo sobre os direitos das pessoas idosas, mas também os empoderam e promovem uma maior participação nas decisões que afetam suas vidas.

A colaboração entre as diferentes áreas, como a Educação Física e o Serviço Social, durante eventos comemorativos e atividades específicas, demonstra a eficácia de uma abordagem multidisciplinar. Essas iniciativas não apenas proporcionam momentos de celebração, mas também incentivam a participação dos moradores, fortalecendo os vínculos comunitários e a sensação de pertencimento, como aponta os conceitos de Carvalho (2012) a prática interdisciplinar permite abrir possibilidades para interagir com outras áreas, gerando uma atuação com maior abrangência e compreensão dos fenômenos.

Outro ponto destacado, é o Serviço Social em identificando as vulnerabilidades sociais enfrentadas pela população idosa. Essa função é essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes, que atendam às necessidades específicas das pessoas idosas. O reconhecimento de que muitos desses indivíduos vêm de situações de vulnerabilidade ressalta a importância de uma abordagem humanizada.

3.3.2 Programa Aurora e o impacto das atividades: Seus desafios e potencialidades

Para finalizar a análise dos dados coletados nas entrevistas semi estruturadas, será pontuado quais são as avaliações realizadas pelo Programa Aurora das suas atividades e intervenções realizadas no condomínio, considerando seus desafios e potencialidades durante o período de execução das atividades.

Quadro 10 - Avaliação das ações do Programa Aurora e seus desafios e potencialidades para o desenvolvimento das atividades

(continua)

Entrevistadas	1. Avaliação das intervenções
Coordenação 1	<p>Apesar de ter o relatório parcial em que a gente faz uma avaliação a partir das atividades executadas, do que cada um produziu em termos acadêmicos e científicos, números, mas um instrumento específico de avaliação, não sei se foi criado depois.</p> <p>(...) A avaliação que se teve foi a partir da produção de resumos expandidos, já saiu o capítulo de livro, então, em termos de formação, em termos acadêmicos, tem material bem expressivo, né, em relação a isso. Mas eu acho que ainda falta esse instrumento mesmo de avaliação na questão da ação direta com o sujeito e como eles respondem a isso.</p>
Coordenação 2	<p>Bom, primeiro a gente, quando começa um projeto de extensão, ele tem que fazer um diagnóstico, eu acho que isso permitiu a gente olhar o perfil das pessoas idosas ao longo do processo, ter um pouco mais essa possibilidade também de avaliar. A gente partiu daquele cenário, e aí, quando eu vejo que a gente faz de duas formas. Quando a gente produz, os relatórios, que a própria extensão pede, então a gente tem esse movimento de quantificar as ações, de saber o que foi desenvolvido, de observar quem são as pessoas que estão participando ou não. Então, a gente consegue ter esse balanço, esse monitoramento, porque está em andamento ainda o programa. E eu acho que os trabalhos científicos também são uma forma de avaliação bem importante. Porque também a gente sistematiza, a gente pensa quais são as dificuldades, para onde a gente quer ir, o que a gente já alcançou. Então tem isso. E aí, no cotidiano mesmo, eu acho que são as reuniões também. Porque a gente fala do que está dando certo, do que não dá.</p>
Entrevistados	2. Desafios e potencialidades
Coordenação 1	<p>Desafio é que o próprio desenho do programa Viver Mais é uma proposta habitacional que não contempla o direito à propriedade do sujeito, que é uma das coisas que eu vou discutir no doutorado, na tese. Ele dá o espaço de moradia para a pessoa. A pessoa já pode residir no local, mas ela não se torna a dona daquele espaço.</p> <p>(...) Outro desafio é que é uma atividade muito nova. Apesar de já existir em São Paulo, onde já tem esse programa, as ações que são desenvolvidas de extensão são as primeiras.</p> <p>(...) Trabalhar em conjunto com o município, trabalhar com a gestão do município. Então, às vezes, o município vê a universidade como alguém que vai tapar um buraco que eles não conseguem. Na verdade, uma das lógicas do</p>

Quadro 10 - Avaliação das ações do Programa Aurora e seus desafios e potencialidades para o desenvolvimento das atividades

(Conclusão)

	<p>programa é justamente essa: trabalhar na formação de agentes locais para que eles deem continuidade, porque a extensão não tem essa característica de ficar eterna. Nós não podemos assumir atribuições que são do estado ou do município.</p> <p>(...) Nós estaríamos ofertando o serviço, a universidade não vai deixar de contribuir com aquilo que também ganha da comunidade, mas não podemos assumir a responsabilidade que é do estado. Isso era uma grande resistência que eu tinha com a proposta, e por isso a proposta de formação dos agentes do município, para que eles deem continuidade à ação.</p> <p>(...) Fazendo um estudo do programa Viver Mais Paraná, como a COHAPAR administra, como é feito o convênio com o município, o ônus é bem maior para o município. Eles têm que ter a casa construída, e a gente pensa para além disso.</p> <p>(...) Eu acho que, de facilidades, por ser a universidade que faz a proposta, já é uma facilidade, porque a gente tem uma instituição que abre e dá essa condição. A facilidade que a gente teve em relação às colegas, às outras áreas aderirem à proposta. As professoras que se mostraram interessadas e que participaram do processo e, bem ou mal, estão buscando dar conta</p> <p>(...) O recurso disponibilizado até o momento não foi expressivo, não como a gente tinha na proposta inicial, mas ele viabilizou as ações. E a gente tem internamente dentro da instituição o apoio do reitor, da diretora de extensão, da pró-reitora de extensão.</p>
<p>Coordenação 2</p>	<p>Eu acho que facilidade, eu acho que o interesse do município em receber a equipe, isso sempre ficou muito evidente, assim, até porque é um município pequeno, eu acho que eles têm uma série de dificuldades com a própria rede de atendimento. Então eu acho que a gente foi muito bem recebido, no sentido de ter essa abertura, essa valorização. Eu acho que outra facilidade também tem sido o vínculo criado com as próprias pessoas idosas do condomínio.</p> <p>(...) Há um engajamento também das pessoas da equipe que estão participando, isso eu acho que é bem legal.</p> <p>(...) As dificuldades eu vejo assim, eu não sinto que a gente tenha muita uma parceria com o município. A gente teve essa abertura, essa valorização, mas essa parceria ela faltou. Então, não sei se da nossa parte a gente deveria estar provocando isso mais ou demandando mais coisas do município, talvez fosse uma estratégia, mas não é o que a gente tem feito, então eu vejo assim que acabou meio que o projeto de extensão fazendo o trabalho de acompanhamento. Então, acho que essa é uma dificuldade nossa.</p> <p>(...) E aí a distância também. Porque o fato da Jaguariaíva ficar, a mais de 100 km daqui, então a logística de fazer um acompanhamento mais próximo, então a gente depende das negociações também, de transporte. O tempo de trabalho lá fica reduzido. É cansativo pra equipe, acho que isso é bem desafiador. Então, isso faz também com que algumas atividades fiquem um pouco mais descontinuadas. Por exemplo, o pessoal da Educação Física vai fazer lá na primeira semana do mês, daí vai de novo na última. Até mesmo serviço social, começa o trabalho socioeducativo no início do mês, ele vai retomar lá pro fim. Não inviabiliza o trabalho, mas eu vejo como algo que, de certa forma, modifica um pouco.</p>

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados na entrevista semi-estruturada

As coordenadoras destacam a importância de um diagnóstico inicial para entender o perfil das pessoas idosas atendidas e para medir a eficácia das intervenções ao longo do tempo. A produção de relatórios e trabalhos acadêmicos é considerada uma forma relevante de avaliação, permitindo a sistematização do impacto das ações e a identificação de dificuldades e resultados. No entanto, há uma preocupação com a falta de um instrumento específico de avaliação focado na ação direta com os moradores, o que pode limitar a compreensão do impacto real das intervenções na vida dos participantes.

Um dos principais desafios mencionados é a estrutura do programa Viver Mais - PR, pois apesar de fornecer moradia, não garante o direito à propriedade dos residentes o que foi parte também das análises feitas com os profissionais da rede socioassistencial de Jaguariaíva nas entrevistas. Isso pode gerar insegurança e exclusão entre as pessoas idosas, negando o direito à moradia e à propriedade.

Além disso, o fato do Programa Aurora ser uma iniciativa nova e a necessidade de trabalhar em conjunto com a gestão municipal apresenta desafios significativos. As coordenadoras reconhecem que, enquanto a universidade pode oferecer serviços, não deve assumir responsabilidades que pertencem ao Estado ou ao município, mas deve-se promover um trabalho integrado para que essas ações se perpetuem e se aperfeiçoem no acesso aos moradores às políticas públicas sociais voltadas às pessoas idosas. Essa tensão entre as atribuições pode dificultar a continuidade e a sustentabilidade do Programa Aurora.

Embora o município tenha demonstrado interesse em receber o Programa Aurora e valorizar o trabalho desenvolvido, a falta de uma parceria efetiva é percebida como uma dificuldade. A colaboração com o município é crucial para o desenvolvimento do Programa, e a falta de interação mais próxima pode limitar a efetividade das ações. As coordenadoras reconhecem que devem buscar uma maior proatividade na construção dessa parceria.

Pois são esses profissionais que acompanham a realidade diária vivida pelos moradores, são eles que conhecem a fundo suas relações comunitárias e familiares, e que precisam compreender suas demandas e necessidades para contribuir com um atendimento que seja voltado na compreensão de um envelhecimento digno e que é multifacetado como exposto por Shneider e Irigaray (2008).

A distância geográfica entre a universidade e Jaguariaíva também é um desafio significativo. A logística para deslocamentos frequentes limita o tempo de

trabalho no local, tornando as atividades mais esporádicas e, por vezes, descontinuadas. Essa situação pode impactar a continuidade do acompanhamento dos moradores e a eficácia das intervenções.

3.4 Impressões das Pessoas idosas residentes do condomínio e a equipe do Programa Aurora

Foi realizada a coleta de informações, por meio de um grupo focal, com os moradores do condomínio. De acordo com os dados coletados pelo Programa Aurora, por meio de um questionário aplicado no ano 2023⁹, moram aproximadamente 45 idosos no condomínio em Jaguariaíva e apresentam o seguinte perfil:

Quadro 11 - Perfil dos moradores do condomínio do Idoso em Jaguariaíva

Faixa Etária dos moradores	
60 - 69 anos	64%
70 - 79 anos	36%
Sexo	
Homens	51,4%
Mulheres	48,6%
Estado Civil	
Viúvo	6,3%
Casado	31,3%
Divorciado	34,4%
Solteiro	28,1%
Renda	
Beneficiários	19,4%
Aposentados	80,6%

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados coletados pelo Programa Aurora

Essas pessoas idosas compartilharam suas percepções sobre a experiência de viver no local, a relação deles com o Programa Aurora e as atividades propostas,

⁹ Os dados utilizados foram coletados da pesquisa realizada no ano de 2023 pela equipe do Programa Aurora, este documento com essas informações está salvo no drive do Programa.

além de suas reflexões sobre a vivência da velhice e suas compreensões a respeito da longevidade da população brasileira.

Quadro 12 - Temas e número de participantes do Grupo Focal realizado com as pessoas idosas

Temas dos Encontros	Quantidade de Participantes
1° O início de uma história	12
2° O Programa Aurora	12
3° Os Projetos do Programa Aurora e o Serviço Social	7
4° Expectativa de vida com qualidade	7

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados no grupo focal

Em cada um dos encontros, houve boa interação dos moradores, que demonstraram satisfação em fazer parte da pesquisa. Foi possível coletar suas percepções e experiências de vida no Condomínio do Idoso, em Jaguariaíva.

O primeiro dia do grupo focal teve como tema "O Início de uma História", no qual os moradores compartilharam como foi o processo de entrada, seleção e o tempo que residem no condomínio. Além disso, destacaram as potencialidades e dificuldades que enfrentaram ao morar no local, e por fim, refletiram se condomínio atendeu às suas expectativas.

Quadro 13 - Dados coletados no primeiro grupo focal realizado com os moradores

(Continua)

Participantes do Grupo Focal	1. Processo de seleção e suas potencialidades e dificuldades
Participante 2	Para mim, eu fiz a inscrição no último dia, que é o cadastro. Eu fiz o cadastro com 15 dias já foi sorteado. Foi rapidinho.
Participante 3	Bom eu também fiz meu cadastro e um pouco mais de um mês já fui chamada, foi muito rápido. De dificuldade pra mim foi comprovar a renda, só deu certo por conta do holerite do meu marido.
Participante 10	Eu fiz meu cadastro, bem no começo, só que não chamavam e não chamavam, aí eu fui lá pra desistir e me falaram pra não desistir aí um tempo depois me chamaram.
Participante 9	Eu também fiz o cadastro e com 6 meses me chamaram.
Participante 4	Para mim foi um pouco complicado, que eu vim de São Paulo pra cá, foi muita burocracia, arrumar papelada e tinha poucos dias. O contato que eles fizeram foi por telefone, mas eu tinha uma conhecida que morava aqui, que ela me avisou e aí eu vim.

	<p>(...) A dificuldade aqui com o mercado é que você precisa fazer um tanto de compras para eles trazerem para você, se por exemplo você comprar 70 reais, você precisa trazer, se chegar a 100 eles trazem. Esse é um ponto que eu acho que precisava melhorar.</p> <p>(...) E eu acho assim, como é um condomínio dos idosos, tem muitas coisas que os idosos não conseguem fazer, então assim, vai chegar a compra do mercado e ficar o dia inteiro lá esperando e às vezes eles chega 19:00 da noite e aí não tem ninguém para informar se pode entrar ou não sabe, falta isso.</p>
Participantes no geral	Eu acho sossegado morar aqui, tudo de bom.
Participantes do Grupo Focal	2. Expectativa e experiências de morar no condomínio
Participante 4	<p>Eu já trabalhei muito em condomínio, então para mim só de falar que eu to morando em um condomínio já é importante.</p> <p>(...) Na verdade o contrato é para gente cumprir, eles com a gente mesmo fica a desejar. Faz parte do Brasil.</p>
Participante 5	É muito orgulho né.
Participante 2	Não atenderam às expectativas porque prometeram muitas coisas antes de vir para cá, prometeram médico, a enfermeira que viria pelo menos uma vez na semana e não teve isso. Era pra ter biblioteca.

Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados no grupo focal

As falas dos moradores que participaram do grupo focal revelam uma diversidade de experiências e percepções em relação ao processo de seleção e à vida no condomínio de idosos. A análise dessas falas destaca tanto as potencialidades quanto às dificuldades enfrentadas pelos residentes.

Os apontamentos sobre o processo de seleção mostram um padrão de eficiência em termos de rapidez na convocação, mas também revelam alguns desafios. Vários moradores mencionam que o cadastro e a chamada para o condomínio foram rápidos, o que é um ponto positivo. Isso sugere que o processo de seleção é ágil, sem muita burocracia para que as pessoas idosas efetuem o cadastro para participar do processo de seleção, o que explica também na fala do Secretário Municipal em ter uma alta demanda para esse serviço, uma grande quantidade de cadastros.

No entanto, há dificuldades relacionadas à burocracia, especialmente no que diz respeito à comprovação de renda. O relato do Participante 3 destaca como a dependência de documentação pode complicar a situação de alguns, enquanto o

Participante 4 menciona as complicações de se mudar de outra cidade, o que dificulta o processo de entrada.

As expectativas em relação à vida no condomínio contrastam com as experiências reais dos participantes: O Participante 2 expressa frustração com a falta de serviços prometidos, como assistência médica e uma biblioteca. Isso revela uma desconexão entre as expectativas criadas durante o processo de seleção e a realidade da vida no condomínio, já que os moradores pagam um aluguel para utilizar os serviços do condomínio, além de estar no regulamento do Programa Viver Mais - PR (Paraná, 2022) que apresenta todos esses serviços oferecidos, o que também entra em contradição com a fala dos profissionais da rede socioassistencial, onde declaram estar realizando tudo o que foi prometido, observe a declaração da Secretária de Habitação.

A gente tem trazido ali dentro das possibilidades. Nós temos transporte na porta do condomínio, nós temos o Programa Aurora, o encontro com os grupos da melhor idade, de vez em quando vem a enfermeira, prestar atendimento. O médico aqui é meio difícil porque, no município já é difícil cidade pequena, você não consegue uma exclusividade, tem uma demanda grande. Mas eles, pela própria política pública, têm acesso a uma unidade básica de saúde, através do seu transporte. Se há necessidade de uma unidade, uma intervenção, a gente faz. Então, a coleta de lixo acontece, tudo. Eu acredito que a gente está sim, se não 100%, 99%.

Além disso, os moradores declararam dificuldades no acesso a serviços do mercado, pois ao realizarem suas compras não conseguem trazer pelo transporte público ou até mesmo a pé pelo excesso de peso e solicitam a entrega não tem ninguém que receba suas encomendas no portão ou direcione a casa em qual deixar durante o período do dia. Não tem pessoas para ficar na guarita durante esse período, o que também deveria ser responsabilidade do município um profissional que estivesse lá todos os dias, afinal são pessoas idosas, e que mais uma vez entra em contradição com as contrapartidas oferecidas pelo município, observe o relato do Participante 4:

E eu acho assim, como é um condomínio dos idosos, tem muitas coisas que os idosos não conseguem fazer, então assim, vai chegar a compra do mercado e ficar o dia inteiro lá esperando e às vezes eles chega 19:00 da noite e aí não tem ninguém para informar se pode entrar ou não sabe, falta isso.

Por outro lado, alguns participantes falam com orgulho sobre morar em um condomínio, indicando que a vida no condomínio é motivo de orgulho. O Participante

4, por exemplo, expressa um sentimento de importância em estar em um ambiente de condomínio e declara que por trabalhar muitos anos no condomínio nunca teve a oportunidade de morar em um, o que apresenta um sentimento de pertencimento e satisfação por estar hoje morando em um espaço desse.

O segundo dia de grupo focal, teve como tema central “O Programa Aurora” onde os moradores compartilharam suas experiências com o início das atividades, a experiência com a equipe e as expectativas e o impacto que as atividades têm gerado com as participações.

Quadro 14 - Dados coletados no segundo grupo focal realizado com os moradores

(continua)

Participantes do Grupo Focal	1. O início das atividades e experiência com o Programa Aurora
Participantes de modo geral	Tem sido muito bom, tá ótimo, é uma pena que vai terminar.
Participante 3	Quando eu entrei aqui, as vizinhas contaram das atividades e falei: Nossa que legal. Comecei a gostar de participar.
Participante 4	Apesar de muitos moradores não gostarem de participar aqui junto, uma hora a gente vai sentir saudades, vocês são as únicas visitas que vem de fora, tem o culto uma vez por mês, mas assim pra gente conversar assim, vamos sentir falta de vocês, aí muitos vão querer e não vai ter.
Participantes do Grupo Focal	2. Expectativas para participar e impacto das atividades no cotidiano
Participantes de modo geral	Sempre teve expectativa. O que eles vão fazer, o que eles vão falar. O sobre o que, né?
Participante 2	Quando vocês vêm para cá é o dia que a gente mais fica animado, é o dia mais gostoso para gente passar. (...) No dia a dia contribui bastante. Muda muito, vocês trazem o conhecimento, aí na roda de conversa aí a gente troca ideia. É muito bom. Eu aprendi bastante sobre as plantas medicinais.
Participante 3	E o legal é que cada grupo traz uma coisa diferente da outra. Tudo é envolvido com um mesmo sentido, mas são diferentes. (...) A gente aprende o significado das coisas, das palavras, teve atividade das plantas que nem sabia o que era e aprendi mais coisa. Teve um quadrinho que vocês do Serviço Social fizeram sobre as palavras, do dia do idoso, que aprendemos os significados, eu achei bem importante, coisas que não sabia.
Participante 11	Isso é bom também que deixa a gente mais ativo, ficamos por dentro das coisas.

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados no grupo focal

É notável a partir dos relatos dos moradores que as atividades do Programa Aurora impactaram na realidade cotidiana do condomínio, As atividades de acordo com os relatos dos moradores proporcionam uma vida mais ativa para os moradores, eles são incentivados a aprender novas coisas e compartilhar suas experiências com a equipe do Programa Aurora, observe o relato do participante 3:

(...) A gente aprende o significado das coisas, das palavras, teve atividade das plantas que nem sabia o que era e aprendi mais coisa. Teve um quadrinho que vocês do Serviço Social fizeram sobre as palavras, do dia do idoso, que aprendemos os significados, eu achei bem importante, coisas que não sabia.

A partir desse relato, é possível observar que um dos principais objetivos do Programa Aurora (PROEX, 2022, p.10) é promover a convivência social, a valorização pessoal e a apreciação do ambiente em que os participantes estão inseridos. Esse propósito é claramente evidenciado na fala da participante. Estudos de Souza et al. (2016) indicam que, de modo geral, idosos socialmente integrados tendem a preservar melhor a memória, além de apresentarem menor morbidade e mortalidade. Ademais, a adoção de comportamentos preventivos, como a prevenção primária, secundária e terciária de doenças, também contribui significativamente para a longevidade. Nesse sentido, facilitar o acesso à informação e promover atividades que estimulem a convivência comunitária são ações que favorecem um envelhecimento de qualidade e dignidade.

Outro ponto relevante é o caráter multidisciplinar da equipe envolvida no programa, o que permite que os moradores aproveitem uma gama diversa de conhecimentos e adquiram conhecimento em diferentes áreas da vida. Essa abordagem integral contribui para um aprendizado significativo e para o compartilhamento de experiências, enriquecendo a vivência de todos os envolvidos.

O terceiro dia de grupo focal, a temática foi "Os Projetos do Programa Aurora e o Serviço Social", onde os moradores compartilharam brevemente seu envolvimento com as atividades e também como o Serviço Social tem contribuído diretamente nas ações promovidas.

Quadro 15 - Dados coletados no terceiro grupo focal realizado com os moradores

Participantes do Grupo Focal	1. Envolvimento nas atividades do Programa Aurora
Participantes de modo geral	Dentista. Ah, você também, Serviço Social. Tudo é aproveitado, um pouco de tudo. As conversas, os exercícios, ninguém fica de fora.
Participante 2	Eu gosto de todas, mas a que mais me diverte é a de Educação Física.
Participantes do Grupo Focal	2. Participação o impacto das atividades de Serviço Social no condomínio da Pessoa Idosa
Participantes de modo geral	As informações que vocês trazem para a gente. Tem bastante coisa. A gente gosta de tudo. Pelo aprendizado que vocês trazem.
Participante 2	Do Serviço Social, teve muita coisa de informação que eu não sabia sobre as palestras, sobre os idosos, a convivência. Que é muita coisa que eu não sabia.

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados no grupo focal

No caso do Serviço Social, seu papel vai além da simples intervenção técnica, pois contribui significativamente ao viabilizar o acesso à informação, como algo que é bastante retratado nos depoimentos. Os participantes mencionam que as informações trazidas, em particular aquelas relacionadas aos direitos, à convivência e ao envelhecimento, eram desconhecidas por muitos, o que evidencia a função educativa e de sensibilização do Assistente Social, que inclusive o Art. 5º do Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993) estabelece que o profissional tem o dever de garantir a participação ativa dos usuários nas decisões institucionais, promover o acesso pleno à informação e discutir as consequências das situações de maneira transparente. Além disso, deve respeitar as escolhas dos usuários, mesmo que divergentes de suas crenças, e facilitar o acesso a programas e serviços.

Essa partilha de conhecimento contribui para a autonomia dos moradores, permitindo que compreendam melhor suas realidades e tomem decisões. A fala do "Participante 2" sobre o desconhecimento prévio de informações reforça o papel essencial do Serviço Social dentro do Programa Aurora, pois por meio das atividades como palestras, rodas de conversas viabilizou o acesso à informação e conhecimento.

Portanto, o trabalho multidisciplinar e o Serviço Social, colaboram para um ambiente mais integrado e acolhedor para os moradores, promovendo não apenas a melhoria na qualidade de vida, mas também o fortalecimento dos laços sociais e

comunitários, além de atender suas necessidades e demandas, promovendo o acesso aos serviços de assistência social, saúde e lazer.

Por fim, o quarto dia do grupo focal, contemplou o tema de “Expectativa de vida com qualidade” onde os moradores compartilharam suas experiências de estarem vivendo a velhice, e sua compreensão e pensamentos sobre a longevidade e o crescimento da população idosa no mundo e no Brasil.

Quadro 16 - Dados coletados no quarto grupo focal realizado com os moradores

(continua)

Participantes do Grupo Focal	1. O envelhecimento na perspectiva dos moradores
Participante 2	<p>Pra mim envelhecer eu aceito numa boa. Velha, cabelo branco, está tudo, né? Sempre, no médico, que mudou pra caramba, porque eu não ia ao médico. E aceito numa boa ser velha. Para mim não tem problema nenhum. É uma fase, é uma coisa que a gente sempre fala. Uma vez meu sobrinho falou, nossa, como você está velha. Eu falei, graças a Deus. Tem gente que não tem nem o privilégio. Mesmo a gente tendo que ir ao médico. Mas a gente se sente bem, feliz e realizado também, sabia?</p> <p>Ontem mesmo, ia levar o reciclado a noite e ia passando duas crianças, dois moleques, com uns 14 ou 15 anos, a uma moradora falou algo pra eles, aí eles responderam: Ah não dá bola pra esses véio aí não.</p> <p>No ônibus que a gente vem, escutamos isso aí, dizem que aqui é lugar dos véio. Eu digo graças a Deus que nós temos lugar pra morar e muito bom. Tem muito preconceito e pouco respeito com as pessoas idosas.</p>
Participante 11	<p>Para mim é uma fase muito boa. Eu acho que é muito bom. A gente, como ela acabou de falar, chegou nessa fase, nessa época. Eu agradeço a Deus. Os novatos passam aí pela frente e vira a cara pra não olhar nós aqui né, que eles dizem que nós é do asilo.</p> <p>Então não precisa se desfazer de nós que estamos nessa fase, porque vão passar nela.</p>
Participantes do Grupo Focal	2. O Programa Aurora e o condomínio - contribuições para melhora da qualidade de vida das pessoas idosas
Participantes de modo geral	Morar aqui é muita tranquilidade. Sossego que a gente queria. Ter qualidade de vida é passear, comer bem, vestir bem, ter saúde.
Participante 2	<p>Por isso que gostamos de vocês do Aurora, tratam a gente com a maior educação e o maior respeito, por isso sempre estamos com vocês, cuidam bem da gente.</p> <p>Eu acho legal a pessoa que passa de 70, 80, com saúde, que não precisa de pessoas ajudando, eu acho legal. Minha mãe chegou aos</p>

	<p>94 e eu quero viver como ela, ou até mais. Eu precisei fazer uma cirurgia, e é muito ruim ficar parada, não poder danças, ter que ficar parada é ruim. mas fora isso, podendo andar, comer e beber é a melhor fase da vida e não ter que dar satisfação pra ninguém, o que é muito importante, ter autonomia.</p> <p>A diferença é que mudou ficou mais longe do centro que é onde a família mora.</p>
Participante 5	<p>Com relação a minha família, a minha filha vem passear aqui, ficam 2 ou 3 dias posando.</p> <p>Minha mãe também chegou aos 92. Hoje em dia tem a medicina e a tecnologia, se vai no postinho consultar já ajuda nos diagnostico.</p>

Fonte: Organizado pela autora com dados coletados no grupo focal

A análise dos depoimentos dos participantes do Grupo Focal revela uma percepção multifacetada sobre o envelhecimento, marcada tanto pela aceitação dessa fase da vida quanto pela sensibilização dos próprios moradores sobre o preconceito e a desvalorização social que muitas pessoas idosas enfrentam. O Participante 2 demonstra uma postura de aceitação e gratidão em relação ao envelhecimento, destacando que chegar à velhice é um privilégio que muitos não alcançam. A fala sobre as interações com os mais jovens, que muitas vezes expressam desprezo ou desrespeito, evidencia o preconceito etário ainda presente na sociedade, o que reforça a necessidade de uma maior valorização e respeito pelas pessoas idosas.

Apesar de termos muitos avanços na garantia de direitos dessa população, ainda ocorre de enxergar o envelhecimento não como um processo, mas como retrata o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (2022, p. 12) onde a sociedade tende a uniformizar e generalizar o envelhecimento, resumindo-o a uma etapa da vida marcada por declínios e perdas. Nessa simplificação, a velhice é frequentemente vista de forma estereotipada e carregada de preconceitos, os quais precisam ser desconstruídos e superados por meio da educação, da disseminação de informações e da sensibilização. O processo de envelhecer é extremamente complexo e único para cada indivíduo, não podendo ser visto apenas como uma questão biológica ou cronológica. Trata-se de um fenômeno biopsicossocial profundamente influenciado pelo contexto social e cultural, estilo de vida, condições

socioeconômicas, bem como por aspectos biológicos e psicológicos, que abrangem a vida afetiva, a personalidade e a identidade de cada pessoa.

Por outro lado, o Participante 11 reforça a ideia de que o envelhecimento é uma fase inevitável para todos, e mostra sua opinião sobre a atitude de desdém dos mais jovens. Ambos os relatos mostram uma aceitação positiva da velhice, ligada à gratidão por terem chegado a essa etapa, apesar das dificuldades e preconceitos enfrentados no dia a dia.

Em relação ao Programa Aurora e ao condomínio para idosos, os participantes destacam as contribuições positivas para a qualidade de vida. Eles associam morar no condomínio a uma sensação de tranquilidade, segurança e bem-estar. A fala do Participante 2 ressalta o impacto do tratamento respeitoso e acolhedor por parte da equipe do programa, o que contribui para um envelhecimento mais saudável e feliz. A autonomia, um valor central para muitos dos moradores, é destacada como um aspecto fundamental para a qualidade de vida, como exemplificado na fala sobre o desejo de envelhecer com saúde e independência, sem precisar dar satisfação a ninguém, convém citar trecho do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, produzido pela OMS (2015):

Uma vida mais longa é um recurso incrivelmente valioso. Proporciona a oportunidade de repensar não apenas no que a idade avançada pode ser, mas como todas as nossas vidas podem se desdobrar. Por exemplo, em muitas partes do mundo, o curso da vida é atualmente enquadrado em torno de um conjunto rígido de fases: infância, fase de estudos, um período definido de trabalho e, em seguida, aposentadoria. A partir dessa perspectiva, frequentemente se assume que os anos extras são simplesmente adicionados ao fim da vida e permitem uma aposentadoria mais longa. Entretanto, quanto mais pessoas chegam a idades mais avançadas, há evidências de que muitas estão repensando este enquadramento rígido de suas vidas. Em vez de passar anos extras de outras maneiras, as pessoas estão pensando em talvez estudar mais, em ter uma nova carreira ou buscar uma paixão há muito negligenciada. Além disso, conforme as pessoas mais jovens esperam viver mais tempo, elas também podem realizar planejamentos diferentes, por exemplo, de iniciar suas carreiras mais tarde e passar mais tempo no início da vida para criar uma família.

Envelhecer com autonomia é um objetivo desejado pela maioria das pessoas, hoje vemos uma preocupação com a qualidade de vida, não só na velhice, mas no decorrer da vida com a melhora nas práticas de exercícios físicos. Outro ponto importante é o papel da família, que aparece de forma sutil, mas significativa. Embora alguns moradores relatam que a família está fisicamente distante, como no caso do Participante 5, o vínculo afetivo ainda se mantém, com visitas periódicas.

Além disso, a evolução da medicina e da tecnologia, mencionada neste relato, é vista como um fator que contribui para a longevidade e para um envelhecimento mais saudável, com acesso a diagnósticos e tratamentos que prolongam a vida com qualidade. Como Patricio et. al (2007) declara que o aumento da expectativa de vida do ser humano está ligado com o avanço da tecnologia da saúde, pois a partir do seu desenvolvimento diminuiu as taxas e indicadores de mortalidade e aumentou a expectativa de vida ao nascer.

Essa análise destaca as nuances presentes nessa fase do envelhecimento: de um lado, a aceitação e gratidão por ter alcançado essa fase da vida; de outro, os desafios relacionados ao preconceito social e à necessidade de manter a autonomia e a saúde. O Programa Aurora surge para esses moradores como um suporte e uma alternativa para promover a inclusão, o respeito e a melhoria da qualidade de vida dos moradores, evidenciando a importância de políticas públicas sociais e iniciativas voltadas para essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais deste Trabalho de Conclusão de Curso, é importante evidenciar um olhar humanizado e multidisciplinar para o fenômeno do envelhecimento populacional. O envelhecimento, sendo um processo natural que a maioria das pessoas irá vivenciar, exige a compreensão de suas dimensões biopsicossociais, indo além dos aspectos meramente biológicos, mas que precisam ser analisados por um viés psicológico, social e cultural e dentre outros fatores. Neste sentido, a promoção de interações intergeracionais, que inserem a pessoa idosa de maneira ativa no contexto familiar e social, é fundamental para combater o isolamento e a estigmatização que essa população frequentemente enfrenta.

A experiência proporcionada pelo Programa de Extensão Aurora foi central para o desenvolvimento deste trabalho, com sua abordagem inter/multidisciplinar é possível analisar que sua atuação contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas moradoras do condomínio do idoso em Jaguariaíva-PR, além de proporcionar aos integrantes da equipe uma atuação pautada em compreender o envelhecimento de maneira integrada e de valorização da pessoa idosa.

Este TCC também trouxe uma importante reflexão sobre a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade no campo do Serviço Social, pois a atuação dos assistentes sociais é indispensável na garantia dos direitos sociais e na promoção da justiça social, amparado por uma formação sólida e por diretrizes éticas, reafirma a relevância dessa profissão na luta contra as desigualdades e na busca por uma cidadania plena para todos os indivíduos. A análise bibliográfica e documental realizada ao longo do trabalho revelou como essas abordagens são essenciais para enfrentar o complexo fenômeno do envelhecimento. A atuação em equipes multidisciplinares, como observado no Programa Aurora, mostrou-se eficaz ao integrar diferentes áreas de conhecimento, promovendo uma intervenção mais abrangente e que considera o indivíduo em sua totalidade.

O envelhecimento da população brasileira exige uma revisão das políticas públicas, especialmente no que tange ao direito à moradia. Este trabalho reforça a necessidade de se pensar em estratégias interdisciplinares que respondam às demandas do envelhecimento com sensibilidade e competência, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida. Ter profissionais que são capacitados para atender as necessidades e demandas das pessoas idosas, é fundamental, pois criar um

programa habitacional, como o Viver Mais - PR onde existem expectativas muito grandes com diversos serviços, que na prática não funcionam como prometidos, sem dúvidas merece um olhar crítico e que contemple e solucione os problemas reais presentes no cotidiano dos moradores do condomínio da pessoa idosa.

Além disso, um condomínio que tem como objetivo atender pessoas idosas consideradas autônomas levanta diversos questionamentos: o que se entende por autonomia? A definição se restringe apenas a conceitos biológicos e mobilidade física, ou abrange também aspectos relacionados à saúde mental? Outro ponto relevante é: se os moradores desenvolveram algum grau de dependência ao longo do tempo, para onde serão encaminhados?

O regulamento do Programa Viver Mais – PR também apresenta limitações na promoção do convívio familiar. Muitas pessoas idosas não podem morar com filhos, netos ou outros familiares, sendo permitida apenas a convivência com o cônjuge. Isso enfraquece os vínculos familiares e restringe as opções para que outros familiares morem no condomínio. O expressivo número de aproximadamente 300 pessoas idosas que passaram a residir no local e não se adaptaram revela um dado preocupante, indicando a necessidade de reavaliação de alguns critérios do Programa Viver Mais – PR. É essencial aprimorar o programa para entender a realidade dos municípios que recebem esses condomínios, avaliando se as equipes envolvidas contam com profissionais capacitados para lidar com as questões específicas do envelhecimento. Também é fundamental preparar essas equipes para desenvolver um trabalho adequado às necessidades dessa população.

Apesar das dificuldades, o aprendizado adquirido, tanto teórico quanto prático, durante a realização deste TCC e como estagiária e expansionista no Programa de Extensão Aurora, será fundamental para a atuação futura no campo do Serviço Social e como Assistente Social, reforçando a relevância de um trabalho comprometido com os direitos humanos, relacionando as competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Para finalizar gostaria enfatizar que envelhecer é um direito humano, que precisa ser vivenciado em suas múltiplas formas e das mais variadas maneiras, destaco a importância de reconhecer o envelhecimento como um aspecto natural e valioso da vida, que deve ser respeitado e valorizado em todas as suas fases. Envelhecer não apenas representa uma etapa do ciclo da vida, mas também envolve a necessidade de garantir que os direitos das pessoas idosas sejam

respeitados e protegidos por políticas públicas adequadas, que assegurem acesso à saúde, moradia digna, convivência social e vários outros.

Além disso, compreender que envelhecer não deve ser uma etapa estigmatizada e carregada por preconceitos, mas se faz necessário promover uma visão mais inclusiva e respeitosa da contribuição das pessoas idosas para a sociedade. Ao defender que envelhecer é um direito humano, estamos enfatizando a importância de um envelhecimento ativo e saudável, onde todos, independentemente da idade, possam viver com dignidade, participar da vida comunitária e ter suas vozes ouvidas. Essa perspectiva não apenas enriquece a vida das pessoas idosas, mas também fortalece uma sociedade, tornando-a mais justa e equitativa para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Condomínios compõem política para idosos no Paraná e chamam atenção de outros estados.** [S. l.]: Habitação, 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Condominios-compoem-politica-para-idosos-no-Parana-e-chamam-atencao-de-outros-estados#:~:text=S%C3%A9ries%20Especiais-,Condom%C3%ADnios%20comp%C3%B5em%20pol%C3%ADtica%20para%20idosos%20no%20Paran%C3%A1%20e%20chamam%20aten%C3%A7%C3%A3o,nos%20%C3%BAltimos%20anos%20no%20Paran%C3%A1>. Acesso em: 18 set. 2024.
- BAGOLIN, I. P.; SALATA, A. Incidência de Pobreza entre os idosos: 2012-2022. Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho – PUCRS. **Data Social**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://www.pucrs.br/datasocial> Acesso em: 29 ago. 2024.
- BARROS, M. N. F.; SUGUIHIRO, V. L. T. A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas. **Revista Virtual Textos & Contextos**, [s. l.], 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/968>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- BEAUVOIR, S. 1908-1986. A velhice; tradução Maria Helena Franco Martins. – 3. ed. – Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lhZGzTIKBaGYIBb23EQ26BxSoK1MSKJe/view>. Acesso em: 5 set. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o.htm Acesso em: 5 set. 2024.
- _____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 5 set. 2024.
- _____, Ministério da Previdência e Assistência Social, Lei n. 8.842. **Política Nacional do Idoso**. Brasília: DF, 4 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm Acesso em: 5 set. 2024.
- BUSATTO, L. D. Acesso à moradia e locação social para idosos: a experiência do Programa Viver Mais Paraná. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 28, n. 7147, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/102184>. Acesso em: 18 set. 2024.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Minha Casa, Minha Vida - Faixa I. [S.l.]. **CAIXA**, 2024. Disponível em: <https://comdipi.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Direito-a-Moradia-da-Pessoa-Idosa.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2024.

CARVALHO, F. A. O Serviço Social e a Interdisciplinaridade. **Scielo**, [s. l.], 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/27.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

COHAPAR; Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS-PR. **Governo do Estado do Paraná**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.cohapar.pr.gov.br/PEHIS-PR>. Acesso em: 30 set. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS . **A Dimensão Técnico-Operativa no Trabalho de Assistentes Sociais**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG-_A-dimensa%CC%83o-te%CC%81cnico-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução Nº 557/2009**. [S. l.], 15 set. 2009. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**, [s. l.], 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Código de Ética do/a assistente social**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: [s. n.], 2022. 144 p. ISBN 978-65-86322-06-4. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. **Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**. Brasília: [s. n.], 2024. 128 p. ISBN 978-65-86322-15-6. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: [s. n.], 2011. 38 p. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. **Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão**. Brasília: [s. n.], 2014. 110 p. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsídios_sociojuridico2014.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

_____. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: [s. n.], 2009. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

ESCORSIMA, S. M. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 427-446, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KwjLV5fqvw6tWsfWVvczcMn/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Inadequação de domicílios no Brasil: 2016 - 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 160 p. Relatório. Disponível em: https://issuu.com/fundacaojoapinheiro/docs/cartilha_dh_final. Acesso em: 5 set. 2024.

GALVÁN, G. A. Equipes de Saúde: O desafio da integração disciplinar. **Rev. SBPH** v.10 n.2 Rio de Janeiro, [s. l.], 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-0858200700020007. Acesso em: 29 ago. 2024.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competência Profissional**, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

IPARDES. População paranaense com 100 anos ou mais cresceu 39% em 12 anos. **AEN**, [S. l.], p. 1-3, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Populacao-paranaense-com-100-anos-ou-mais-cresceu-39-em-12-anos#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20pr%C3%B3prio%20Estado,de%20Amigo%20da%20Pessoa%20Idosa>. Acesso em: 18 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência IBGE Notícias**, [s. l.], 1 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=A%20idade%20mediana%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,de%200%20a%2014%20anos>. Acesso em: 29 ago. 2024.

LIMA, L. A.; CANTUÁRIA, J. E. O idoso e a moradia: uma revisão da literatura sobre a habitação no Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [s. l.], 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/J4bZwfRThxGsnScMMtnXCKB/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MUNHOZ, D. E. N. Da Multi a Interdisciplinariedade: A Sabedoria no Percurso da Construção do Conhecimento. **Revista do Centro de Educação e Letras**, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4148>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** [s. l.], p. 507-519, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MONTEIRO, L. C. A. **Políticas públicas habitacionais para idosos : um estudo sobre os condomínios exclusivos**. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4187?show=full>. Acesso em: 5 set. 2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Entenda o que é idadeísmo e ajude a combater essa prática discriminatória. **Assessoria de Comunicação Social do MDHC**. [s. l.], 2024 Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/entenda-o-que-e-idadeismo-e-ajude-a-combater-essa-pratica-discriminatoria>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

OTTONI, M. A. M. Longevidade:: Uma Conquista ou um Peso Para a Sociedade Brasileira?. **Laboratório de Estudos Contemporâneos**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/9630>. Acesso em: 5 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE — OMS. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Suíça. 2015. Disponível em: <https://atalho.tjdft.jus.br/XAIBBj>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ORLANDI, I. C. O Direito à Moradia para Idosos: Análise da Política Pública “Programa Vila Dignidade”. **Revista da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://revistas.pge.sp.gov.br/index.php/revistaespgesp/article/view/88/77>. Acesso em: 5 set. 2024.

OXFAM BRASIL. A Regulamentação Do Uso E Ocupação Do Solo Urbano Para Fins Residenciais Na Cidade De Ponta Grossa/Pr No Período De 1988 A 2018. **Informe da Oxfam**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-de-sigualdade-no-brasil-rural/>. Acesso em: 5 set. 2024.

PARANÁ; Regulamento. **Diretrizes da Modalidade Viver Mais Paraná**, [S. l.], p. 1-7, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/202

3-10/8ANEXO%20VIII%20DIRETRIZES%20-%20VIVER%20MAIS%20PR_final.doc
>. Acesso em: 18 set. 2024.

PATRÍCIO, K. P.; RIBEIRO, H.; HOSHINO, K.; BOCCHI, S. C. M. O segredo da longevidade segundo as percepções dos próprios longevos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/dYG5hm6GvzMT6pLXVySYSyv/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 5 set. 2024.

PASSANHA, A. C. L.; SILVA, P. C.; CABRAL, H. L. T. B. Longevidade e Qualidade de Vida do Idoso. **Revista Científica Interdisciplinar**, [s. l.], 2016. Disponível em:
<http://www.multiplosacessos.com/multaccess/index.php/multaccess/article/view/1>.
Acesso em: 5 set. 2024.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS. PROPOSTA DE PROGRAMA. **Programa de Extensão Aurora UEPG**. Identificação: 00370.22.03881.04. Disponível em:
https://sistemas.uepg.br/producao/proreitorias/proex/propostas/pdf/relatorio_prograa.php?proposta=3881 . Acesso em 5 set. 2024.

RIOS, R. M.; NUNES, L. A.; ZAPATTA, A. S. O envelhecimento da população e suas implicações para o Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Política e Administração da Saúde**, [s. l.], 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbpas/article/view/108477>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, M. S.; BARBOSA, A. R. Direito à cidade e a habitação para idosos: uma análise sobre a política habitacional em São Paulo. **Cadernos de Estudos Urbanos**, [s. l.], 2023. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/363219263>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, V. A. A moradia do idoso e as novas políticas públicas. **Cadernos de Estudos Urbanos**, [s. l.], 2023. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/363160932>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOUZA, F. M. Moradia para idosos: as novas diretrizes habitacionais do Paraná. **Cadernos de Estudos Urbanos**, [s. l.], 2024. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/363160332>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOUZA, L. S.; GOMES, L. P. Direito à moradia e a inclusão dos idosos: desafios e possibilidades. **Cadernos de Estudos Urbanos**, [s. l.], 2023. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/363153040>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOUZA, R. S. O assistente social no acolhimento institucional de idosos: o desafio de garantir direitos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Saúde**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpas/article/view/108487>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, [s. l.], p. 1-9, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/LTdthHbLvZPLZk8MtMNmZyb>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SENE, T. S. **A Regulamentação Do Uso E Ocupação Do Solo Urbano Para Fins Residenciais Na Cidade De Ponta Grossa/Pr No Período De 1988 A 2018**. 2020. Tese (Mestrado) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, [S. I.], 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1rAZ9UMd4DrHELVfB9QK7Ctjkm2oCKXGi>. Acesso em: 5 set. 2024.

SCHWEIZER , P. J; JUNIOR, W. P.. Casa, moradia, habitação. **Periódicos FGV**, [s. I.], 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/viewFile/7839/6490>. Acesso em: 5 set. 2024.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia **Hucitec**. São Paulo 1988. ISBN 85-271-0068-1 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5350058/mod_resource/content/1/texto3B_m_santos_1988.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas. **Serviço Social e Sociedade**, [s. I.], 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZKybzNjxNnSWSHnL7F6BwXG/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. **Quem nunca? Um Guia Sobre Velhice e Direitos da Pessoa Idosa** — Brasília : TJDFT, 2022. 24 p. Elaborado pela Central Judicial do Idoso (TJDFT). Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/imagens-2022/cartilha-quem-nunca_jun-2022.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

VASSI, V. F.; VALENTIM, M. L. P.; DE VASCONCELOS , C. H.; FERNANDES S. R. G.; CHADI S. L. Atuação multi, pluri e interdisciplinar na perspectiva docente : uma perspectiva epistemológica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. I.], v. 20, 2024. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1941>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ZAPATA, J. G. O papel do assistente social na política habitacional: desafios e perspectivas. **Cadernos de Estudos Urbanos**, [s. I.], 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/363220394>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ANEXO A - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Responsabilizo-me pela redação deste Trabalho de Conclusão de Curso, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicadas fonte e página (se apenas utilizada a ideia do autor citado). Declaro, outrossim, ter conhecimento de que posso ser responsabilizado(a) legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 07 de Outubro de 2024



Camila Santos de Lima

RA: 21002965

ANEXO B - PARECER APROVADO NA PLATAFORMA BRASIL

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Serviço Social inserido na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora: uma análise do Condomínio de Idosos de Jaguariaíva-PR

Pesquisador: LUCIA CORTES DA COSTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79303424.0.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.835.668

Apresentação do Projeto:

A pesquisa analisa a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora, no condomínio para pessoas idosas do município de Jaguariaíva - PR, no período de 2022 a 2024. O tema do envelhecimento coloca a discussão sobre o direito habitacional das pessoas idosas e as responsabilidades do Estado na oferta de serviços para essa população. A pesquisa tem como objetivo geral analisar o trabalho do Serviço Social na equipe multidisciplinar do Programa de extensão Aurora, considerando as especificidades das atribuições privativas e competências profissionais estabelecidas pela lei nº8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social. Os objetivos específicos são: Analisar a concepção de equipe multidisciplinar no Programa de extensão Aurora; Analisar a atuação do Serviço Social frente às demandas do processo de envelhecimento e do direito à habitação; Discutir a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar no atendimento às pessoas idosas em Jaguariaíva; Refletir

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 6.835.668

sobre as

atribuições e competências do Serviço Social no atendimento às pessoas idosas. A pesquisa de caráter exploratório, com coleta de dados quanti e qualitativos, pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e grupo focal.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

Analisar o trabalho do Serviço Social na equipe multidisciplinar do Programa de Extensão Aurora, considerando as especificidades das atribuições privativas e competências profissionais estabelecidas pela lei nº8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social.

OBJETIVO SECUNDÁRIO:

Analisar a concepção de equipe multidisciplinar no Programa de extensão Aurora;

Analisar a atuação do Serviço Social frente às demandas do processo de envelhecimento e do direito à habitação;

Discutir a atuação do Serviço Social na equipe multidisciplinar no atendimento aos idosos em Jaguariaíva;

Refletir sobre as atribuições e competências do Serviço Social no atendimento às pessoas idosas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

No projeto: ... equívocos de interpretação de seu conteúdo e resultados após a publicação. Serão tomadas todas as precauções para que a pesquisa seja realizada em condições éticas e técnicas apropriadas ao zelo pela liberdade, integridade física, moral e psicológica dos sujeitos nela envolvidos.

Não descreveu sobre risco de quebra do sigilo, porém falou que respeitaria as questões éticas e técnicas apropriadas ao zelo pela liberdade, integridade física, moral e psicológica dos participantes.

BENEFÍCIOS:

No projeto: A visibilidade às demandas que envolvem habitação para essa população e

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 6.835.668

analisará como o

trabalho do assistente social na equipe multidisciplinar dentro do programa de extensão Aurora impacta no cotidiano dos moradores, que têm o condomínio como seu lugar para habitar, vivenciar e experimentar essa fase da vida e também contribuir para a construção de conhecimento sobre o fenômeno de envelhecimento, a partir de uma perspectiva do serviço social.

Os benefícios descritos justificam a execução desta pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta destina-se como trabalho de conclusão de curso. O projeto é exequível e acrescentará ao meio científico, à população participante do Programa de Extensão Aurora, bem como ao crescimento da atuação do assistente social e programas com estas especificidades.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatório estão corretamente preenchidos e anexados na Plataforma. Em anexo e de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto de pesquisa por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto foi aprovado sem restrições, após avaliação documental. O projeto se encontra dentro dos princípios éticos e metodológicos, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012 e 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 6.835.668

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2310306.pdf	15/05/2024 10:25:17		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	15/05/2024 10:22:37	CAMILA SANTOS DE LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTCC.pdf	15/05/2024 10:22:24	CAMILA SANTOS DE LIMA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	16/04/2024 16:46:23	CAMILA SANTOS DE LIMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Untitled_20240409_143126.PDF	11/04/2024 16:16:16	CAMILA SANTOS DE LIMA	Aceito
Declaração de concordância	Untitled_20240409_143056.PDF	11/04/2024 16:06:54	CAMILA SANTOS DE LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 20 de Maio de 2024

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

**APÊNDICE A - ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS GRUPO FOCAL
COMPLETAS**

Profissional do município - Subsecretaria de Habitação

Camila: E qual é a sua formação acadêmica?

Entrevistada: Eu sou pedagoga, pós graduada em gestão pública.

Camila: E qual é o seu cargo atualmente?

Entrevistada: Subsecretária de Habitação e Desenvolvimento Social.

Camila: Faz quanto tempo que você está?

Entrevistada: Eu fui promovida há uma semana. Eu era diretora de Habitação. Como diretora estou há seis meses. E como servidora há 34 anos.

Camila: Então, você conhece o programa de extensão Aurora? Se sim, como é a sua relação com ele?

Entrevistada: Conheço, gosto bastante. Acho ele amplo e está caminhando degrau por degrau para vencer novos desafios e conquistar novas vitórias. É importante a gente atender esse público alvo que é a melhor idade.

Camila: E você acompanhou ou está recebendo o processo de implementação do condomínio?

Entrevistada: Sim. Na verdade, nesse período de implantação do condomínio, isso fazia parte do sistema de convênios. Então, essa parte estrutural, tudo, acabou passando pelas minhas mãos. E fazia parte também do conselho da Habitação da Melhor Idade. Então, foi uma experiência bastante valiosa: a busca por uma valorização e reconhecimento da melhor idade. A experiência de vida deles é que acaba ficando a desejar, às vezes assim, à mercê da sociedade. Então, esse cuidado, não só com a criança, mas com a melhor idade, é fundamental. Eu vejo uma política pública bastante importante.

Camila: Esse processo se deu de que forma? Foi tranquilo, foi mais complicado? Como que receberam esse...

Entrevistada: O primeiro impacto é de vibração. Que legal! Como tudo que você acredita que vai ser bom, depois foi aquele frio na barriga. Como será? Porque tudo que é novo acaba criando uma expectativa, e, às vezes, essa expectativa gera frustração. Então, quais são os caminhos, uma vez que ele é o primeiro condomínio no Estado do Paraná? Então, como que a gente abraçaria e quais ações deveriam ser desenvolvidas? Tanto na área política quanto no dia a dia burocrático, e, efetivamente, como ela se daria no final. Então, ela se reuniu, ninguém tomou decisões sozinha. A administração, na época, o prefeito fez essa parceria com a COHAPAR, que é o Programa de Governo Estadual. E depois a gente foi acertando alguns ajustes. Confesso a você, cinco anos se passaram. E hoje a gente continua ajustando ainda. Tem muitas coisas a serem melhoradas.

Uma das questões que a gente avalia é que Ponta Grossa está na construção do condomínio, que era para ser entregue em agosto, mas não sei como é que estão as obras, faz algum mês que não conversei com o pessoal. Mas é assim, é uma rede. E, se na rede você não consultar todos, você vai ter problemas. Essa rede vai furar. E daí, em Ponta Grossa, colocaram uma piscina. Nós não temos aqui. Ah, legal, vamos pensar assim: uma piscina. Mas, espera aí, a engenheira imaginou. Mas, efetivamente, se a piscina vai ser térmica? Quem vai fazer a manutenção? E como que vai ser a dinâmica dessa piscina no dia a dia? Somos idosos? São capazes de escorregar? Tem que fazer limpeza? Não tem problema de dengue? Então, é uma política pública pensada, que, às vezes, você tem que estar no local e verificar essa questão para não se tornar um objeto faraônico. E aí é um problema, porque eu vejo hoje que a piscina é um problema. É um problema que não foi pensado lá enquanto morador, né? Se, Deus o livre, acontece isso, quem vai ser responsabilizado? Tem muitas coisas a serem pontuadas.

Camila: E dentre os critérios de seleção dos moradores, até o processo dele conseguir morar no condomínio. Existe muita procura?

Entrevistada: O condomínio tem 40 casas. Graças a Deus, nesses últimos seis meses que eu estou à frente, eu acho que fechou as 40. Temos uma procura bastante significativa. Hoje, assim, eu estimo que devo ter umas 15 a 20 pessoas na fila. Não posso precisar, uma vez que o sistema, a gente insere, alimenta o sistema, que é da COHAPAR, que é algo bastante coeso, íntegro. É um sistema muito importante e bom, o qual ele só abre para nós, para aí você não interfere na politicagem. Eu não posso dizer se esse é o melhor ou aquele não. Foi alimentado de acordo com as informações que foram selecionadas pelo sistema; aí vai ter que comprovar aquilo que ele fez. Então, assim, eu acredito que é muito interessante. E aí, conforme a vacância de unidades, a gente pede para que a assistente social da Cohapar libere para nós uma nova lista de chamadas. Já estou há três meses sem pedir lista de chamadas. Então, é tudo completo.

Camila: E segundo o regulamento do condomínio, a gestão é responsabilidade dos moradores, mas com a supervisão do município. E como tem se desenvolvido essa relação entre o município e o acolhimento das demandas dos moradores?

Entrevistada: Falar no condomínio, independente de quem seja, idoso, jovem ou estudante, já gera uma expectativa e, às vezes, uma frustração. O ser humano, muitas vezes, não está preparado para que ele consiga administrar, às vezes, o seu espaço e, ainda, o espaço da sociedade. Basta ver em uma reunião, né? Você põe as cadeiras e o pessoal quer sempre ficar mais escondidinho. O condomínio tem aquele que desponta mais, o que é mais preocupado pelas coisas, quer que elas aconteçam, e, às vezes, é conhecido como enxerido pelos próprios condôminos. E aquele que é mais apático diz: "Aquele lá nem quer saber o que faz lá, vai para cima ou para baixo." Então, isso acaba também gerando mais conflitos. Todos os condomínios que eu conheço, eu ouvi falar, sempre têm uma polêmica.

Quando foi pensada a relação aqui, eu até fiz parte, nós criamos essas regras. Poderia ter animais, tá? De repente, eu levantei essa questão, né? Tá, mas eu tenho um gato, daí outro tem um cachorro. Os dois, os animais, não vão se dar. Vai virar um problema entre os moradores. Então, é melhor não ter animais, embora os animais, às vezes, sejam os melhores amigos do ser humano. Então, foi uma das regras.

Tem espaços comuns, um deixa mais organizado, outro não. Quando pensou que teria um síndico, digamos assim, para trabalhar com isso, eu te digo: são pessoas com experiência de vida. Mas essa experiência de vida não se retrata aqui. Porque, depois dos 60, aparecem alguns problemas de saúde. Você já não tem muita paciência, você já não tem aquele termômetro, né? Com o tom de voz, você acaba se exaltando. Vai ter uma série de problemas. Hoje, eu digo pra você que ter um síndico no condomínio não dá certo. Não tem, né? Tem muita fofoca. Você precisa tomar cuidado, porque, depois dos 60, você volta a ser criança. Então, nós temos que filtrar até onde podemos interferir e até que momento. E até que momento você vai passar adiante, porque, senão, você não consegue gerar uma paz. Aqui, graças à divina paz, mas existem alguns conflitos. Existe aquele que gosta de quebrar regras e, às vezes, no início, ele queria chegar depois das 22h. Não é proibido, mas pense na tua segurança. Se você chegar quietinha no teu espaço, tudo bem. Mas, se você chega fazendo barulho com teu carro, incomoda o outro.

Nós temos pessoas que são habilitadas, que dirigem e tudo mais. Então, tudo está sendo aperfeiçoado. Hoje, eu digo pra você, o próprio espaço, enquanto estrutura física, não teve forro colocado no salão de festas, que é comum. Nós temos um problema sério com aves. Os passarinhos vão lá e querem se apropriar. Quando a gente fala COHAPAR, dentro do convênio diz que a prefeitura deu o terreno, a COHAPAR deu a construção. O morador é selecionado pelo sistema da COHAPAR, mas a gestão é por conta do município. Então, se estraga um trinco na porta, é o município que substitui. Estragou a caixa d'água, faltou água, faltou luz, é o município que administra. E o condomínio paga pela geração 15% do salário, que hoje dá em torno de 190 reais para alguns moradores, que são os primeiros, e os últimos pagam 211 reais. Esses 211 reais vão para a COHAPAR durante cinco anos.

É uma continha bem básica. Eu já apresentei em uma reunião: se pegar 200 por 40, dá 8 mil por mês. Se pegar 8 mil por 12, dá 96 mil por ano. Se pegar 96 mil por 5 anos, dá 500 mil. Será que 500 mil não pagaram já a obra? Então, o nosso contrato venceu agora, dia 5 de julho. Eu já vinha caminhando nessa renovação já há cinco meses, e ainda não está renovada, uma vez que a

prefeitura tem ficado com os ônus, e a COHAPAR só com os bônus. E a preocupação da ex-diretora, da professora Selva, é que cinco anos estão acabando e o telhado já começa a dar problema. E aí vai ser um dinheiro muito caro. Então, eu propus, entre várias sugestões, que a COHAPAR agora repasse esse valor, ou pelo menos metade desse valor, para o município. Amanhã a gente tem uma reunião para conversar sobre isso.

Camila: E, por último, o regulamento do programa, Viver mais Paraná, aponta uma série de contrapartidas que são parcerias do município e dentro do que está previsto lá o que Jaguariaíva tem cumprido para atender os moradores?

Entrevistada: Bastante. A gente tem trazido ali dentro das possibilidades. Nós temos transporte na porta do condomínio, nós temos o programa Aurora, o encontro com os grupos da melhor idade, de vez em quando vem a enfermeira, prestar atendimento. O médico aqui é meio difícil porque, no município já é difícil cidade pequena, você não consegue uma exclusividade, tem uma demanda grande. Mas eles, pela própria política pública, têm acesso a uma unidade básica de saúde, através do seu transporte. Se há necessidade de uma unidade, uma intervenção, a gente faz. Então, a coleta de lixo acontece, tudo. Eu acredito que a gente está sim, se não 100%, 99%.

Camila: Você tem algum comentário, alguma coisa que você deseja fechar com uma observação?

Entrevistada: Gosto muito do programa Aurora. Acho que ele vem para agregar, para somar, para motivar mais ainda os moradores daqui. Acho que essa ligação entre o jovem e o experiente tem que ter, porque todos ganham experiência, aprendizado, essa troca. São sempre temas bastante abordados, temas interessantes a eles, dentro das atividades físicas, reconhecimento. Às vezes, a gente não conhece o próprio corpo, o tema hoje é diabetes. Ouve-se tanto falar, mas como é que eu adquirir? Como é que eu faço? É legal, o médico explica, mas, às vezes, não tem todo aquele tempo para entrar em detalhes. Às vezes, é até uma conversa no meio particular, dar uma atenção melhor para aquele que você sente necessidade. Às vezes, é bastante legal. Eu percebo o que eles esperam, criam expectativas, os que estão interessados. Alguns ainda precisam ir lá e buscar, conversar. E outros já são mais arredios, porque é o seu próprio. Eu vejo um morador aqui, logo que ele veio, disse assim: olha, eu expliquei, há essa dinâmica, há o culto aqui também, no salão, uma vez por mês. Ele disse: olha, não me leva a mal, mas eu sou antissocial. E eu achei interessante. Ele foi justo, foi honesto. Então, a gente já vem, ele sabe que existe, mas ele não vem. Ele está na casa, ou ele está, às vezes, pela rua, né? Ele vai evangelizar, bastante é isso aí. Mas torço para o programa, não sei quanto tempo vai ainda, adiante, que ele tenha extensão, que ele permaneça, e que ele seja um caso vitalício. Já conversei, esses dias, com o responsável da COHAPAR, em Ponta Grossa, eu falei, porque eu não vou levar mais de uma unidade do condomínio para Jaguariaíva, e ele disse: opa, é só pedir, porque não sei o que tem. Então, também há essa possibilidade aí. Mas é uma política pública bastante interessante, sucesso aí pra vocês, que venham, que conversem com o reitor lá, que apresentem projetos, que venham ao encontro da criançada.

Assistente social do município

Camila: Qual é a sua formação?

Entrevistada: Serviço Social. E sou pedagoga também, mas não exerço.

Camila: Qual é o teu tempo de carreira, de trabalho já?

Entrevistada: Dois anos.

Camila: E como é essa atuação profissional junto à Aurora?

Entrevistada: Foi assim, um bálsamo. Eu aprendi... Eu usei muita coisa que eu observei, que eu participei aqui com vocês, no meu grupo de idosos. E eles amaram. Serviu de... Incentivo. Exemplo.

Camila: E a sua atuação junto com o programa Aurora é só com o serviço social ou com as demais áreas que tem?

Entrevistada: É assistente social. E eu sou moradora aqui do condomínio também, né? Você soube. Moro aqui, mas não posso participar sempre, né? Por causa do meu trabalho. Quando o CRAS é solicitado, eu venho como assistente do CRAS.

Camila: E quais são as principais demandas dos idosos aqui do condomínio para os assistentes sociais?

Entrevistada: Eles pedem muito que a gente consiga para eles a antena digital. Pedem a baixa renda da luz. Querem ter direito à baixa renda da luz. Daí a gente explica que tem os critérios de atendimento que não alcança per capita. Mas fulano tem eu não tenho, mas ciclano tem e eu não tenho, sabe? E de socialização mesmo. Eles confundiam muito, quando eu comecei a morar aqui, que eles achavam que eu era cacique. Me falaram essa palavra. Achei que você seria a nossa cacique aqui. Eu falei, não, eu trabalho no CRAS até às cinco e meia da tarde. Depois das cinco e meia da tarde eu chego aqui, eu sou moradora como qualquer outro. Então eles queriam que eu resolvesse conflitos.

Camila: E quais são os desafios na sua atuação como assistente social junto aos moradores?

Entrevistada: Eles confundirem eu como moradora e como assistente social. Eles acham que falando comigo, falo com Deus. Sabe? Daí não é. A gente tenta, mesmo fora, que não são moradores daqui, a gente tem a mesma conduta, né?

Camila: E como você observa a atuação do serviço social dentro de uma equipe de trabalho multidisciplinar?

Entrevistada: Uma boa interação, assim. Aqui mesmo a gente já fez atendimento junto, eu e o psicólogo. Principalmente quando dá esses conflitos com vizinhos, né? Então a gente interage bem. Não tem dificuldade nenhuma de interagir.

Camila: E qual é a relevância e as contribuições da atuação do assistente social dentro de uma equipe multidisciplinar?

Entrevistada: É observação das vulnerabilidades, né? Porque no olhar deles, eles olham mais o emocional. E a gente não, passa a ver no geral, no total. Às vezes a pessoa tá dizendo que o fulano já tá bravo, que não sei o que, não sei da onde. Fulano é isso, é aquilo, é aquilo outro. Mas o problema às vezes nem é lá no fulano, né?

Camila: Tem algum comentário, alguma observação, alguma coisa que você deseja acrescentar, falar?

Entrevistada: Faça um concurso enquanto você é jovem e assuma enquanto você é jovem. Porque eu fiz esse concurso em 2014 e fui chamada dois anos atrás. E era meu sonho ser assistente social, só que, quando eu fiz a faculdade, estava tudo aqui. E eram outras leis, né? É um comentário para você, na verdade.

Porque eu entrei, eu sapateei. Eu ia, às vezes, numa situação muito vulnerável, e eu voltava em lágrimas. Sabe? Eu não sabia. Eu queria ajudar de qualquer maneira, de todas as formas, do bolso que fosse, né? E não é para mim, né? Não é assistencialismo. E eu estou reaprendendo ainda. Não posso dizer que eu sou uma assistente social, eu estou querendo ser. Mas é isso.

Em relação ao trabalho hoje, hoje eu já me considero assim, com um pezinho lá. Mas, quando eu entrei, menina, foi assim um... Não houve. A coordenadora do CRAS falava: mas que tipo de faculdade vocês fizeram? Para mim, ela falou. Ah, eu fiz EAD, e você? Ela dizia: eu não, sou assistente social, mas eu não tenho muita bagagem. Falei: pois é, mas eu sou assistente social e não tenho bagagem nenhuma. E não vou mentir que tenho, se eu não tenho. Aí, voltei a estudar, Google na cabeça. Então, voltei também, né? Tem que se mexer. Porque eu não esperava que fosse ser chamada desse concurso. Então, eu caí assim

Camila: É isso. Muito obrigada pela sua participação.

Profissional do município - Coordenadora do CRAS

Camila: Qual é a sua formação?

Entrevistada: Sou pedagoga.

Camila: E a sua profissão atualmente?

Entrevistada: Na minha função agora é coordenadora.

Camila: Do CRAS, né?

Entrevistada: Do CRAS, aham.

Camila: E quanto tempo você está trabalhando no CRAS já?

Entrevistada: Vai fazer esse ano, faz 16 anos.

Camila: Uau! Então você conhece o programa de extensão Aurora? Se sim, qual é a sua relação com ele?

Entrevistada: Então, eu, assim, basicamente eu acho que eu conheço, assim, um pouco o programa em si, eu acho que a teoria, pouco. A prática eu conheço a questão do, que é o programa de acadêmicos. Os orientadores são os professores da UEPG, que trazem esse trabalho multidisciplinar para os idosos do condomínio, apenas do condomínio. Isso.

Camila: E qual que é a sua relação com o programa Aurora, assim, como você desenvolve, qual que é a sua contribuição?

Entrevistada: Então, a minha contribuição é a questão da, a gente faz essa, eu não sei como que seria, essa questão desse apoio para o programa, na questão do lanche, na questão da limpeza do condomínio, algumas mobilizações para algumas ações de vocês. A gente faz com os moradores daqui do condomínio, a divulgação do programa, a gente faz algumas divulgações também no site da prefeitura do programa e é isso.

Camila: Você acompanhou ou esteve inserido no processo de implementação do condomínio no município?

Entrevistada: No início?

Camila: Isso.

Entrevistada: Eu acompanhei pouco, eu sei assim, um pouco o que eu sei foi que foi uma ideia, eles foram visitar uma cidade onde tinha, que não era o Paraná, eu não sei, acho que foi, não vou lembrar agora o nome da cidade, eles foram conhecer o projeto piloto e daí vieram com essa ideia de trazer para cá.

Tinha uma vontade muito grande de ser o primeiro do Paraná e eles trouxeram esse condomínio nessa época. Daí foi feita a seleção através da Cohapar, não foi feita assim uma seleção para o condomínio, eles tiraram, né, do programa lá da Cohapar, quem tinha mais de 60 e foram selecionando para ver quem tinha interesse em ir para cá. No início eles até confundiram um pouco os idosos, foi um trabalho para eles explicarem que era um aluguel social, que não era um programa, era moradia, mas era moradia social, não é? Eles, no começo, tiveram um pouco de dificuldade de entender que eles não estavam comprando uma casa para deixar para os seus familiares.

Camila: Dentre os critérios de seleção dos moradores, até eles conseguirem morar no condomínio, esse processo assim é muito difícil, como é para eles, os idosos?

Entrevistada: No primeiro, esse primeiro contato foi sim, foi através de mais de 60 e que morasse, que morasse mais de 60 e que não tivesse dependentes, como jovem, criança, que não tivesse neto,

então esse foi o primeiro que foi o critério. Aí depois, quando a gente, já estavam aqui os moradores, agora para fazer esse processo, ele é mais ou menos parecido, só que agora eles leem o regimento, porque foi feito um regimento com os primeiros moradores, eles que fizeram, votaram, foi feito esse regimento para os moradores. Então hoje já tem uns critérios maiores, tem critério da questão dos animais, tem a questão dos, de o parente não poder ficar posando, posa no máximo se for de fora, pernoite, então hoje os critérios são esses, mas também é feito pelo COHAPAR e ainda não tem nada assim, que seja a inscrição para o condomínio, só a inscrição na habitação, eles querem habitação. Aí é oferecido, daí vem as listas dos mais de 60 para ver quem tem interesse em ficar aqui.

Camila: E os idosos, eles têm bastante facilidade assim, em entender todos os critérios, o processo de seleção, ou eles acham difícil, como que é?

Entrevistada: Eles não têm, assim, nesse momento eles não têm muita dificuldade em entender os critérios, só eles têm um pouquinho de dificuldade em seguir depois de estarem aqui. E também tem alguns que não se acostumam aqui. Uns por conta dos critérios mesmo, por conta de serem vários avós que cuidam de neto, então isso é uma das coisas que pesa bastante para nós. Nós tivemos, acho que com dois ou três casais que saíram daqui por conta disso, sabe? De não poder ficar com seus netos.

Camila: Existe muita procura para morar aqui no condomínio?

Entrevistada: Existe.

Camila: E segundo o regulamento que tem lá sobre a gestão do condomínio e das responsabilidades dos moradores, fica de supervisão no município essa gestão, né? E como se desenvolve essa relação com o órgão gestor e o responsável pelo acolhimento das demandas, dos moradores e tudo mais assim, como funciona essa relação?

Entrevistada: Ele é feito através da habitação, né? A habitação que faz essa, que é a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. Então, essa gestão é feita através da habitação COHAPAR. Então, a seleção é feita assim, feitos contratos através dessas três parcerias. Aí a gente fica com essa questão da manutenção. A prefeitura ficou com a manutenção, os cuidados. Hoje nós não temos uma gestão própria do condomínio, que até quando ele foi criado a ideia era ter uma gestão própria. Hoje não tem. A gente ainda conta com a gestão do CRAS Primavera, que é o território onde está o condomínio, e habitação. Então, tudo que é relacionado à habitação, reparo na casa, algumas coisas, é através da habitação. E a parte social é feita através do CRAS. Então, fica a responsabilidade de colher as demandas da Cohapar, que refere à habitação, e a gestão do condomínio é feita pelo CRAS atualmente, porque não tem. Não tem.

Camila: E para finalizar a última pergunta, o regulamento do programa Viver Mais Paraná aponta uma série de contrapartidas que são da parceria do município, né? E dentro do que está previsto, o que a Jaguariaíva tem feito para atender os moradores do condomínio?

Entrevistada: Olha, o que ela tem feito é isso. Então, nós tínhamos no primeiro, no projeto existe essa demanda de serviço de convivência e fortalecimento de vínculo. Está dentro do projeto. Médico, visita do médico, está dentro do projeto. A UBS Domingos Cunha teria que atender. Quando a gente fez essa parceria com a faculdade, com o Projeto Aurora, a gente deixou de fazer o serviço de convivência nesse período. Então, a gente não está fazendo por conta de estar nessa parceria com o Projeto Aurora. Dentista, apesar de que a dentista semana passada veio fazer uma avaliação. Então, é esse que é o trabalho. Nós mantemos aqui a iluminação, cuidado com a iluminação, com lâmpadas. A isenção da taxa de água, eles não pagam. Então, é esse apoio que a prefeitura tem prestado com isso.

Camila: Você tem algum comentário, alguma observação, alguma coisa que você queira contribuir?

Entrevistada: Eu acho que não, acho que é isso mesmo. Acho que está tudo dentro. Sempre que vêm as visitas para cá, o que é que nós temos? As pessoas que vêm, que têm interesse de levar para o município o condomínio, o que é que eles fazem? Algumas perguntas. Sabe qual é a maior dificuldade nossa aqui? É essa participação e essa vontade. Eles vêm de um jeito de viver que

chegou na velhice, não precisam mais disso, não precisam mais daquilo. Então, eles têm uma dificuldade; tudo que a gente oferece, eles têm uma certa resistência.

Então, nós precisamos, vamos fazer um evento, como vai ter agora, dia 14, uma festa junina. Eles têm uma resistência em participar, eles têm uma resistência em viver. A gente faz um baile, alguma coisa, e eles têm um pouco de resistência para tudo.

A única coisa assim que eles participam de livre e espontânea vontade é quando chega o médico. O médico, eles vêm, eles participam. Hoje, até o dentista, nós temos dificuldade. A gente tem trazido a vacina aqui também. No ano passado, a gente trouxe a vacina já quase no final da campanha. Quem não tomou, a gente vai fazer no condomínio. Não tivemos resultado muito bom. Esse ano, antes de ser lançado o dia D, que era da campanha, ia ser feito no sábado, a gente trouxe o pessoal da vacina na sexta anterior, já para eles saberem que ninguém tinha tomado. Olha, a gente teve pouquíssimas pessoas que vieram tomar. São contra, então você tem que fazer um trabalho. A gente fez um trabalho com uma dentista que conseguiu detectar os três cânceres de boca, e eles têm uma resistência em ir para o tratamento. A gente teve que vir buscar, teve que fazer uma abordagem com os parentes para poder fazer com que eles fossem. Então, eles têm uma resistência. A gente tem um trabalho bem árduo para fazer. Porque não adianta dizer assim: "Você precisa disso." Eu tenho que convencer, eu tenho que sensibilizar ele para que ele ache que precisa. Não é eu falar para ele que ele precisa. Mas é isso, nós temos só essa dificuldade. Hoje, a gente já melhorou bastante, sabe? A questão também desse relacionamento interpessoal entre as famílias. Hoje, a gente já melhorou um pouco, sabe? Mas, no início, foi bem difícil.

Uma das coisas bem difíceis é a questão de a gente fazer uma horta comunitária e eles não quererem participar. Eu acho que você já percebeu que a nossa horta comunitária não tem nada. O enquanto aqui do lado deles está enorme, né? Eles nem vencem comer tudo que plantam. Mas é ali no espacinho deles. Então, essa questão do coletivo para eles ainda é difícil. Tá bom?

Camila: É isso. Muito obrigada.

Assistente social - Aurora

Camila: E a sua formação acadêmica?

Entrevistada: Serviço Social

Camila: Qual a sua profissão atualmente?

Entrevistada: Assistente Social

Camila: E seu tempo de trabalho?

Entrevistada: Desde 2013, 11 anos.

Camila: Como é a sua atuação profissional junto ao Programa Aurora?

Entrevistada: Eu sou assistente social do programa, mas o meu vínculo formal é como profissional bolsista. Eu sou responsável pela supervisão de estágio das estagiárias de Serviço Social. Aí também, pelos assuntos referentes ao Serviço Social. Então tudo que é matéria de Serviço Social eu fico como referência nesse assunto. Para o programa como um todo, eu sou responsável por administrar horários, agendas, coordenar as atividades com os outros bolsistas, articular algum tipo de intervenção que precisa ser feita e que envolva a rede socioassistencial do município de Jaguariaíva. Acho que basicamente é isso. É atuar junto com os alunos e junto com os idosos e fazer a articulação de toda essa galera com a rede socioassistencial do nosso caso de Jaguariaíva.

Camila: E a sua atuação junto ao programa é só com o Serviço Social ou com as demais áreas integradas?

Entrevistada: Com todas as áreas integradas. Com as demais áreas, a gente tem as professoras de cada uma das áreas e aí no que tange o Serviço Social eu acabo tendo uma atuação um pouco mais ampla com toda a formação. Mas a minha atuação é com todas as áreas.

Camila: E quais são as principais demandas das pessoas idosas assistentes no condomínio para os assistentes sociais?

Entrevistada: Para os assistentes sociais? Bom, sendo o Serviço Social bastante amplo em atuação, eu acho que nessa pergunta a gente não precisa falar só de matéria de Serviço Social. Dá para falar de outros assuntos também. Então, nos idosos de Jaguariáiva, eu vejo que eles têm bastante demanda com relação a vínculos de afeto, vínculos de participação, seja ali dentro do condomínio, seja deles com os familiares, mas, em especial, eu percebo a nossa atuação mais importante quando eles têm alguma situação com a rede assistencial.

Então, quando eles têm alguma dificuldade ou alguma dúvida em algum serviço de saúde, por exemplo, ou em algum serviço da assistência, por exemplo, então, na rede socioassistencial como um todo, eu percebo que eles, quando eles têm alguma dificuldade, é para o Serviço Social que eles vêm por primeiro, sabe? E aí eu não sei dizer se é para o Serviço Social ou se é para o Aurora. Então, também tem isso, né? Como a gente sempre tem uma particularidade do Aurora é ter o trabalho multidisciplinar, eu confesso que eu não consigo variar se eles olham para mim e para você, no caso, e veem o Serviço Social ou veem o Aurora. Então, tenho essa dúvida. Mas acho que as demandas principais são essas, de fortalecer vínculos entre eles, fortalecer vínculos deles com a comunidade e fazê-los compreender que eles são sujeitos de direitos e que eles precisam utilizar os serviços que estão disponíveis na rede como um todo e que eles precisam ser bem atendidos.

Camila: E quais são os desafios na sua atuação como assistente social junto aos moradores?

Entrevistada: Junto aos moradores, acredito que seja, fazer a informação chegar de forma simples, clara, objetiva e assertiva, tanto para os idosos mais participativos, quanto para os idosos que têm por característica não gostarem de participar. Então, eu acho que esse é o meu maior incômodo e meu maior desafio no tempo de Aurora, é fazer, é pensar formas da informação chegar para todos eles, não só para quem participa, mas para quem também tem por característica que não gosta, não quer, não gosta daquelas pessoas, não gosta da gente, tudo pode acontecer. Então, acho que esse é o maior desafio.

Camila: E como você observa a atuação do serviço social dentro de uma equipe de trabalho multidisciplinar?

Entrevistada: Eu observo que pela característica da profissão, eu acho que o serviço social sempre consegue ser aquele profissional agregador de todas as áreas. E isso é um ponto muito positivo, porque a gente consegue transitar entre as demais áreas, os demais profissionais, no caso de uma equipe que tem outros profissionais, de uma forma muito fácil. Porém, isso também pode ser uma dificuldade. Quando o assistente social não tem clareza do que é a sua função, é muito fácil perder no meio disso também, e acabar virando um profissional que faz tudo de todo mundo, e acaba não fazendo muito do que é de si. Então, a mesma coisa que é uma coisa muito boa, se não cuidar, também pode ser uma coisa bem... bem difícil, que é perder a especificidade do que é ser assistente social. Então, acho que ser um profissional agregador é uma coisa bastante positiva. O que eu percebo nas outras áreas, por exemplo, nas áreas que a gente atua ali no Aurora, né? Alguns alunos têm dificuldade, às vezes, até de alguns alunos que eu falo, algumas áreas, né? Então, se tem um tema, o tema do Junho e Violeta, por exemplo, algumas áreas têm dificuldade de fazer esse tema participar da sua área de atuação. E o serviço social não tem essa dificuldade. A gente consegue transitar com muita facilidade por todos os temas e agregar todas as áreas. Não, será que você não pode fazer isso? O que combina com isso? Isso eu vejo que é uma particularidade mesmo da função.

Camila: E qual é a relevância e as contribuições da atuação do assistente social dentro de uma equipe multi?

Entrevistada: Eu acho que é essa característica agregadora mesmo. Eu acho que esse é o ponto principal.

Camila: Você tem algum comentário? Alguma coisa que você deseja colocar como observação?

Entrevistada: Não, acho que é isso mesmo.

Camila: Então, muito obrigada pela sua participação.

Profissional do município - Secretário Municipal

Camila: Ah, perfeito. Qual é a sua formação acadêmica?

Entrevistado: Bom, eu sou bacharel em contábeis, licenciado em pedagogia e também em serviço social. São profissões bem distintas.

Camila: Qual seu cargo atualmente?

Entrevistado: Eu sou, eu estou como secretário municipal de assistência, mas eu sou assistente social de carreira do município de Município. Concursado.

Camila: Faz quanto tempo que você está nesse cargo?

Entrevistado: No cargo de secretário, vai fazer seis meses, mas como servidor do município 18 anos.

Camila: Você conhece o Programa de Extensão Aurora e se sim, qual é a sua relação com ele?

Entrevistado: Sim, eu conheço o Programa de Extensão Aurora, na realidade, pela questão do condomínio e pelo estar vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social. Os primeiros contatos foram feitos comigo e por mais algumas pessoas da equipe.

Camila: E você acompanhou ou esteve inserido no processo de implementação do condomínio aqui no município?

Entrevistado: Sim, eu participei do processo de seleção de algumas famílias do cadastro de dependentes da COHAPAR e participei da primeira seleção dos moradores que vieram para cá.

Camila: E como foi esse primeiro contato? Como os moradores tiveram esse acesso?

Entrevistado: Na realidade, o condomínio do idoso representou e representa um grande desafio. Porque a grande maioria das pessoas, como todos nós, tem a intenção de ter um imóvel próprio. Então, não existia, por parte da COHAPAR, um cadastro específico para o condomínio do idoso, porque ele veio posteriormente.

E aí, todas as pessoas que tinham feito o cadastro dentro do município, e continuam fazendo o cadastro agora, tem uma aba que você tem a opção de fazer para o condomínio do idoso. Então, quando elas eram hierarquizadas e você fazia o contato, a grande maioria pensava que era para um programa habitacional, que não era para a modalidade do condomínio do idoso. Tanto é que, no universo de cadastro que tem dentro do município, que na época de quando eu participei era mais de 2.200 cadastros, para a gente conseguir chegar a essa constituição hoje das 40 unidades ocupadas de fato aqui, já passaram mais de 300 pessoas, 300 idosos. É um número bem significativo, né? Porque o condomínio tem algumas especificidades, né? Tem alguns idosos que moram com filhos, idosos que têm animal, eu participei do processo de quando foi feita a questão do regimento interno, da aprovação do regimento interno, do registro em ata, os moradores deliberaram na época que não poderia ter animal, e é o que se mantém até hoje, por não ter uma estrutura delimitada, ser casas conjugadas, então, às vezes, o gatinho, o cachorrinho vai na horta do outro, acaba incomodando, então, esse foi um dos empecilhos também para esse processo aqui. E, às vezes, alguns idosos que também têm ainda filhos, né? Pessoa com deficiência que mora e não pode vir para cá também, então, também teve esse...

Camila: E dentre os critérios de seleção dos moradores, até eles conseguirem efetivamente morar aqui, existe muita procura dos moradores ou da população em geral, como que funciona essa questão?

Entrevistado: Na realidade, hoje, nós temos a parceria com a COHAPAR, o único cadastro que o município tem, de gente que, na realidade, faz levantamentos para todos os aspectos de demanda habitacional, né? Então, na realidade, os idosos acabam fazendo esse cadastro no sistema online ou fazem no departamento, nós temos um departamento de habitação que funciona dentro do município, com o auxílio das pessoas que lá trabalham, e aí, acaba se gerando... Hoje, atualmente, nós não temos mais... Temos alguns casos de idosos que ainda estão esperando. Praticamente, nós já passamos toda a lista de idosos que eram possíveis dentro do cadastro preferente.

Camila: E daí, os idosos chegam onde buscar serviço?

Entrevistado: Eles, os idosos, têm dificuldade na questão da tecnologia, né? Então, normalmente, um familiar faz ou faz no próprio departamento. Nós priorizamos até que faça no departamento para que não haja nenhum equívoco no preenchimento dessas informações.

Camila: Então, segundo o regulamento, a gestão do condomínio, ela é responsabilidade dos moradores, mas com supervisão do município. E como é que tem se desenvolvido essa relação do órgão gestor responsável para acolher as demandas dos moradores?

Entrevistado: Na realidade, existe um termo de convênio celebrado com a COHAPAR, no qual o município assumiu alguns compromissos para que o condomínio aqui estivesse implantado. Somos o primeiro condomínio do estado do Paraná. E dentro desses compromissos, a questão dessa manutenção do espaço, a questão dessa equipe. Nós não temos uma equipe própria para o condomínio do idoso, então nós utilizamos a equipe do equipamento do nosso Centro de Referência de Assistência Social, do CRAS Primavera, que é o equipamento da política pública mais próximo aqui. Então a coordenadora do CRAS acaba fazendo alguma parte aqui dentro do condomínio. A assistente social do CRAS também acaba atuando aqui. Nosso psicólogo também, quando é solicitado, acaba vindo aqui. E por parte da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, também são cedidos dois vigias para ficar na portaria do condomínio. E temos a questão com a política pública de saúde, que daí a gente tem a parceria com a equipe da UBS, que acaba fazendo algumas ações aqui dentro do condomínio. Em relação ao nosso termo de convênio, ele é do ano de 2019, então agora ele venceu. Provavelmente, por estarmos em um período eleitoral, ele vai ser assinado em outubro. Tem algumas cláusulas do convênio que a gente está querendo rever. Então a gente vai propor até para o COHAPAR, que na realidade, o município ficou com a questão dos recursos humanos e com a questão toda da manutenção do condomínio. Então a gente vai tentar rever, mas já é um espaço construído há cinco anos, então já vai precisar da questão de manutenção. O município tem feito a questão de manutenção de roçada do espaço, a questão de trocar de lâmpada, essas pequenas manutenções. Agora a gente sabe que vem uma manutenção um pouco maior, a questão da estrutura física, de pintura. Foi feito também por parte da solicitação dos moradores a questão de uma estrutura coberta para que eles pudessem guardar os carros deles. Foi sinalizado essa demanda para a COHAPAR também, mas não tivemos nenhuma resposta referente a essa situação, que é uma situação bastante latente. E incomoda eles também.

Camila: São todas as demandas que os moradores têm, eles passam para vocês do município?

Entrevistado: Sim, eles não têm contato com a equipe. Em dois únicos momentos nesse período de cinco anos, a equipe da COHAPAR esteve dentro do condomínio para esse contato mais corpo a corpo com os moradores, mas majoritariamente toda a demanda era sinalizada para os servidores do município.

Camila: O regulamento do Programa viver mais Paraná aponta uma série de contrapartidas que são da parceria do município. Dentro da questão prevista, o que Javaraíva tem cumprido para atender os moradores do condomínio?

Entrevistado: Eu acredito que Jaguariaíva tem previsto e cumprido tudo o que está dentro do termo de convênio, que é a questão dos recursos humanos que são listados dentro desse convênio, que é

a questão dentro da matéria da política pública da assistência, como assistente e demais, com a questão da pedido de vigia.

Eu acredito que seria necessário ter o vigia durante o período do dia, mas não temos, só no período noturno. E a questão dos profissionais de saúde também é a questão, então o que é possível que está sinalizado lá está sendo efetuado e cumprido.

Camila: E você tem algum comentário, alguma observação a mais que você queira complementar?

Entrevistado: Eu vejo hoje, enquanto gestor da política da assistência, que seria necessário rever e ter uma equipe de atuação específica para o condomínio do idoso. E ao menos tivesse um coordenador dentro do condomínio do idoso que pudesse responder de forma mais efetiva, porque nós estamos aqui de forma sazonal, então são situações pontuais. Então eu acredito que deveria ter um profissional que aqui ficasse de forma perene e contínua para que pudesse construir. E também porque esses ruídos de comunicação que existem entre os idosos, sejam sanados também, porque há bastante ruído de comunicação entre eles.

Camila: É isso aí.

Coordenação 2 - Aurora

Camila: Qual é a sua formação acadêmica?

Entrevistado: É graduada em Serviço Social e doutorado em Ciências Sociais Aplicadas.

Camila: Qual é a sua profissão?

Entrevistado: Professora e coordenadora do Programa

Camila: E seu tempo de trabalho?

Entrevistado: 17 anos

Camila: Então, como se originou a proposta para a criação do Programa de Extensão Aurora?

Entrevistado: Então, você vai conseguir entrevistar a Iolanda, que é quem participou, né? Como originou a discussão. Como ela começa, eu não sei te dizer. Eu sei que a UEPG, pelo que a Iolanda me contou, ela foi convidada pela SETI, provavelmente pelo Governo do Estado, pelo pessoal da área da habitação, para pensar em uma parceria, para fazer uma espécie de acompanhamento desse programa que tinha essa especificidade de ser moradia para pessoa idosa. Agora, de quem partiu a iniciativa, o formato do programa, isso eu não sei te dizer, porque realmente esse início aí eu não sei.

Camila: E quais são as áreas e quais foram os critérios estabelecidos para a seleção das áreas que integram o programa?

Entrevistado: Também, eu acho que a Iolanda vai poder te dizer. Hoje, o nosso programa aqui do UEPG, então, são cinco áreas: Serviço Social, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Educação Física. Cada universidade tem os seus cursos, o perfil do coordenador, então, pelo que eu entendi, ficou na autonomia de cada universidade pensar dentro do objeto do programa, que esse estivesse alinhado com as demais propostas que existem entre as outras universidades estaduais, pensar que áreas, dentro dos cursos que a universidade oferta, do lugar onde fica o condomínio, quais áreas iriam concorrer, que projetos iriam concorrer. Então, aqui no UEPG também, pelo que eu acompanhei no início, a Iolanda me contou, foram já professoras que trabalhavam com alguma temática que de alguma forma envolvia a pessoa idosa. Então, que já tinham participado de outros projetos ou programas que já tinham um pouco essa troca. Por exemplo, o caso da Educação Física, que já tinha o projeto deles que acompanha e tal. Então, foi um pouco isso: a autonomia, acho que um pouco o perfil dos cursos que já eram envolvidos com a temática, engajados com essa temática do envelhecimento, que passaram. Então, foram convidados a compor, e aí tinha mais curso, até o Departamento de Arte, né? Esse eu sei que, depois, de um ano para o outro, entre a proposta inicial e depois a execução, acho que por motivos estruturais mesmo, falta de professor e tal, foi o curso

que acabou saindo. Também estava envolvido no início ali, mas acho que pelo que eu entendi tem um pouco a ver com essa autonomia mesmo que cada universidade pensava.

Camila: E de que forma a proposta de trabalho multidisciplinar, ela impacta no atendimento às pessoas idosas e com a equipe do programa.

Entrevistado: Olha, para as pessoas idosas, eu acho que pensamos primeiro por aí. No nosso público-alvo. Eu acho assim, olhar a concepção do envelhecimento não só como um aspecto biológico, que é o que a gente tende primeiramente a olhar. Então, mais, por exemplo, as fragilidades físicas, nas condições de saúde, acompanhamento menos do medicamento, essa coisa toda que já está um pouco mais dada. Para a gente, pelo menos como a gente pensa no envelhecimento. Pelo menos para mim, era possível que vinha, né? Então, eu acho que entender o envelhecimento de uma perspectiva mais crítica, de uma lógica mais da totalidade, a gente foi percebendo que são muitas dimensões. Que acompanham tanto esse aspecto biológico, sim, que existe. Mas aí a gente vai ver também outras vulnerabilidades. Então, é uma população que tem uma certa vulnerabilidade econômica, então envelhecer para eles vai ter uma característica diferente. Tem um aspecto de gênero também. É um processo diferente entre os homens e as mulheres. Então, assim, reunindo as diversas áreas, eu acho que eu também consegui olhar o envelhecimento desse outro lugar. E a extensão ali, ela consegue fazer isso, porque a gente leva um conjunto de informações, como o próprio serviço social ali que vocês têm feito. Trabalhar essa ideia do vínculo entre os moradores, pensar o processo da própria participação, envolvimento.

Existe a preocupação, então, com a autonomia física, de saúde, mas também com a autonomia do conversar, do negociar, do buscar agora uma liderança. Então, eu acho que essa multidisciplinaridade faz isso. Ela olha o envelhecimento como, nessa totalidade, também como um processo. Porque também, eu, pelo menos, quando me aproximei da área, a gente tinha uma tendência a achar 65, 70, velho. Não, é o envelhecimento, que é o próprio processo, ele começa, como a gente sempre diz, desde que a gente nasce.

Então, ao longo da vida, as pessoas vão criando demandas e vão carregando a sua história. Claro que os que estão ali, formação de classe, gênero, raça, etnia, também têm as suas demandas. Então, acho que tem isso que eu vejo que é muito interessante. Para a equipe também, eu acho que é muito legal, porque a gente tá aprendendo muito com os outros, e como as profissões operam, a dinâmica, as estratégias de abordagem que cada um usa, o cotidiano do trabalho de cada um é interessante. Eu vejo que isso é legal também, de perceber como os cursos funcionam, a dinâmica. E também, agora com as reuniões de estudo, eu acho bem interessante que a gente também vai revendo algumas coisas que a gente pensa sobre determinadas áreas. Então, eu imagino que vocês aprendem muito juntos e têm muita troca, né? Para a equipe também, eu acho que é muito legal, porque a gente tá aprendendo muito com os outros, e como as profissões operam, a dinâmica, as estratégias de abordagem que cada um usa, o cotidiano do trabalho de cada um é interessante.

Camila: E como é desenvolvido o trabalho multidisciplinar dentro do programa Aurora? de forma mais operacional mesmo.

Entrevistado: Bom, então, desde o início ali, acho que isso também a Iolanda vai poder falar melhor, mas eu acho que isso aqui foi, assim, combinando como seria feito. Então, eu acho que foi um pouco desafiador também. Porque não é todo mundo trabalhando junto ao mesmo tempo, por uma série de questões. Um, porque seria muita gente para ir até o condomínio, porque é o cotidiano deles. Nem todas as áreas poderiam desenvolver tudo ao mesmo tempo. Até porque são várias, cinco, cada uma com um objeto bem... acaba tendo sua especificidade. Então, e também a questão dos horários, porque uma equipe tão grande, que não faz só extensão, faz outras coisas. Então, a extensão é uma coisa a mais no processo da formação. Então, pelo que eu entendi, foi combinado o que foi possível. E acho que acabou sendo bem interessante as duas áreas trabalharem. Por vezes, ali, algumas vezes envolvendo atividades juntas, outras vezes vão até o local, mas cada um com o seu objeto, sua finalidade para a ação daquele dia. Então, mas essa troca do planejar, o que um vai percebendo? Olha, tal atividade flui melhor. Então, às vezes, uma área aprende com a outra e também reproduz ou aproveita alguma dica. Eu acho que também, pelo menos para mim, assim como eu já acompanhei, né? A gente também olhar o envelhecimento, eu acho que isso é legal também, porque as reuniões de estudo têm permitido a gente olhar também. Então, essa multidisciplinaridade acontece aí também. Quando a gente senta junto para planejar um pouco a atividade, estudar os temas. Então,

isso também tem permitido a gente pensar. Então, na prática, eu acho que ela tem funcionado mais assim. Trocar ideias coletivamente, algumas atividades a gente consegue misturar os objetos, os saberes, mas sem perder de vista que cada um tem a sua especificidade. Eu acho que isso a gente faz muito bem também. Cada área sabe onde quer chegar, o que quer desenvolver. Pelo menos é o que eu tenho percebido.

Camila: E qual é a importância e o objetivo ao integrar o serviço social na equipe multidisciplinar que acompanha o outro?

Entrevistado: Olha, eu acho que tem um objetivo, assim, talvez o primeiro, que seria essa coisa de olhar o aspecto ou a face social do envelhecimento. Então, por exemplo, que as pessoas que estão em uma situação de vulnerabilidade social envelhecem de uma determinada maneira. Então, conseguir trabalhar isso. E esse processo social vai trazer características também para essas pessoas. Então, por exemplo, hoje a gente tem uma geração, vamos pensar, as pessoas idosas que estão ali no condomínio, que a maior parte são analfabetos ou analfabetos funcionais, que têm dificuldade de ler. Então, isso também traz uma série de impactos em outras áreas. Na área da saúde, por exemplo, que seria lá a enfermagem, a farmácia. Então, quando a gente agrega esse lado social, a gente também consegue vislumbrar melhor as vulnerabilidades, às demandas de outras áreas ali que afetam a vida da pessoa idosa. E também, devido a essas especificidades, são idosos que precisam ter toda a rede de orientação, de contato com a rede, de acompanhamento, pela própria história, pela classe social. Então, eu acho que o serviço social faz isso também. Olhar esse lado social e perceber esse idoso ali, naquele território, no contato dele com as políticas sociais, que são bem importantes. De certa forma, dos vínculos familiares, embora uma coisa que a gente não trabalha tanto, né? Mas também no aspecto comunitário. Eu acho que isso é uma coisa que saiu bastante, apareceu bastante para você perceber bastante isso. E, além disso, eu acho que é um ponto bem importante. Eu vejo outra contribuição super importante também, que é a articulação da equipe. Porque eu acho que essa também é uma característica da nossa profissão. Essa habilidade de olhar a realidade social como uma totalidade, suas várias determinações, e a gente percebe a importância dos vários saberes também faz com que a gente tenha essa habilidade de mobilizar a equipe. Então, de chamar, de pensar junto, de provocar as outras áreas. E eu percebo que as outras áreas têm um foco muito mais restrito. Assim, por exemplo, a saúde é saúde. Por exemplo, sei lá, o pessoal da odontologia, que tem um papel super importante, mas aquele tratamento específico. E nós, por essa característica, esse modo de ler a realidade e o próprio sujeito como ser social, enfim, eu acho que a gente faz isso muito bem. Então, isso dá uma diferença na equipe, nessa articulação. Acho que é uma função bem importante.

Camila: E o programa Aurora, tem alguma forma de avaliar, de maneira periódica, os efeitos das suas intervenções na realidade de vida dos residentes do condomínio? Tem algum método de avaliação, assim?

Entrevistado: Olha, a gente tem um método enquanto um projeto de extensão, eu acredito, assim. Na perspectiva de quê? É... Bom, primeiro a gente, quando começa um projeto de extensão, ele tem que fazer um diagnóstico, eu acho que isso permitiu a gente olhar o perfil das pessoas idosas ao longo do processo, ter um pouco mais essa possibilidade também de avaliar. A gente partiu daquele cenário, e aí, quando eu vejo que a gente faz de duas formas. Quando a gente produz, os relatórios, que a própria extensão pede, então a gente tem esse movimento de quantificar as ações, de saber o que foi desenvolvido, de observar quem são as pessoas que estão participando ou não. Então, a gente consegue ter esse balanço, esse monitoramento, porque está em andamento ainda o programa. E eu acho que os trabalhos científicos também é uma forma de avaliação bem importante nossa. Porque também a gente sistematiza, a gente pensa quais são as dificuldades, para onde a gente quer ir, o que a gente já alcançou. Então tem isso. E aí, no cotidiano mesmo, eu acho que são as reuniões também. Porque a gente fala do que está dando certo, do que não dá. Então eu vejo que são essas três formas que até o momento a gente tem feito.

Camila: Quais são os principais desafios e facilidades para desenvolver o programa Aurora no município de Jaguariaíva?

Entrevistado: Eu acho que facilidade, eu poderia dizer assim, eu acho que o interesse do município em receber a equipe, isso sempre ficou muito evidente, assim, até porque é um município pequeno, eu acho que eles têm uma série de dificuldades com a própria rede de atendimento. Então eu acho

que a gente foi muito bem, pelo menos, assim, recebido, no sentido de ter essa abertura, essa valorização. Eu acho que outra facilidade também tem sido o vínculo criado com as próprias pessoas idosas do condomínio.

Então eu acho que isso também deu muito certo, facilita o trabalho. Em nenhum momento a gente teve um recusa em participação ou qualquer coisa assim. Pelo contrário. Então o pessoal fez mantido, acho que é uma outra facilidade.

Eu acho que, assim, em Jaguariaíva bom, aí eu também poderia apontar para uma outra facilidade, o compromisso de quem entrou, as professoras, não sei se entra nessa pergunta, mas acho que essa é uma outra facilidade. Eu vejo que às vezes também as pessoas começam a participar, abandonam o programa, enfim, ou um outro projeto sai, entra, então o nosso permaneceu. Há um engajamento também das pessoas que estão participando, isso eu acho que é bem legal.

As dificuldades eu vejo assim, eu não sinto que a gente tenha muita uma parceria com o município. A gente teve essa abertura, essa valorização, mas essa parceria ela faltou. Então, não sei se da nossa parte a gente deveria estar provocando isso mais ou demandando mais coisas do município, talvez fosse uma estratégia, mas não é o que a gente tem feito, então eu vejo assim que acabou meio que o projeto de extensão fazendo o trabalho de acompanhamento. Então, acho que essa é uma dificuldade nossa. Então, ficou meio esse compromisso. E aí a distância também. Porque o fato da Jaguariaíva ficar, a mais de 100 km daqui, então a logística de fazer um acompanhamento mais próximo, então a gente depende das negociações também, de transporte. O tempo de trabalho lá fica reduzido. É cansativo pra equipe, vocês que têm sempre. Acho que isso é bem desafiador.

Então, isso faz também com que algumas atividades elas, né? Fiquem um pouco mais descontinuadas. Por exemplo, o pessoal da Educação Física vai fazer lá na primeira semana do mês, daí vai de novo na última. Então, o mesmo serviço social começa o trabalho sócio-educativo no início do mês, ele vai retomar lá pro fim. Não inviabiliza o trabalho, mas eu vejo como algo que, de certa forma, modifica um pouco.

Camila: E você tem algum comentário ou observação nas coisas que eu falei? Se desejar contribuir com mais alguma coisa ou não?

Entrevistado: Não, acho que é isso.

Camila: Então é isso. Prof. Muito obrigada.

Entrevistado: De nada.

Coordenação 1 - Aurora

Camila: sua formação acadêmica?

Entrevistado: Assistente Social e docente do curso de Serviço social

Camila: Cargo atualmente?

Entrevistado: Professora em licença e Doutoranda

Camila: Seu tempo de trabalho?

Entrevistado: 31 anos

Camila: A primeira questão é como se originou a proposta para a criação do programa de extensão Aurora?

Entrevistado: A proposta veio a partir de uma conversa, na verdade, de um convite, que era pró-reitora no período da pandemia, fez. Eu não lembro exatamente quando começamos as conversações, mas foi no período da pandemia que a professora me chamou para conversar e me convidou para uma reunião que ela ia fazer com todos os professores que tinham projetos de intervenção na área com pessoas idosas ou na área de envelhecimento. Porque, depois de conversar com ela, ela tinha recebido uma demanda da Secretaria de Estado da Tecnologia e Ensino Superior -

SETI para fazer uma proposta piloto para trabalhar no condomínio de Jaguariaíva, que era o primeiro condomínio que tinha sido implementado e já estava funcionando. Eles queriam, então, que a universidade fizesse uma proposta piloto para fazer uma intervenção no condomínio de Jaguariaíva, e a ideia era a partir disso replicar essa proposta que a UEPG faria para as demais universidades, quando os demais condomínios fossem implementados. Na época, estava Prudentópolis terminando a construção.

Daí, nos convidou para uma reunião online porque fazia tudo online. Ela chamou os professores que tinham um projeto nessa área e colocou a proposta, a solicitação que a SETI tinha feito. Na reunião, ela explicou qual seria o trabalho: a ideia era fazer um trabalho multidisciplinar, não só de uma área, mas porque a proposta do condomínio, do programa Viver Mais, propõe ações na área da cultura, saúde e lazer. Então, a gente tinha a possibilidade de fazer um trabalho multidisciplinar. Na reunião, estavam eu, como representante do serviço social, a diretora de extensão, a era pró-reitora de extensão, a professora da UATI do Departamento de Educação, de Educação Física, de Enfermagem, tinha uma professora que não me recordo, professora do Departamento de Artes, e de Farmácia.

Já nessa primeira reunião, a da educação declinou que não queria participar. Na segunda reunião, a pró-reitora tinha feito contato também com o departamento de Odonto, era um outro professor, e ele se mostrou interessado também. A pró-reitora pediu para que eu escrevesse uma proposta para discutir com as demais colegas do grupo para saber se elas poderiam contribuir. Enfim, acabei escrevendo a proposta sozinha e elas contribuíram depois com algumas questões mais de planilha de custos. Na segunda reunião, todas que vieram disseram que iriam participar e cada uma teve que fazer o seu projeto de intervenção para integrar o programa, que é maior que o projeto. Acabou sendo definido que a farmácia entraria com dois projetos, porque a professora com quem a pró-reitora tinha feito contato na primeira reunião, a professora, tinha se aposentado. A pró-reitora ficou de ver uma outra professora do departamento para entrar no lugar, que também era uma outra professora, e acabou ficando para atual. Então, elas foram fazendo os projetos e eu fui escrevendo a proposta mais geral do programa, trabalhando tanto na parte dos objetivos e teóricos quanto na questão do curso, fazendo a planilha de custos e levantamento.

Chegamos a uma proposta inicial bem acima do valor que foi liberado para o funcionamento do programa. Não recordo o valor agora, mas eu tenho isso tudo e posso te passar. Nós quase terminamos bem no meio da pandemia, e continuamos fazendo essas discussões. Apresentamos a proposta. A SETI gostou da proposta, mas achou que o valor já era alto. Ela ia conversar com o professor Aldo para reduzir o número de bolsas para estagiários e também tínhamos pedido bolsa para coordenador de projeto. Enfim, tivemos que reduzir, mas eles não davam um teto para a gente. Daí, em reunião com as colegas dos demais projetos, até falou para darem um teto para trabalhar em cima disso. Ela deu o valor, o teto máximo, e tivemos que adequar os valores tanto em termos de material quanto de bolsa para fechar em um determinado valor para que eles pudessem aprovar.

Então, quase dois anos fazendo toda essa dinâmica de apresentação do projeto para a SETI. A SETI aprovou e apresentamos para o reitor aqui na UEPG. Entre o valor inicial que tínhamos feito para o projeto e a segunda vez, a SETI teve que reduzir o valor e a UEPG dar uma contrapartida. Nós entendemos que essa contrapartida da universidade seria os próprios professores e as atividades. Apresentamos para o reitor, no auditório da reitoria, na sala dos conselhos. Ele garantiu o transporte e assumiu esse compromisso, além de dar essa contrapartida e conversar com o professor garantindo que o programa acontecesse. Enfim, entre todas essas negociações, o programa foi aprovado quase no final do ano de 2022.

Foi uma correria, porque quando chegou a notícia de que o programa tinha sido aprovado e que já estávamos com o recurso para usar, tivemos que fazer edital, selecionar profissionais e estagiários, e isso já estava no final do ano. Eu era sozinha, porque as colegas colaboravam, mas cada uma tinha suas atividades. A resposta foi que tínhamos que fazer naquele ano. Quando veio a notícia de que o recurso para o programa estava liberado, chegou aqui na universidade, o período de compras já tinha sido encerrado. Então, acabamos fazendo os editais das bolsas e dos estagiários, dos profissionais, e eles ficaram até o final de novembro, até o ano de 2023, fazendo atividades mais administrativas para poder dar sequência à atividade no condomínio.

Ainda assim, em 2023, mudou a reitoria. O Reitor se manteve, mas mudaram alguns cargos de assessores. Por exemplo, o pró-reitor de administração, não é mais o anterior. Tivemos que renegociar o transporte para iniciar de fato a atividade. Então, o programa começou a partir disso, com essa proposta de fazermos um projeto piloto para atuar dentro do condomínio numa perspectiva multidisciplinar. Essa característica que o programa tem de inter-relação com as áreas, porque a ideia inicial quando a SETI conversou com a gente era ter alguns projetos de intervenção que fizessem sua atividade e depois viessem embora, essa característica que o programa tem hoje de ter maior discussão entre as áreas, esse trabalho mais do que multidisciplinar, já pensando o interdisciplinar, é uma característica nossa.

A coordenação acabou ficando com o serviço social. A pró-reitora inicialmente já tinha essa intenção de que ficasse com a gente, mas de uma forma mais democrática foi colocado para o grupo para ver se não havia outros interessados. Então, essa característica de um programa com uma atuação entre as áreas, visando o interdisciplinar e uma atuação conjunta, veio a partir da nossa proposta e da nossa forma de atuação. Eu não sei como está nas outras universidades, eu não consegui fazer reunião com os outros coordenadores até o tempo que eu fiquei, mas o nosso diferencial mesmo é essa atividade com o pessoal da saúde, serviço social e educação física.

Camila: Quais são as áreas e quais foram os critérios estabelecidos para a seleção dos projetos que integram o programa?

Entrevistado: Na verdade, não teve critério; foi por interesse de cada área, né? Aí, em Farmácia, ficaram com dois projetos porque no departamento tinham duas atividades diferentes: uma de plantas medicinais, com a professora, que ficou muito interessada e até gestou dentro do departamento para que alguém assumisse, e outra da parte da medicação, com outra professora, que já tinha experiência nessa área. Todas, na verdade, tinham experiências e projetos de intervenção. Acho que quem não tinha era a Nara, o pessoal de Odonto e o pessoal de Artes. Até Artes, quando entrou nas primeiras conversas, ela tinha o cargo que iria terminar a gestão e voltar para o departamento. Ela falou que iria fazer o projeto de extensão, mas acabou tendo um problema familiar pessoal e o departamento deles perdeu algum professor. Ela declinou e não conseguiu encontrar alguém no departamento para assumir. Mas é um projeto muito bom dela; ela ia trabalhar com pintura e histórias de vida. As que se mantiveram são as que desde o começo participaram e tinham esse interesse.

Camila: De que forma a proposta de trabalho multidisciplinar impacta no atendimento às pessoas idosas e na equipe do programa Aurora?

Entrevistado: É você fazer o atendimento da pessoa idosa na perspectiva da integralidade, entendendo o sujeito como um todo. Ele tem a característica da proteção dos direitos e da defesa desses direitos, buscando atender o indivíduo na sua totalidade, compreendendo que esse ser, né, que reside no condomínio, é um sujeito que tem todas as demandas específicas em todas as áreas. Se observarmos, ainda faltam áreas. O programa é aliado à questão sustentável com os objetivos da ODS e da cidade sustentável. Então, a ideia é que a habitação seja um espaço de referência do sujeito e seu entorno, inserido na comunidade. O objetivo maior é evitar a segregação, porque o grande medo quando trabalhei na proposta era ser mais uma ação governamental para a segregação da pessoa idosa, como tem as ILPIs, os condomínios poderiam se tornar dessa forma. Então, quando pensei nesse sentido, desse sujeito, ele não precisa achar um espaço físico para morar; ele precisa de um espaço de moradia, que é muito mais do que ter uma habitação, é estar inserido na comunidade, ter um espaço de referência e também ser sujeito ativo do processo. Não é a gente lá fazer uma ação e ele só receber ou ir lá fazer uma atividade; ele também deve ser participante ativo desse processo. A fala da SETI é evitar a ociosidade, que as pessoas idosas não fiquem ansiosas dentro do condomínio, mas não é só isso. A ociosidade precisa ser trabalhada no sentido da produção desse espaço, das pessoas interagirem, são pessoas que vêm de locais diferentes com hábitos e costumes diferentes uns dos outros. Então, é nesse sentido que a gente pensou a proposta, e aí as áreas contribuíram nesse sentido, na questão do sujeito da intervenção e dos alunos. Eu digo que as professoras têm características muito diferentes das áreas, né? Saúde tem uma ideia diferente às vezes do que seja isso, mas com os alunos, a grande preocupação da atividade desenvolvida pelos estagiários e pelos bolsistas era que houvesse uma integração entre as áreas. Quando o pessoal da Odonto fosse trabalhar com o sujeito, que é o mesmo, o mesmo indivíduo, a pessoa idosa, ele tivesse noção e consciência do que o serviço social está fazendo, o que a educação física está fazendo, e o que aquela atividade tem relação com a questão de Odonto, por

exemplo, no bem-estar da pessoa idosa, entendendo-a como um todo. Então, foi um passo de cada vez. Uma dificuldade muito grande foi fazer os alunos e professores entenderem essa lógica, porque cada um estava no seu quadrado muitas vezes. E os alunos precisavam entender que precisavam fazer a extensão dessa forma. Tanto é que, em termos de horário, tivemos dificuldade. A SETI sempre dizia: "Professora, eles recebem bolsa, eles têm que atuar no programa 40 horas além das horas de aula que eles têm no curso." Então, tinha que haver um espaço para reunir esse pessoal para que cumprissem a carga horária de 40 horas. No começo, foi bem complicado porque muitos não queriam. Volto ao meu curso e para eles estava feito a extensão, e a ideia da nossa extensão era outra. Então, começou a entender que essa integração precisava acontecer. Até a Educação Física conseguiu entender mais rápido isso, ainda com algumas resistências, conseguiu entender a importância de nos conhecermos enquanto área de atuação e de pensar no objetivo comum. Todo mundo estava trabalhando com a mesma pessoa idosa, precisava atuar dentro da mesma perspectiva. E aí demanda estudo, demanda trabalho em conjunto, que não era uma prática que eles tinham. Cada um fazia seu projeto. A ideia inicial parecia ser essa. Então, a estruturação do programa foi se dando no processo.

Camila: Como é desenvolvido trabalho multidisciplinar dentro do programa aurora de forma mais prática mesmo?

Entrevistado: Os projetos de extensão específicos do programa foram pensados a partir da proposta geral do programa. A prática buscou adequar a questão da carga horária dos alunos dos cursos, porque, assim, Farmácia tem uma grade muito extensa e eles têm aulas de manhã e à tarde. Até acho que quem poderia falar melhor era a assistente social, até porque ela se bateu para fazer as primeiras planilhas e fechar a carga horária. Tivemos um problema também com a ida. O que era a proposta da SETI? A semana toda com atividades de segunda a sexta para que as pessoas idosas tivessem oportunidade de ter atividades diárias. A ideia era que todos fossem todos os dias, mas não dava, né? Quantas vezes na semana cada um podia ir, então cada projeto teve que fechar as idas conforme a carga horária do curso do aluno, porque cada curso tem uma grade conforme a atividade a ser desenvolvida. Foi necessário pensar na estruturação inicial, no número de vezes na semana que iria para Jaguariaíva. Tivemos que conversar com o pró-reitor de administração, para saber a disponibilidade do veículo, porque ele queria, na primeira, que pedíssemos todos os dias, o que não foi possível. Aí ele queria justificar por que tinha que ir todos os dias. Tivemos que conversar e explicar a proposta. Ele disse que não tinha recurso, não tinha carro e tinha outras demandas e projetos mais antigos. Negociamos com ele e ele pediu uma proposta de dias e horários que queríamos ir. Um dia na semana foi a proposta que ele aceitou. A assistente social e eu fomos negociar dois ou três dias. Eu fiquei mais resistente, mas a assistente social disse que poderíamos pensar juntos e voltamos a discutir. A partir dos horários de cada um, a assistente social fez duas propostas de dias e horários que o carro podia ir. Apresentamos para ele e mantivemos um dia na semana. Estrategicamente, chamei a pró-reitora de extensão e os professores para uma reunião. Aí ela veio e colocamos o que queríamos da proposta, que o professor tinha atendido, mas que estava sendo insuficiente. Precisávamos de mais. Ela perguntou quanto isso daria em termos de custo-benefício. As professoras de educação física precisavam de meio período, outros precisavam do dia inteiro, então tivemos que combinar isso. Aí começou a pensar na ação propriamente dita, no que cada um ia fazer. Começamos a pensar e estudar com os alunos o que cada um tinha como proposta para executar lá. O trabalho multidisciplinar envolve essa discussão de saber o que a proposta do outro tem a ver com a minha e o que eu posso contribuir com a proposta do outro, trabalhando de forma conjunta. A ideia era sempre quem ia com quem em cada dia da semana, nunca deixar um projeto sozinho, embora algumas vezes isso tenha acontecido. Assim, como as pessoas são as mesmas, a gente tem ações em que, naquele dia, se vão dois projetos, não saem de uma atividade e podem ir para a outra sem prejudicar a atividade do outro. É necessário ter uma relação de compreensão entre as áreas e entendimento da importância do trabalho do outro para que eu possa também fazer o meu trabalho, de forma a complementar o trabalho do outro. Por isso, pensamos na campanha Junho Violeta em conjunto, no Dia do Idoso em conjunto. No primeiro momento, fizemos o questionário diagnóstico do perfil dos residentes. O acadêmico de educação física trouxe um questionário com informações obrigatórias. A Farmácia e a Odonto seguiram a mesma ideia. Não dava para cada um ir e fazer uma pergunta, e no dia seguinte outro fazer a mesma pergunta, senão o idoso ia se encher de responder a mesma coisa. A partir do diagnóstico, começamos a fazer esse trabalho conjunto e a visualizar a importância de ter questões comuns a todos e questões mais específicas. O que era específico para cada um, na sua área, no dia em que fosse trabalhar, deveria trazer o retorno para o grupo. A partir daqueles dados do questionário geral,

trabalha-se a situação mais específica. Também fizemos uma rodada online por conta da pandemia e de outras questões. Cada um apresentou os dados em relação ao questionário. Acredito que o trabalho multidisciplinar vai impactar no resultado da intervenção. Tudo voltado para a qualidade de vida e bem-estar da pessoa idosa, evitando paralelismos de ação e concorrência. Sempre se pensou em fazer uma ação que, ainda que multidisciplinar, visasse a integração e que cada área contribuísse para complementar o trabalho do outro.

Camila: qual é a importância e o objetivo ao integrar né o serviço social na equipe compõem o programa

Entrevistado: Na verdade, começou pelo serviço social, né? Então, a gente já tem um ganho inicial, que a proposta toda foi pensada a partir do serviço social. Talvez, se fosse pela saúde, ou pela educação física, ou por farmácia, a proposta seria diferente. Eu vejo que o serviço social tem um papel preponderante no sentido da própria proposição da ação ser integrada, porque nós poderíamos perfeitamente também fazer parte do programa como uma área que só ia executar um projeto de intervenção a partir de um objetivo muito específico nosso do serviço social. Mas o serviço social tem essa característica de trabalho multidisciplinar e interdisciplinar. E aí, na proposta, ela fica clara na medida em que você agrega outras áreas na atuação, visando uma ampliação de ações para a pessoa idosa, pensando nas demandas específicas que essa pessoa idosa tem. Tanto é que a gente tinha pensado em cultura, esporte e lazer juntos para poder trabalhar a integralidade da pessoa idosa. Então, acho que o serviço social, como ele inicia por nós, tem toda a cara do serviço social na proposta do programa, sabe? E a integração é uma proposta nossa. Eu acho que o serviço social conversa com todas as áreas e consegue entender e ter mais facilidade de compreensão em relação aos outros. E aí, a coordenação fica muito mais "fácil" no sentido de felicidade e direção para aquilo que se objetiva fazer.

Camila: O programa aurora ele tem alguma forma de avaliar de maneira periódica os efeitos das suas intervenções na realidade vivida pelos idosos?

Entrevistado: Essa é uma preocupação que a gente tinha desde o começo. Até onde eu fiquei, a gente não tinha criado o instrumento de avaliação, né? Apesar de ter o relatório parcial em que a gente faz uma avaliação a partir das atividades executadas, do que cada um produziu em termos acadêmicos e científicos, números, mas um instrumento específico de avaliação, não sei se foi criado depois. Mas é uma proposta que a gente tinha para criar um instrumento de avaliação para pensar os resultados da ação, tanto em termos numéricos quantitativos. Se você for ver o número de pessoas residentes dentro do programa, são 40 casas, eu acho que agora está em torno de 50 residências, 54, não sei se tem casais, deve ter casais, deve ter uns 48. Se você for ver o número de pessoas que tem residência e quantas participam das atividades, você vê que é um custo alto do projeto, investimento que, quantitativamente, não tem retorno na mesma proporção que se investe. Se você somar pagamento das bolsas, material, questão de transporte, as idas e vindas, essas coisas todas. Se você ver o total de pessoas que tem, não dá 50%. Mas, se você for ver em termos qualitativos, e aí a gente teria que ter um movimento que avaliasse essa questão qualitativa, do que mudou a vida dessas pessoas dentro de quem está lá morando, eu acho que você tem ganhos expressivos em termos acadêmicos. A avaliação que se teve foi a partir da produção de resumos expandidos, já saiu o capítulo de livro, né? Então, em termos de formação, em termos acadêmicos, tem material bem expressivo, né, em relação a isso. Mas eu acho que ainda falta esse instrumento mesmo de avaliação na questão da ação direta com o sujeito e como eles respondem a isso.

Camila: Quais são os principais desafios e facilidade para desenvolver o programa aurora no município de Jaguariáiva?

Entrevistado: Desafio é que o próprio desenho do programa Viver Mais é uma proposta habitacional que não contempla o direito à propriedade do sujeito, que é uma das coisas que eu vou discutir no doutorado, na tese. Ele dá o espaço de moradia para a pessoa, né? A pessoa já pode residir no local, mas ela não se torna a dona daquele espaço. Ela tem alguns critérios, por exemplo, a família pode só visitar, não pode nem dormir mais de 24 horas lá, já caracteriza. Então, tem algumas coisas no desenho do programa que já são um desafio em relação a isso.

O desafio é que é uma atividade muito nova, né? Apesar de já existir em São Paulo, onde já tem esse programa, as ações que são desenvolvidas de extensão são as primeiras. Eu visitei em João Pessoa,

e lá, os profissionais do município atuam dentro do condomínio, não há universidade atuando dentro do condomínio. Eu acho que isso já é um desafio bem grande que a gente tem na implementação da proposta.

O desafio também é saber o resultado positivo em relação a essa proposta é trabalhar em conjunto com o município, trabalhar com a gestão do município. E aí, isso é o interesse dos outros, né? Não só o trabalho com a pessoa idosa, né? Então, às vezes, o município vê a universidade como alguém que vai tapar um buraco que eles não conseguem. Na verdade, uma das lógicas do programa é justamente essa: trabalhar na formação de agentes locais para que eles deem continuidade, porque a extensão não tem essa característica de ficar eterna. Nós não podemos assumir atribuições que são do estado ou do município. Fazer isso era uma das grandes preocupações que nós tínhamos quando pensamos na proposta.

Nós estaríamos ofertando o serviço, a universidade não vai deixar de contribuir com aquilo que também ganha da comunidade, mas não podemos assumir a responsabilidade que é do estado. Isso era uma grande resistência que eu tinha com a proposta, e por isso a proposta de formação dos agentes do município, para que eles deem continuidade à ação. Não sei como está agora, mas a grande preocupação era essa.

É um grande desafio, né? Embora o município estivesse desde o começo aberto e querendo essa formação, a gente vê que, na prática, eles também se retiraram um pouco. Era para ter o pessoal da educação física da Secretaria de Esportes trabalhando junto com o pessoal de Educação Física da cidade. Eu não sei se eles têm ido lá nos dias que a universidade vai. Na época em que começamos a proposta, era para o rapaz do município estar lá uma vez por semana. A saúde é a mesma coisa, o médico, da enfermagem, era para estar acompanhando o trabalho junto com a gente. Eu acho que isso é um grande desafio que a gente não superou: trabalhar a formação da gestão municipal e dos profissionais que estão na gestão com formação para atuar no atendimento à população idosa, que eles atuam através do CRAS.

Mas a proposta do CRAS tipificada, é um trabalho domiciliar. Apesar de que o condomínio é um espaço de domicílio do sujeito, eles também precisam vir para dentro da proposta do projeto. E eu acho que o próprio desafio que a gente enfrenta é justamente o desenho que o programa tem, em termos de estado.

Fazendo um estudo do programa, como a COHAPAR administra, como é feito o convênio com o município, o ônus é bem maior para o município. Eles têm que ter a casa construída, e a gente pensa para além disso. A gente pensa: é mais um espaço possível, uma modalidade de atendimento à pessoa idosa viável? É, mas tem que ter cuidado para não segregar os sujeitos e não dar o direito de propriedade para a pessoa. Então, ela paga um aluguel, e quando ela fica debilitada e entra em um grau de independência nível 2 ou 3, ela é desligada e vai para uma ILPI. Quer dizer, é mais uma forma de institucionalização do sujeito. O condomínio, então, a gente tem que questionar um pouco nesse sentido.

O desafio é superar isso, a visão que o próprio gestor estadual tem em relação à habitação. E assim, não acredito que os condomínios, que uma das propostas do programa Viver Mais é atender ao déficit habitacional em termos de população idosa, só os condomínios não vão fazer isso. De antemão, já dá para ver que não é. Então, assim, é mais uma alternativa de ação de um programa para possibilitar o acesso das pessoas idosas a um espaço para morar, mas não é uma política habitacional, não se torna uma modalidade que atende à proposta de política de habitação, como deveria ser em termos de proporcionar acesso para as pessoas terem a propriedade do direito de fato.

Eu acho que, de facilidades, por ser a universidade que faz a proposta, já é uma facilidade, porque a gente tem uma instituição que abre e dá essa condição. A facilidade que a gente teve em relação às colegas, às outras áreas aderirem à proposta, né? As professoras que se mostraram interessadas e que participaram do processo e, bem ou mal, estão buscando dar conta. O recurso disponibilizado até o momento não foi expressivo, não como a gente tinha na proposta inicial, mas ele viabilizou as ações. E a gente tem internamente dentro da instituição o apoio do reitor, da diretora de extensão, da pró-reitora de extensão. Então, assim, é um programa que começou com uma solicitação mesmo, né, da própria pró-reitoria de extensão. Então, acho que isso já foi uma facilidade.

Dificuldades, na questão de desafios, aí é a questão administrativa interna da instituição. Não tem profissional específico na parte administrativa, em termos de elaboração de orçamento, elaboração de planilha. Temos que aprender tudo na hora de fazer as coisas. Então, tem essa dificuldade administrativa de não ter uma pessoa específica atuando. Mas acho que, nesse momento, apesar disso, temos um trabalho entre os pares, mesmo com as outras áreas, que estão cumprindo com sua proposta de fazer o projeto.

Camila: Algum comentário alguma observação que você gostaria de deixar:

Entrevistado: Então, acho que do programa, assim, agora ele vai encerrar, né? Vai fazer dois anos agora. Talvez, para a prorrogação dele, fosse o caso de se rever a própria dinâmica, né? Se ela, que nem você fez a pergunta do estudo do instrumento da avaliação qualitativa, eu acho que fazia uma avaliação qualitativa dos resultados junto à população beneficiária, né? E fazer um estudo desses dados vai dar a condição de saber se, na prorrogação, você vai precisar fazer alterações ou não e como fazer isso, né? E aí, eu acho que tem que ser uma aproximação maior com o município, com a gestão do município. Eu penso assim, trazer mais eles para dentro do projeto, para dentro do programa.

A gente não conseguiu, parece que atingir de fato. Estou afastada também, mas até o momento que eu fiquei, né, eles atuam, mas na medida em que são provocados, né? Então, não teve essa integração, essa inter-relação com a gestão municipal. Acho que isso seria muito importante, que eles estivessem juntos pensando e desenvolvendo ações também lá, né? A gente depende muito deles. Eu acho que também é um desafio fazer isso, né? Trabalhar com a gestão.

Então, a minha proposição seria avaliar com o município, porque assim você saberá o que eles pensam, o que eles querem continuar ou não. A própria SETI, porque o recurso está em uma fonte que é continuada, né? E agora, para continuar, uma preocupação que eu tenho também é com o número de pessoas que participam das ações. Aí é difícil a gente também mensurar, né? Mas, em termos de investimento, se você for olhar para o lado econômico do investimento custo-benefício, aí temos problemas. Vamos ter que justificar a importância do programa. Se for ver em relação a outros projetos, é um recurso alto investido. Teria que estar vendo a questão dos usuários, como é que eles estão percebendo a ação, o que mudou na vida deles, né? Agora, para os alunos também, tem que ver, né? Até onde eu acompanhei, os alunos davam retorno bem positivo, mas acho que é isso. Ver, né? Como tem que se avaliar.

Grupo focal - Encontro 1

Camila: Boa tarde! Nós iniciamos hoje nosso encontro 1 do Grupo Focal com o tema da nossa reunião: O início de uma história. E a gente vai descobrir um pouquinho como é morar aqui no condomínio, como foi esse início para cada um de vocês. E eu peço que vocês falem o nome e quanto tempo que moram aqui.

Participante 1: Meu nome é [REDACTED] e eu moro aqui no condomínio há 4 anos. Logo que teve a inauguração eu já vim morar aqui, eu também gosto muito daqui.

Participante 2: Meu nome é [REDACTED]. Moro aqui faz 4 anos. Gosto daqui porque é sossegado

Participante 3: Meu nome é [REDACTED], faz 1 ano que estou aqui. Também gosto muito de morar aqui.

Participante 4: Meu nome é [REDACTED]. Gosto de morar no condomínio. Vou fazer 3 anos que eu moro aqui. Mas tem os prós e os contras.

Participante 5: Meu nome é [REDACTED]. Eu moro vai fazer 4 anos em Janeiro. Gosto de morar aqui. Me dou bem com todo mundo.

Participante 6: [REDACTED] e estou morando aqui faz 1 ano.

Participante 7: Meu nome é [REDACTED] e gosto de morar aqui. Há 4 anos que eu moro aqui.

Participante 8: Eu sou [REDACTED]. Faz 8 meses que eu moro aqui. Eu gosto muito de morar aqui.

Participante 9: Eu sou [REDACTED]. Faz 3 meses que eu moro aqui. Gosto muito de morar aqui, é muito bom.

Participante 10: Meu nome é [REDACTED]. Gosto de morar aqui. É bem sossegado. Acho que o povo gosta de mim, ninguém me incomoda e eu também não incomodo ninguém.

Participante 11: Eu sou [REDACTED], estou morando vai fazer 4 anos

Participante 12: Meu nome é [REDACTED] e moro faz 10 meses.

Camila: E eu quero que vocês falem, podem ficar à vontade para falar, cada um. Se quiserem levantar a mão? Não sei, fiquem à vontade. Quero que vocês compartilhem como foi a entrada de vocês para morar aqui no condomínio. Podem ficar à vontade.

Participante 2: Para mim, eu fiz a inscrição no último dia, que é o cadastro. Eu fiz o cadastro com 15 dias já foi sorteado. Foi rapidinho.

Participante 3: Bom eu também fiz meu cadastro e um pouco mais de um mês já fui chamada, foi muito rápido

Participante 4: Eu fiz o cadastro no mês de dezembro no último dia antes de entrar em recesso e em fevereiro já estava me chamando.

Participante 1: O meu filho fez o meu cadastro, e não demorou muito ja fui sorteada, ai tive que esperar dois meses para inaugurar o condomínio, pra me mudar

Participante 10: Eu fiz meu cadastro, bem no começo, só que não chamavam e não chamavam, aí eu fui lá pra desistir e me falaram pra não desistir aí um tempo depois me chamaram.

Participante 5: Eu fiz o cadastro, aí depois de um 1 me chamaram, eu to no paraíso.

Participante 8: Eu fiz o cadastro, e fiquei esperando 2 anos, mas daí eu não sabia e quando fui lá depois de um mês me chamaram.

Participante 7: Eu fiz o cadastro e com 6 meses já me chamaram

Participante 9: Eu também fiz o cadastro e com 6 meses me chamaram.

Participante 6: Eu fiz o cadastro em fevereiro, aí quando foi março já me chamaram.

Camila: A próxima pergunta é qual. Quais foram as facilidades e os obstáculos para vocês serem selecionados para morar no condomínio.

Participante 2: Para mim, não teve nenhum.

Participante 5: Pra mim também, tudo pra nós aqui foi bom.

Participante 3: Pra mim foi comprovar a renda, so deu certo por conta do oletite do meu marido

Participante 4: Para mim foi um pouco complicado, que eu vim de São Paula pra cá, foi muita burocracia, arrumar papelada e tinha poucos dias. O contato que eles fizeram foi por telefone, mas eu tinha uma conhecida que morava aqui, que ela me avisou e aí eu vim.

Camila: E do tempo que vocês moram aqui no condomínio quais são os pontos positivos e o que precisa melhorar?

Participantes: Ter um mercado próximo

Participante 2: É um pouquinho longe né

Camila: A distância?

Participantes: Sim

Participantes 4: A dificuldade aqui com o mercado é que você precisa fazer um tanto X de compras para eles trazerem para você, se por exemplo você comprar 70 reais, você precisa trazer, se chegar a 100 eles trazem. Esse é um ponto que eu acho que precisava melhorar.

Participante 2: E também quando pede pra entregar, a gente não sabe o horario que eles vão chegar precisa ficar esperando lá na porta e não tem ninguém para atender, o guarda precisa,

Participante 5: essa é a parte tem que ter um guarda de noite e outro de dia

Participante 4: E eu acho assim, como é um condomínio dos idosos, tem muitas coisas que os idoso não conseguem fazer, então assim, vai chegar a compra do mercado e ficar o dia inteiro lá esperando e às vezes eles chega 19:00 da noite e aí não tem ninguém para informar se pode entrar ou não sabe, falta isso.

Camila: E os pontos positivos?

Participantes: Eu acho sossegado, tudo de bom.

Participante 4: Tirando essas coisas que eu comentei, o resto dá pra aproveitar tudo.

Camila: E como é a experiência de morar em um condomínio?

Participante 5: É muito orgulho né

Participante 4: Eu já trabalhei muito em condomínio, então para mim só de falar que eu to morando em um condomínio já é importante.

Camila: E por último, o condomínio atendeu as expectativas de vocês?

Participante 2: Não porque prometeram muitas coisas antes de vir para cá, prometeram médico, a enfermeira que viria pelo menos uma vez na semana e não teve isso. Era pra ter biblioteca

Participante 4: Na verdade o contrato é para gente cumprir, eles com a gente mesmo fica a desejar . Faz parte do Brasil

Participante 11: É verdade. Essa eram as promessas da prefeitura

Camila: Alguém tem algum comentário ou observação

Participantes: Não

Camila: Então no próximo grupo será outro tema, até a próxima.

Grupo Focal - Encontro 2

Camila: Boa tarde. A primeira pergunta que a gente tem para conversar hoje é como tem sido a sua experiência com a equipe do Programa Aurora, com nós de equipe, com os alunos, com os professores, com os profissionais, como que tem sido?

Participantes: Tem sido muito bom, tá ótimo. é uma pena que vai terminar.

Camila: E como vocês souberam que ia iniciar as atividades aqui no condomínio?

Participante 2: A gente gostou, claro.

Participante 3: Quando eu entrei aqui, as vizinhas contaram das atividades e falei: Nossa que legal. Comecei a gostar de participar

Participante 4: Apesar de muitos moradores não gostarem de participar aqui junto, uma hora a gente vai sentir saudades, vocês são as únicas visitas que vem de fora, tem o culto uma vez por mês, mas assim pra gente conversar assim, vamos sentir falta de vocês, aí muitos vão querer e não vai ter.

Camila: E vocês criaram alguma expectativa para as atividades do Programa Aurora?

Participantes: Sempre teve expectativa. O que eles vão fazer, o que eles vão falar. O sobre o que, né?

Camila: E como é participar das atividades?

Participantes: Participo de tudo. Sempre que estou em casa eu venho.

Participante 2: Quando vocês vêm para cá é o dia que a gente mais fica animado, é o dia mais gostoso para gente passar.

Participante 3: E o legal é que cada grupo traz uma coisa diferente da outra. Tudo é envolvido com um mesmo sentido, mas são diferentes.

Camila: Última pergunta, o programa ele contribuiu no dia a dia de vocês?

Participante 2: Bastante. Muda, vocês trazem o conhecimento, aí na roda de conversa aí a gente troca ideia. É muito bom. Eu aprendi bastante sobre as plantas medicinais.

Participante 11: Isso é bom também que deixa a gente mais ativo, ficamos por dentro das coisas.

Participante 3: Verdade a gente aprende o significado das coisas, das palavras. teve atividade das plantas que nem sabia o que era e aprende mais coisa. Teve um quadrinho que vocês fizeram sobre as palavras, do dia do idoso, que aprendemos os significados, eu achei bem importante, coisas que não sabia.

Camila: Tem algum comentário?

Participantes: A gente adora quando vocês vem, se divertimos muito com a educação física também

Grupo Focal - Encontro 3

Camila: E tudo que a gente falar aqui vai ser só para o TCC, não vai ser nada que seja assim divulgado, enfim. Vai continuar escrevendo aqui pra mim.

Camila: Das atividades que o Programa Aurora oferece para vocês, quais que vocês mais participam, assim, vocês têm mais contato?

Participantes: Dentista. Ah, você também, Serviço Social. Tudo é aproveitado, um pouco de tudo.

Camila: E dessas atividades, assim, vocês podem apontar uma característica que vocês gostam delas?

Participante 2: Eu gosto de todas, mas a que mais me diverte é a de Educação física.

Participantes: As conversas, os exercícios, ninguém fica de fora.

Camila: E do serviço social, qual que vocês mais gostam, assim, das coisas que a gente já fez? O que vocês mais gostaram?

Participantes: As informações que vocês trazem para a gente. Tem bastante coisa. A gente gosta de tudo.

Camila: E qual dessas atividades, assim, que mais trouxe um impacto, assim, para a vida de vocês?

Participantes: Do Serviço Social, teve muita coisa de informação que eu não sabia sobre as palestras, sobre os idosos, a convivência. Que é muita coisa que eu não sabia.

Camila: E do serviço social, vocês acham que a gente é importante no Programa Aurora?

Participantes: Pelo aprendizado que vocês trazem

Grupo focal - Encontro 4

Camila: Agora a gente vai falar um pouquinho sobre o processo de envelhecimento. Está todo mundo envelhecendo. Mas eu quero que vocês falem um pouquinho. Como você pensa essa fase da vida que você está hoje? O que passa pela cabeça de vocês?

Participante 2: Pra mim eu aceito numa boa. Velha, cabelo branco, está tudo, né? Sempre, muito. Sempre no médico, que mudou pra caramba, porque eu não ia ao médico. E aceito numa boa ser velha. Para mim não tem problema nenhum. É uma fase? E é uma coisa que a gente sempre fala. Uma vez meu sobrinho falou, nossa, como você está velha. Eu falei, graças a Deus. Tem gente que não tem nem o privilégio. Mesmo a gente tendo que ir ao médico. Mas a gente se sente bem, feliz e realizado também, sabia?

Participantes: Exatamente. Velho e feliz.

Participante 11: Para mim é uma fase muito boa. Eu acho que é muito bom. A gente, como ela acabou de falar, chegou nessa fase, nessa época. Eu agradeço a Deus. Os novatos passam aí pela frente vira a cara pra não olhar nós aqui né, que eles dizem que nós é do asilo

Participante 2: ontem mesmo, ia levar o reciclado a noite e ia passando duas crianças, dois moleques, com uns 14 ou 15 anos, a uma moradora falou algo pra eles, ai eles responderam: Ah não dá bola pra esses véio aí não.

Participante 11: Eu mesmo já ouvi falar muito que aqui é asilo, e eu digo, não é o lar dos idosos.

Participante 2: no ônibus que a gente vem, escutamos isso ai, dizem que aqui é lugar dos véio. Eu digo graças a Deus que nós temos lugar pra morar e muito bom.

Participante 11: Então não precisa se desfazer de nós que estamos nessa fase, porque vão passar nela.

Participante 2: E se passar, porque tem muito preconceito e pouco respeito com as pessoas idosas.

Participante 11: E precisa ter respeito com os novos e com nós também.

Participante 2: Por isso que gostamos de vocês do Aurora, tratam a gente com a maior educação e o maior respeito, por isso sempre estamos com vocês, cuidam bem da gente.

Camila: o condomínio ajudou vocês nessa fase da vida?

Participantes: Bastante. Muita tranquilidade. Sossego que a gente queria.

Camila: O que significa ter uma boa qualidade de vida para vocês nessa fase?

Participantes: Passear, comer bem, vestir bem. Ter saúde

Camila: Vocês conseguem ter boas relações familiares aqui no condomínio?

Participantes: Conseguem sim.

Participante 5: A minha filha vem passear aqui, ficam 2 ou 3 dias posando.

Participante 2: A diferença é que mudou ficou mais longe do centro que é onde eles moram.

Camila: Última pergunta, o que vocês acham da longevidade?

Participante 2: Eu acho legal a pessoa que passa de 70, 80, com saúde, que não precisa de pessoas ajudando, eu acho legal. Minha mãe chegou aos 94 e eu quero viver como ela, ou até mais. Eu precisei fazer uma cirurgia, e é muito ruim ficar parada, não poder danças, ter que ficar parada é ruim. mas fora isso, podendo andar, comer e beber é a melhor fase da vida e não ter que dar satisfação pra ninguém, o que é muito importante, ter autonomia.

Participante 5: Minha mãe também chegou aos 92. Hoje em dia tem a medicina e a tecnologia, se vai no postinho consultar já ajuda nos diagnostico.